

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

**PPGH**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA

**O Ensino de História Pré- Colonial em ambientes não formais: O  
Parque Estadual do Guartelá (PR/Br) enquanto propulsor de práticas  
educativas, patrimoniais, arqueológicas e turísticas**

**AMANDA CRISTINA DOS SANTOS COSTA ALVES**

**RIO GRANDE  
2018**

**AMANDA CRISTINA DOS SANTOS COSTA ALVES**

**O Ensino de História Pré- Colonial em ambientes não formais: O Parque Estadual do Guartelá (PR/Br) enquanto propulsor de práticas educativas, patrimoniais, arqueológicas e turísticas**

Trabalho apresentado como requisito final para aprovação na prova de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Adriana Fraga da Silva.

**RIO GRANDE  
2018**

## Ficha catalográfica

A474e Alves, Amanda Cristina dos Santos Costa.  
O ensino de História Pré- Colonial em ambientes não formais:  
o Parque Estadual do Guartelá (PR/Br) enquanto propulsor de  
práticas educativas, patrimoniais, arqueológicas e turísticas / Amanda  
Cristina dos Santos Costa Alves. – 2018.  
158 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
FURG, Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RS,  
2018.

Orientadora: Dra. Adriana Fraga da Silva.

1. Ensino de História Pré-Colonial 2. Arqueologia 3. Turismo  
4. Parque Estadual do Guartelá I. Silva, Adriana Fraga da II. Título.

CDU 94(81)"/1548"

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

## **DEDICATÓRIA**

A elas, minhas mães Ana e Denise.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós- Graduação em História-PPGH Universidade Federal do Rio Grande- FURG, pelos conhecimentos e aprendizados ao longo do curso. Agradeço pelo auxílio de campo, que foi importante para a realização do primeiro campo da pesquisa.

Agradeço à minha querida orientadora e amiga Professora D<sup>a</sup>. Adriana Fraga da Silva pela oportunidade de ser sua orientanda, pelos ensinamentos e aprendizados ao longo da jornada, paciência, compreensão, amizade. Agradeço pelo auxílio no segundo campo, e também, por confiar no meu trabalho, e, principalmente, por ter confiado em mim.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH pelo crescimento intelectual que oportunizaram durante o período do Mestrado, em particular aos queridos professores que aceitaram participar da banca de defesa Artur Barcelos e Rita Grecco.

Agradeço aos colegas de mestrado do PPGH-História pela amizade, troca de conhecimentos, leituras, intermináveis conversas sobre nossas pesquisas, principalmente o apoio e o incentivo.

Agradeço ao Instituto Ambiental do Paraná- IAP, sem a colaboração e autorização da pesquisa e parceria o trabalho não teria sido concluído.

Agradeço aos proprietários das operadoras de turismo da cidade: Doralice proprietário do Camping Recanto da Dora, Renata proprietária da Operadora do Guartelá, ao Pedro Lucas gerente da Operadora Guartelá Ecoturismo e ao Danilo Barreto proprietário da Tibagi Aventuras. Pessoas importantes para a concretização desta pesquisa.

Agradeço a Dona Ana mãe do Pedro Lucas gerente da Operadora Guartelá Ecoturismo, pela recepção e hospedagem, sempre muito gentil, acolhedora e hospitaleira.

Aos Guias de Turismo Alexandre Betim e Alessandro Chagas, e também, aos Guias Locais Nevair Kurkievicz, Alison Luiz Batista e Tamara Laiz dos Santos, que confiaram no meu trabalho e aceitaram realizar as entrevistas que foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Agradeço a Simone Brustolim, Gerente da Secretária de Turismo do município de Tibagi, pelos auxílios e informações sobre a cidade, o turismo e sobre o

Parque.

Agradeço ao senhor Neri Assunção, diretor do Museu de Tibagi, quem nos recebeu no museu e aceitou ser entrevistado para essa pesquisa, contando suas histórias sobre a cidade e a cultura material do museu.

Agradeço ao Cristovam gerente do Parque Estadual do Guartelá pela colaboração na pesquisa e disponibilidade durante todo o período de estadia que estive no Parque para a realização do campo. Agradeço também, aos funcionários do Parque, Roberto, Vanderlei, Gelson, Lisyas que estiveram dispostos na colaboração da pesquisa, auxiliando durante todo o trajeto, respondendo as dúvidas que iam surgindo. E agradeço pelo auxílio nos contratempos como nos deslocamentos cidade-hospital- parque durante os dias que estivemos hospedados no alojamento.

Agradeço a colaboração e amizade da Claudia Parellada pela confiança na pesquisa, pelas indicações de leituras, disponibilidade para responder meus questionamentos, pela troca de conhecimentos e aprendizados, por ceder algumas fotografias do seu acervo pessoal e também por aceitar participar da banca de qualificação e defesa desta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de Ponta Grossa Diely Cristina Pereira e Igor Lopes, por intermináveis momentos ouvirem contar da paixão pela pesquisa e pelo Parque, e pelos, “pitacos” do Igor nas leituras.

Agradeço a Cláudia Schwab pelas correções ortográficas na dissertação.

Agradeço a Carla Gonçalves por todos os momentos de aprendizado, alegria, amizade, confraternização e troca de saberes. Pela oportunidade de fazer parte do projeto Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG- MUVIe. E agradeço imensamente por compreender e entender as ausências, os dias de estudos e por acreditar no meu trabalho e na minha determinação.

Agradeço as minhas mães Ana e tia Denise a quem dedico este trabalho, a elas que sacrificaram, lutaram e ainda lutam para que eu possa estudar, que apoiaram meus sonhos e estão torcendo pela minha felicidade.

Agradeço a minha sogra turismóloga Thaís Natália desde o dia que soube que iria tentar a seleção do mestrado, apoiou com palavras incentivadoras, sempre dando forças para continuar os estudos. Agradeço pelas discussões e leituras a respeito do Turismo, pelo apoio a saída de campo do mestrado, pelas conversas que acalmaram nos momentos difíceis e indecisos.

Agradeço a minha família, aos meus tios Giovanni, Luis D’Sordi, Nelson,

Jorge e minhas tias que mesmo sem compreender meus estudos, me apoiaram. Aos meus primos e primas. As minhas sobrinhas Sarah, Esther, Maria Paula e Lana e os sobrinhos João Júlio, João Henrique, Miguel e Kauan.

Agradeço a minha querida madrinha Luciene, a quem tenho tanto orgulho, que decidi seguir a carreira de professora.

Agradeço ao meu companheiro e amigo Mathias Aguiar, por caminhar ao meu lado, por incentivar a prestar a seleção do mestrado, sempre apoiando e acreditando, mais do que eu mesma. Agradeço por entender as ausências, algumas noites e finais de semana estudando, agradeço pelo carinho, amizade, compreensão, amor e muita mais muita paciência comigo.

In memória dos meus amados: primo Arthur Vinícius, meu tio Messias e minhas tias Deth e Rosanea.

A todos os que eu esqueci, me desculpem.

Obrigada aos colabores desta pesquisa que de alguma maneira me ajudaram no percurso e que fizeram parte direta e indiretamente para que este trabalho pudesse ser concluído.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo identificar e analisar as práticas de Ensino de História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no Parque Estadual do Guartelá (PEG), localizado no município de Tibagi (Paraná/Brasil). A pesquisa debate acerca das potencialidades do Ensino de História realizado em ambientes não formais de ensino-aprendizagem, neste caso, o Parque, que é uma área importante do campo da preservação e que contribui para que ocorra a interface entre patrimônio, ensino, história e educação. Além de ser um espaço de mediação para o ensino-aprendizagem de História em ambiente não escolar a partir dos elementos que o constituem enquanto recurso didático-pedagógico. O estudo está fundamentado nas fontes documentais; referências bibliográficas; Plano de Manejo do Parque; entrevistas semi-estruturadas, análise de folders, artesanato e do Museu. Para tanto, fornece elementos pautados nas ações educativas, patrimoniais, arqueológicas e históricas, dialogando com a interdisciplinaridade, que nesta pesquisa são observadas como educativas acerca do potencial turístico e por profissionais que não são historiadores, mas sim, pelos guias de turismo e guias locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História Pré-Colonial; Arqueologia; Turismo; Parque Estadual do Guartelá.



## **ABSTRACT**

The present research has as main objective to identify and analyze the practices of Teaching of Pre-Colonial History, through the tourist activities implemented in Guartelá State Park (PEG), located in the county of Tibagi (Paraná / Brazil). The research discusses the potential of Teaching History carried out in non-formal teaching-learning environments, in this case, the Park, which is an important area of the preservation field and contributes to the interface between heritage, teaching, history and education. Besides being a space of mediation for teaching-learning History in non-school environment from the elements that constitute it as a didactic-pedagogical resource. The study is based on documentary sources; bibliographic references; Park Management Plan; semi-structured interviews, analysis of folders, crafts and the Museum. For that, it provides elements based on educational, heritage, archaeological and historical actions, dialoguing with interdisciplinarity, which in this research are observed as educational about tourism potential and by professionals who are not historians, but rather by tourism guides.

**KEY-WORDS:** Pre-Colonial History Teaching; Archeology; Tourism; Guartelá State Park.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS:

Figura 01- Mapa Municipal de Tibagi	.....27
Figura 02- Mapa da situação do <i>Canyon</i> do Guartelá	.....31
Figura 03- Mapa de distribuição dos povos indígenas no Paraná nos séculos XVI e XVII	.....42
Figura 04- Periodização arqueológica na região dos Campos Gerais	.....64
Figura 05- Croquis da região do entorno do Guartelá	.....67
Figura 06- Duas imagens de cervídeo que estão representadas na parede do sítio arqueológico Lapa Ponciano	.....72
Figura 07- Animal e pontos	.....73
Figura 08- Representação de um lagarto	.....73
Figura 09- Representação de um pássaro	.....73
Figura 10- Provável representação de um felino	.....74
Figura 11- Formulário de Entrevista Guia de Turismo	.....81
Figura 12- Credencial (carteirinha) de Guia de Turismo	.....82
Figura 13- Certificado Cadastur	.....83
Figura 14- Formulário de Entrevista para Turista	.....97
Figura 15- Formulário de Entrevista Gestor do PEG	.....109
Figura 16- Slogan do Programa Parque Escola	.....114
Figura 17- Imagem propaganda do site	.....136
Figura 18- Página do site Guartelá Gallery	.....137

## LISTA DE FOTOS:

Foto 01- Recepção do Parque Estadual do Guartelá	28
Foto 02- Conjunto de fotografias do relevo ruiforme no PEG	32
Foto 03- Vegetação do PEG	33
Foto 04- Vegetação do PEG	33
Foto 05- Vegetação do PEG	34
Foto 06- Vista do <i>Canyon</i> Guartelá e do Rio Iapó	34
Foto 07- Vista do PEG, ao fundo onde mostra a seta amarela, está o sítio arqueológico Lapa Ponciano	36
Foto 08- Conjunto de imagens de placa de identificação dos sítios arqueológicos no entorno do PEG	39
Foto 09- Área de propriedade privada do Senhor Olímpio Mainardes	48
Foto 10- Área de Unidade de Conservação do Parque, início da trilha básica	48
Foto 11- Cachoeira da Ponte da Pedra	55
Foto 12- Mirante	55
Foto 13- Quedas d' água Painelões de Sumioduro	56
Foto 14- Painelões de Sumioduro	56
Foto 15- Sítio arqueológico Lapa Ponciano	57
Foto 16- Recibo trilha completa do PEG	58
Foto 17- Entrada do sítio arqueológico Lapa Ponciano	69
Foto 18- Conjunto de placas do sítio arqueológico Lapa Ponciano	70
Foto 19- Pintura rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano	70
Foto 20- Pintura rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano	71
Foto 21- Pintura rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano	71
Foto 22- Degradação do paredão rochoso no sítio arqueológico Lapa Ponciano	72
Foto 23- Placa de identificação entrada do PEG- As Pinturas Rupestres	118
Foto 24- Placa de identificação entrada do PEG- Canyon Guartelá	119
Foto 25- Museu Histórico Desembargador Edmundo Merce Júnior	123
Foto 26- Sala Usos e Costumes	123
Foto 27- Objetos televisores, rádios, relógios, telefones que pertenceram aos moradores tibagianos	124
Foto 28- Evolução dos telefones que pertenceram aos moradores tibagianos	124
Foto 29- Sala da Política e dos Equipamentos Dentários e Farmácia	125
Foto 30- Modelo de acampamento dos tropeiros	125
Foto 31- Sala do Garimpo	126
Foto 32- Exposição das pedras encontradas durante o garimpo	126
Foto 33- Sala exposição temporária com a mostra do Carnaval	126

Foto 34- Sala Sacra	.....127
Foto 35- Talentos Musicais	.....127
Foto 36- Conjunto de fotografias da entrada e da sala do Indígena kaingang	.....129
Foto 37- Conjunto de fotografias da sala do Indígena kaingang	.....130
Foto 38- Sala do Indígena kaingang	.....131
Foto 39- Artefatos Indígenas	.....131
Foto 40- Artefatos líticos	.....132
Foto 41- Quadros representando a arte rupestre	.....138
Foto 42- Folder Parada do Guartelá	.....140
Foto 43- Folder Guartelá Ecoturismo	.....140
Foto 44- Folder Secretaria de Turismo	.....141
Foto 45- Folder Tibagi Aventuras	.....141
Foto 46- Folder Pousada Itátytyba	.....142
Foto 47- Cartão Postal	.....142

## LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 01- Idade dos turistas	.....98
Gráfico 02- Origem dos turistas?	.....99
Gráfico 03- Escolaridade	.....100
Gráfico 04- Frequência de visita ao Parque	.....100
Gráfico 05- Quais atrativos chamou mais atenção dos turistas?	.....101
Gráfico 06- Como souberam do Parque?	.....102
Gráfico 07- Característica do Grupo	.....103
Gráfico 08- Organização da viagem	.....104
Gráfico 09- Qual motivo da visitação	.....104
Gráfico 10- Conhece os sítios arqueológicos do PEG?	.....105
Gráfico 11- Foi informada a História da Pré-Histórica para o turista?	.....106
Gráfico 12- O turista foi apresentado sobre a informação da existência os sítios arqueológicos no Parque?	.....107
Gráfico 13- Já ouviu falar em Arqueologia, sítios arqueológicos ou pré-história?	.....108

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IAP- Instituto Ambiental do Paraná

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PR-Paraná

PEG- Parque Estadual do Guartelá

SNUC- Sistema de Unidade de Conservação da Natureza

UC- Unidade de Conservação

FURG- Universidade Federal do Rio Grande

UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SEUC- Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SEED- Secretaria de Estado da Educação

CEDUC - Coordenação de Educação Patrimonial

MinTur- Ministério do Turismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO I- EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O PEG ENQUANTO MEIO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL</b>	20
1.1 O Ensino de História em ambientes não formais	20
1.2- A informação através do olhar dos guias de turismo em um espaço não formal de ensinar	23
<b>CAPÍTULO II- ALGUNS ASPECTOS CONTEXTUAIS DO PARQUE ESTADUAL DO GARTELÁ</b>	26
2.1- Localização e descrição da área geoambiental	26
2.2- Alguns aspectos Históricos	35
2.2.1- Contextos Históricos do Povoamento da região de Tibagi	40
2.2.2- Os nomes e suas Histórias	49
2.3- Aspectos legais do Parque enquanto Unidade de Conservação	51
2.4- Atrativos Naturais e Turísticos no Parque Estadual do Garatelá	54
2.5- A Arqueologia como Patrimônio e o Potencial Educativo	58
2.5.1-Breve história da Arqueologia no Paraná e no PEG	63
<b>CAPÍTULO III- DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO</b>	76
3.1- Metodologia da Pesquisa	76
3.2- A saída de campo: quem são os Guias	79
3.3- A saída de campo: os proprietários e funcionários das Operadoras de Turismo	88
3.4- A saída de campo: os Turistas	96
3.4.1- Análise dos indicadores oriundos das entrevistas realizadas na saída de campo	108
<b>CAPÍTULO IV- SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES DA MATERIALIDADE ENQUANTO FERRAMENTAS EDUCATIVAS E COMERCIAIS</b>	121
4.1- Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior	121
4.2- Artesanato local	134
4.3- Análise de Folders	139

<b>CONCLUSÃO</b>	.....146
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	.....149
<b>APÊNDICE A- Autorização do IAP</b>	.....155
<b>APÊNDICE B- Renovação da Autorização do IAP</b>	.....156
<b>APÊNDICE C- Autorização dados do formulário</b>	.....157
<b>APÊNDICE D- Autorização entrevista</b>	.....158



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Parque Estadual do Guartelá (PEG), localizado no município de Tibagi no estado do Paraná/Brasil. A intenção deste estudo foi discutir as possibilidades do Ensino de História Pré-Colonial<sup>1</sup> nos ambientes não formais de educação, valendo-se como referência o PEG que tem como propósito proteger e preservar as áreas naturais, arqueológicas, históricas e geográficas. O parque não apenas trata-se de uma Unidade de Conservação (UC), uma área protegida, que tem a necessidade de conservar e salvaguardar o patrimônio histórico-cultural e social, mas também, de um espaço que possibilita e oportuniza ações de cunho educativo que viabiliza a realização do processo de ensino-aprendizagem nestes espaços, os quais não necessariamente, foram criados com o intuito principal voltado para educação.

Dessa maneira, a viabilidade de ocorrer à interface entre patrimônio, ensino, história, turismo e educação, é possível através de mecanismos que auxiliem na mediação dessa interlocução. Como é o caso desta pesquisa, para que ocorra o ensino-aprendizagem de História, o ambiente deve conter elementos históricos, culturais, sociais e naturais, sendo assim, a partir de tais elementos que o constituem enquanto recurso didático-pedagógico permitindo a realização de ações de potencial educativo e patrimonial.

Assim, as possibilidades de que ocorram ações integrando as comunidades ao redor do ambiente, pode vir a se tornar benéfico, não somente para valorizar e preservar o local, mas também, para aumentar a visitação e aproximar a população dos patrimônios existentes no município.

As ações de cunho educativo, que neste trabalho, tem-se a necessidade de discutir são pautadas na interdisciplinaridade entre a História, Arqueologia e o Turismo Cultural, este diálogo contribui para pensar o Parque como um ambiente de educação não formal. Ou seja, a educação não formal caracteriza-se por ser uma educação que atua fora do âmbito escolar, isto é, em espaços que possibilitam uma formação mais crítica e humana do indivíduo; através de meios físicos, sendo representadas por museus, teatros, praças, arquivos, parques, dentre tantos outros que possuem um perfil cultural e artístico.

A proposta desta dissertação de mestrado surge a partir dos questionamentos

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto será usado a nomenclatura História Pré-Colonial quando referir ao passado Pré-Histórico. Porém, nos questionários de entrevistas a nomenclatura da palavra usada foi a de pré-histórico para facilitar a compreensão da palavra no momento das entrevistas.

que ficaram pendentes, após a pesquisa realizada pela autora, quando a mesma cursava Especialização em História, Arte e Cultura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, e realizara pesquisa para a construção do trabalho de conclusão de curso<sup>2</sup> no sítio arqueológico Lapa Ponciano, localizado dentro do PEG. Ao pesquisar o patrimônio arqueológico do Parque, a autora sentiu a necessidade de continuar levantando questões acerca do Ensino de História, Arqueologia e do Turismo, não somente no sítio arqueológico, mas em toda a extensão do Parque e o potencial educativo e turístico que o mesmo possui.

Diante de tais fatos foi construído o projeto de pesquisa para a seleção de mestrado, obtendo como resultado material para a elaboração desta dissertação. Portanto, o PEG como um espaço não formal de ensino-aprendizagem, além de oferecer atrativos naturais, oportuniza desenvolver ações que visam atividades turísticas e educativas, e, que, aproxima o contato do turista com o patrimônio cultural. Sendo, dessa forma, importante salientar as questões educativas, patrimoniais e turísticas dos locais, para além de propiciar e aumentar a visitação, também, colabora na preservação e conservação destes espaços sociais, recreativos e de pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar as práticas de Ensino da História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no PEG. Ao longo da pesquisa também será abordado alguns objetivos específicos para complementar à proposta de estudo, sendo eles: identificar e avaliar as ações educativas que o Parque promove para a comunidade; refletir sobre as ações de Ensino de História a partir do passado pré-colonial que são importantes para a UC; averiguar como a História local pré-colonial é apresentada para os turistas; identificar quem são e como se dá a formação dos guias turísticos e locais, considerando o objeto de estudo deste projeto, a História Pré-Colonial e analisar como é a relação da comunidade com o Parque.

Para tanto, a dissertação está dividida, em sua estrutura de escrita, em quatro capítulos. No primeiro capítulo “Educação não Formal: O PEG enquanto meio para o ensino-aprendizagem de História Pré-Colonial”, foi abordado o conceito de educação não formal e os espaços que podem ocorrer à educação não formal. Além de debater sobre como a informação através do olhar do guia, chega ao turista, e também abordar o turismo como um vetor de mediação do ensino-aprendizagem.

---

<sup>2</sup>ALVES, A.C.S.C; PEREIRA, D.C. Utilização dos espaços não formais: o Ensino de História no Sítio Arqueológico Lapa Ponciano-PEG-Paraná. Especialização em História, Arte e Cultura- Universidade Estadual de Ponta Grossa- Paraná. 2016.

O segundo capítulo “Alguns aspectos contextuais do Parque Estadual do Guartelá”, o qual buscou descrever os aspectos referentes às características gerais como a vegetação, fauna e flora, os contextos históricos do povoamento da região, os aspectos arqueológicos e geológicos. Além, de pontuar sobre o Plano de Manejo e a criação da Unidade de Conservação (UC) Proteção Integral, ou seja, o parque está inserido em uma categoria que o protege e salvaguarda o seu meio ambiente e seu patrimônio histórico, cultural e natural.

O terceiro capítulo “Descrição da Metodologia de Trabalho”, aborda os procedimentos metodológicos utilizados durante os dois anos de pesquisa. Descrevem minuciosamente os passos da metodologia, o levantamento bibliográfico, a construção dos questionários de entrevistas semi-estruturadas, o planejamento das duas saídas de campo, os percursos encontrados pelo caminho. Além de descrever todos os entrevistados e debater as respostas dos questionários preenchidos.

O último capítulo “Significados e representações da materialidade enquanto ferramentas educativas e comerciais”, aborda o patrimônio arqueológico fora do PEG, ou seja, onde encontram-se Arqueologia e História Pré-Colonial na materialidade, se estão presente nos meios de divulgação panfletos, folders, nas ações educativas museológicas da cidade e através do artesanato local. Além disso, foi averiguado todo o levantamento, afim de que este auxiliasse na compreensão da problemática da pesquisa.

Assim, a partir de toda a discussão teórica dos capítulos propostos foi possível apurar se o Parque enquanto espaço não formal de ensino-aprendizagem pode vir a ser considerado uma importante ferramenta para o potencial educativo e turístico, através dos seus elementos culturais, históricos, arqueológicos, sociais e naturais.

# **CAPÍTULO I- EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O PEG ENQUANTO MEIO PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL**

O capítulo tem como objetivo apontar aspectos referentes à educação não formal e seus espaços de desenvolvimento. Para o caso desta pesquisa, o Parque Estadual do Guartelá é observado como um ambiente de educação não formal, o que o caracteriza, portanto, como um espaço educativo.

Em segundo momento discutiremos sobre o ensino de História Pré-Colonial e aspectos sobre a informação direcionada aos turistas, através do olhar dos Guias de Turismo, em um espaço não escolar de ensinar. Também iremos abordar o Turismo como um vetor de ensino, e como se dão as mediações entre o ensino- aprendizagem em ambientes não formais de educação.

## **1.1 ENSINO DE HISTÓRIA EM AMBIENTES NÃO FORMAIS**

O processo de ensino-aprendizagem acontece em três categorias divergentes: a educação formal, educação informal e a educação não formal. Cada uma possui suas próprias características, além de estarem relacionadas umas às outras. Nesta pesquisa estamos trabalhando com a educação não formal.

A Educação formal acontece nos meios escolares. É desenvolvida nas instituições educacionais e está diretamente relacionada aos saberes escolares, correspondendo as Diretrizes Curriculares Nacionais<sup>3</sup>. Já a Educação informal é “aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2006, p.28).

A educação não formal se realiza em locais distintos da sala de aula e também dos citados na educação informal. Ocorre a partir de ambientes que não necessariamente foram construídos para fins escolares ou de pesquisa, mas que tem relação direta com o ensino formal, como: museus, parques, bibliotecas, arquivos,

---

<sup>3</sup> Para uma leitura mais abrangente indicamos a leitura Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

pontos turísticos, cidades, ruas, shoppings, mercados públicos, galerias de arte, dentre tantos outros espaços que possuem um perfil cultural, pedagógico e artístico.

O ensino não formal está relacionado com as vivências e com os conhecimentos do indivíduo mediante a relação com a sociedade. Segundo Simson, Park e Fernandes:

A educação não-formal é toda aquela que é mediada pela relação ensino/aprendizagem; tem forma, mas não tem uma legislação nacional que a regule e incida sobre ela. Ou seja, uma série de programas, propostas, projetos que realizam ações e interferências, que são perpassados pela relação educacional, mas que se organizam e se estruturam com inúmeras diferenças – em suma, um leque bastante amplo de possibilidades. (SIMSON, PARK, FERNANDES, 2007, p.16).

Logo, a educação não formal pode acontecer em diversos espaços sociais e culturais independente da utilidade do meio físico, o importante é que este espaço forneça meios para que ocorra a intenção de ensinar e relacionar o ambiente com o aprendizado. Desta forma, pode acontecer em vários lugares, relacionando o conhecimento prévio do indivíduo e a história do local. Além disso, o processo de ensino- aprendizagem em ambientes não formais, não ocorre somente por meio de um professor, mas também se dá por meio da ação de profissionais da área do Turismo, da Arqueologia e da Museologia.

Segundo Xavier e Fernandes apontam, a cerca do público que frequenta os espaços não formais de aprendizagem,

No espaço não-convençional da aula, a relação de ensino e aprendizagem não precisa necessariamente ser entre professor e aluno(s), mas entre sujeitos que interagem. Assim, a interatividade pode ser também entre sujeito e objetos concretos ou abstratos, com os quais ele lida em seu cotidiano, resultando dessa relação o conhecimento. (XAVIER, FERNANDES, 2008, p. 226).

Segundo Gohn, a educação não formal é caracterizada como:

uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Quando presente na fase de escolarização básica de crianças, jovens/adolescentes ou adultos, como pode ser observado em vários movimentos e projetos sociais citados, ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar – chamada por

alguns de escola integral. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política (GOHN, 2014, p.42).

Consequente, a educação não formal é essencial por possibilitar uma formação cidadã do indivíduo, que aproxima-se e convive com a sociedade como um todo através de espaços como: museus, teatros, dentre tantos outros que qualificam para diferentes expressões e vivências da sociabilidade.

Porém, a educação não formal tende a dialogar com os aspectos sociais, culturais e turísticos, com os conceitos de memória, pertencimento, patrimônio. Além de sensibilizar e educar o indivíduo frente ao ambiente em que está conhecendo e proporcionando a possibilidade de novos conhecimentos e novos aprendizados. Ou seja, a experiência em ambientes não formais de ensino-aprendizado pode favorecer a “aplicação e associação de conceitos e conhecimentos já aprendidos com as informações novas, do ambiente, reduzindo as exigências de abstração do aprendiz e permitindo uma compreensão mais eficiente dos conhecimentos” (OLIVEIRA; GASTAL, 2009, p.07).

Portanto o conhecimento em Ensino de História não é só discutido e construído em sala de aula, também ocorre em ambientes não formais, como no Parque Estadual do Guartelá que pode ser abordada como uma educação em espaço não formal de ensino-aprendizagem. A educação realizada no Parque Estadual do Guartelá, e em diversos outros espaços, explicados neste subtítulo, podem ser considerados educação não formal. Para que essa ocorra é necessário que o espaço tenha meios que possibilite o ensino-aprendizagem do indivíduo e possa relacionar o conhecimento, o saber, a cultura, com as manifestações históricas, culturais e sociais. Busco, portanto, sensibilizar o indivíduo com o patrimônio do outro, além de conhecer poder respeitá-lo e preservá-lo.

Neste ponto, o ensino de História pode ser realizado tanto nos ambientes escolares como nos espaços não formais de ensino-aprendizagem, recorrendo a elementos inseridos na cultura do indivíduo, levando em consideração o conhecimento prévio do público que visita, os elementos que contribuem para a formação social e o interesse pelo saber.

## 1. 2- A INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO OLHAR DOS GUIAS DE TURISMO EM UM ESPAÇO NÃO FORMAL DE ENSINAR

O Ensino de História em um ambiente não formal, não necessariamente, é realizado pelo professor ou professora, e sim, por um profissional de diferentes áreas (Arqueologia, Museologia, Turismo, dentre outras) capacitados em diversos cursos como graduação em ensino superior, curso técnico ou cursos complementares, que possibilite o profissional, que estará conduzindo os turistas à visita, conhecimento acerca da história do local e de seus patrimônios.

Do profissional que estará conduzindo a visita junto ao turista espera-se que tenha o conhecimento em relação ao local visitado. Pois, é através do guia que o turista irá receber as informações do local, conhecer suas histórias, as curiosidades, o artesanato, os pontos turísticos. Ou seja, a importância da informação e da explicação do guia é fundamental para o conhecimento e o envolvimento do turista com o patrimônio e com o local visitado, para que este se sinta confortável em sua viagem, mas também, que possa sensibilizar frente ao patrimônio do outro e da cultura do outro respeitando e valorizando.

Segundo a Lei nº 8. 623 de 28 de janeiro de 1993, sobre a função do exercício da profissão do Guia de Turismo.

Art. 1º O exercício da profissão de Guia de Turismo, no território nacional, é regulado pela presente Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

Art. 5º Constituem atribuições do Guia de Turismo:

a) acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional;

b) acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil;

c) promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários;

d) ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal;

e) ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo;

f) portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pela Embratur (BRASIL, 1993).

Portanto, o profissional da área do Turismo, não somente exerce a atividade de promover e orientar os turistas durante todo o trajeto da viagem, auxiliar no acompanhamento e deslocamento aos locais de hospedagem e alimentação, para que a viagem torne-se mais tranquila e de fácil acesso, bem como explicar com clareza e compreensão a história do local.

Além disso, é através do olhar do Guia que o turista conhecerá e receberá informações que mediarão sua vivência com determinados aspectos históricos, culturais, sociais, naturais do espaço visitado. De que maneira o Guia de Turismo pode realizar mais essa função? Segundo Guilherme Zettermann:

Paralelamente a tudo isso, existe um papel que o guia de turismo também realiza no qual, na maioria das vezes, não se dá conta que está realizando. Este papel, o de educador patrimonial, se faz em todos os instantes do seu guiamento quando necessita desenvolver diversas estratégias educacionais, tais como a interpretação do patrimônio, fazendo com que os turistas deixem de ver o patrimônio cultural da localidade visitada apenas como objeto de contemplação, mas também, como fonte de conhecimento, de forma a motivar a eles a terem respeito pelos elementos multiculturais do destino turístico visitado, reconhecendo a importância deste patrimônio cultural para a comunidade local e, assim, consequentemente, sentirem-se também responsáveis pelo mesmo (ZETTERMANN, 2016, p. 04).

O Guia conduz o turista às diversas possibilidades de olhares, concentrando-se naquilo em que acredita ser mais importante (ou atraente) para o turista. Busca mostrar os elementos que contemplem e que fazem parte da história e da identidade de determinada comunidade. Como no caso do Parque Estadual do Guartelá, que também acontece com a colaboração do Guia de Turismo ou o Guia Local<sup>4</sup>, que acompanha o turista no passeio a trilha completa conhecendo os atrativos naturais e culturais.

O Guia de turismo como o mediador deste ensino-aprendizagem é quem proporciona que esses saberes cheguem ao alcance do turista permitindo, assim, que o simples ato de viajar não significa apenas um passeio de distração, e sim, um leque de possibilidades e oportunidades de aprendizados e conhecimentos de novas culturas, costumes, línguas, dentre tantos outros saberes.

A relação entre o turista e o residente pode proporcionar trocas de experiências, conhecimentos sobre a história do local visitado, os costumes, a cultura, a gastronomia e

---

<sup>4</sup> A diferença entre o Guia de Turismo e o Guia Local é que o primeiro participou do curso de Técnico de Turismo e é cadastrado pelo Ministério do Turismo, e o segundo realizou o curso Guia Local ou Conductor Local que pode exercer atividades turísticas. Explicaremos esta questão no subtítulo 3.2 A saída de campo: quem são os Guias.



os modos de pensar e agir. Além disso, conhecer os patrimônios, o artesanato local, podem aproximar indivíduos com culturas diferentes, gerando o respeito e a valorização da cultura e do patrimônio. Para que tal relação seja alcançada positivamente, se torna necessário o agente norteador, neste caso, o Guia. Este, além de exercer todas as funções já mencionadas, também atua como um vetor educacional, de acordo com Fonseca Filho, o qual destaca que:

O objetivo central da educação turística é educar os munícipes e turistas para o desenvolvimento sustentável do turismo, contribuindo para que todos desenvolvam comportamentos responsáveis e coerentes diante da atividade turística. Ela não objetiva apenas formar pessoas que recebam bem turistas, mas também cidadãos que valorizem e protejam os patrimônios culturais e naturais da localidade (FONSECA FILHO, 2007, p.20).

É a partir do olhar do Guia que o turista é conduzido a perceber o outro e compreender a importância do patrimônio para a determinada comunidade. Não simplesmente exercendo o papel de informante, mas sim, como “mediadores e comentaristas da cultural local e devem transmitir informações para os turistas que vão além do puro e simples fato” (PINTO; MOSCARDI; NAKATANI, 2016, p.07). Portanto, antes de transmitir a informação para o turista o guia exerce outra função, neste caso, de pesquisador e estudante.

O trabalho do guia não se trata apenas de informar o turista sobre respectivo ponto turístico, suas histórias e curiosidades, mas, por trás, destas informações existe todo um processo de planejamento, pesquisas, estudos, leituras e aprendizagens, para enfim, adquirir conhecimento sobre o determinado local que pretende exercer suas funções. Portanto, a informação transmitida ao turista vai depender do conteúdo que o guia compreende sobre o local visitado a partir de seus cursos complementares, leituras de livros e artigos científicos, por conta própria, para cada vez mais adquirir novos conhecimentos. E se atualizar nos conteúdos que circundam em seu meio de trabalho.

A informação que o guia media para o turista, não vem do nada, não vem “crua”, existe toda uma pesquisa, horas de estudos, formação complementar em cursos ou formação técnica. Somente depois de certificar das suas capacidades teóricas, a partir das suas leituras, é possível que esteja preparado para conduzir os turistas ao determinado local turístico.

Através da mediação do profissional do turismo os visitantes são sensibilizados a respeitar, preservar e valorizar os monumentos e patrimônios culturais e históricos do outro. Isso corrobora para uma consciência turística do cidadão, formando olhares mais sensíveis ao outro.

## **CAPÍTULO II- ALGUNS ASPECTOS CONTEXTUAIS DO PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ**

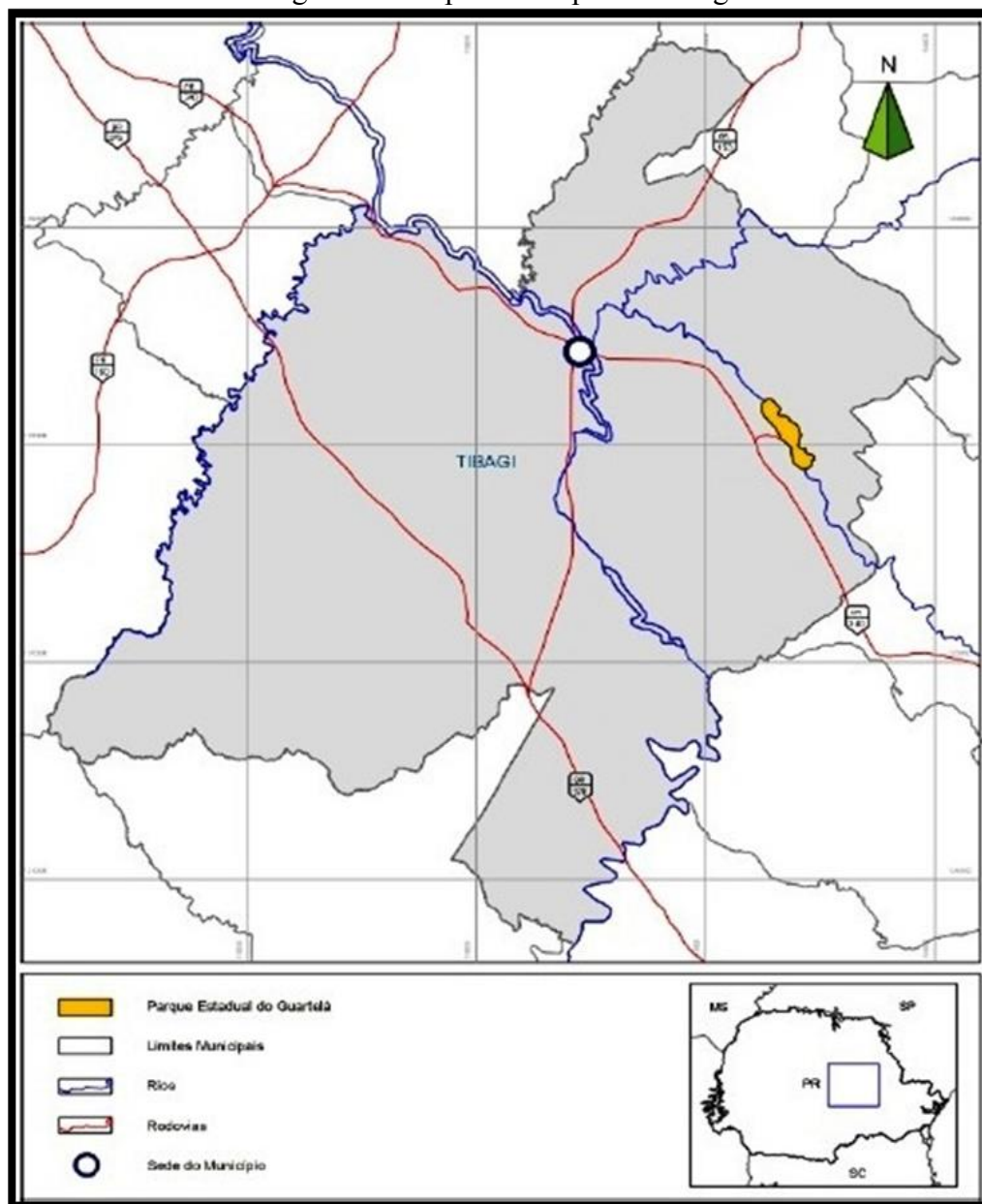
Neste capítulo, temos como objetivo abordar algumas questões referentes aos aspectos contextuais do Parque Estadual do Guartelá (PEG) como a localização e as características gerais, como: a fauna e flora, os aspectos históricos e arqueológicos, a importância de se preservar e conservar este patrimônio histórico, cultural, natural e turístico. Para tanto, falaremos da criação e das atribuições do Parque enquanto Unidade de Conservação (UC) e a legislação que regem as UC no país. Também pontuaremos, brevemente, a Arqueologia no Paraná, as leis que protegem o patrimônio arqueológico, tal como a cultura material deixada por estes sujeitos históricos do passado, que hoje, sobrepõem às paisagens as suas Histórias.

Traçando um paralelo com a contemporaneidade e oportunizando o ensino-aprendizagem do Ensino de História Pré-Colonial no Parque Estadual do Guartelá, o Parque e os sítios arqueológicos, compõem um instrumento de ensino, ou seja, temos o espaço e o recurso pedagógico para que o Ensino de História Pré-Colonial aconteça. Porém, alavancando a discussão, para que isso ocorra é necessário um intermediário, ou seja, um sujeito que vai mediar este caminho. E este caminho se dá pelo olhar do Guia de Turismo, como mediador do ensino- aprendizagem em ambientes não formais.

### **2.1 LOCALIZAÇÃO E BREVE DESCRIÇÃO DA ÁREA GEOAMBIENTAL**

O Parque Estadual do Guartelá situa-se na microrregião de Telêmaco Borba, no município de Tibagi, na região dos Campos Gerais na porção centro-leste do Estado do Paraná, que está “localizado nas coordenadas geográficas 24° 34' Sul do Equador e 50°14' Oeste de Greenwich, na margem esquerda do Canyon do Rio Iapó” (IAP, 2002, cap.03, p.01), a uma distância de 203 km de Curitiba, capital do Estado, conforme observa-se o mapa na figura 1.

Figura 01- Mapa Município de Tibagi.



(Fonte: Plano de Manejo, IAP, 2002).

Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br>

O Parque foi criado com o intuito de preservar e proteger o patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico que se insere na sua área. Segundo o Plano de Manejo:

O Parque Estadual do Guartelá foi criado com a finalidade de proteger uma das mais belas paisagens da região dos Campos Gerais do Estado do Paraná: o canyon do rio Iapó. Essa região foi, particularmente desde meados dos anos 80, bastante procurada por excursionistas que buscavam associar o turismo de aventura com a contemplação de belas paisagens. A necessidade de ordenar as atividades na área, de forma a se evitar grandes perturbações ambientais e do patrimônio arqueológico (considerando-se a grande riqueza faunística e de pinturas rupestres pré-históricas observadas na área), foi o marco do estabelecimento do Parque (IAP, 2002, cap.05, p.01).

Foto 01- Recepção do Parque Estadual do Guartelá.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017).

Por conseguinte, o ambiente onde o Parque está localizado é de fundamental relevância para a preservação dos sítios arqueológicos, incluindo as pinturas rupestres, o meio ambiente e as estruturas geológicas. Nesse sentido, favorecendo o cuidado com os aspectos históricos e geográficos que, no caso da região de Tibagi, oferece opulenta presença de paredões rochosos de arenito, que serviram de local de ocupação para os povos pré-coloniais.

Além do Parque Estadual do Guartelá ser um ambiente importante para a preservação e conservação do patrimônio histórico e patrimônio arqueológico, cultural e natural da região. Está localizado em uma área de ecossistemas que se destaca na paisagem por compreender grandes áreas de campos nativos, vegetação típica de cerrado e matas ciliares, abundante em araucárias, espécies nativas exóticas, relevo suave e presença de matas e florestas<sup>5</sup> (MELO, 2002).

---

<sup>5</sup> Para uma discussão aprofundada sobre as questões geológicas e geográficas do *Canyon* do Guartelá, indico conhecer o trabalho do Geólogo Mário Sergio de Melo intitulado *Canyon* do Guartelá, PR- Profunda garganta fluvial com notáveis exposições de arenitos devonianos. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert- Born, M.L.C. (Edits). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. 1ª ed. Brasília: DNPM/CPRM- Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), v.1, 2002, p. 279-288.

Logo, também é uma área de proteção por conta dos paredões rochosos em arenito, do relevo acidentado e ruiforme, da presença de espécies de animais em extinção como o lobo guará e a suçuarana, além de várias outras espécies da fauna como mamíferos pequenos e de grande porte, exemplo dos tatus, capivaras, porco do mato, aves, répteis, peixes, anfíbios, insetos, aracnídeos, dentre tantos outros que compõem a biodiversidade dos Campos Gerais, e conseqüentemente do PEG<sup>6</sup>.

Segundo o Plano de Manejo da Unidade de Conservação do Parque:

A flora do Parque Estadual do Guartelá enquadra-se no âmbito da Floresta Ombrófila Mista Montana e Aluvial, com araucária, em mistura com a Floresta Estacional Semidecídua do norte do Estado, com diversas espécies características; com a Floresta Ombrófila Densa, ou Atlântica, com poucas espécies; com a Estepe, que cobre a maior extensão do Parque, variando entre Campo com afloramento de rocha e Campo limpo, e uma mancha de Savana Parque (Cerrado) com algumas espécies típicas (IAP, 2002, cap. 04, p.27).

Destacam-se na paisagem as florestas, cachoeiras, sítios arqueológicos, que constituem um importante patrimônio natural, histórico, cultural e atrativo turístico, ao mesmo tempo em que possibilita desenvolver pesquisas sobre as práticas do Ensino de História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implantadas no Parque, como demonstram o objetivo e a problemática de pesquisa deste trabalho.

A região do entorno do Parque é uma área rica em ecossistemas, compreendendo sua biodiversidade fauna e flora, extensas áreas de campos limpos e campos cerrados com existência de estepes, que são ecossistemas de pradarias de alta latitude denominados por pastos, com ocorrência de Floresta Ombrófila Mista “uma formação florestal adaptada a condições de clima temperado úmido de altitude” (CARMO; MORO; NOGUEIRA, 2010, p.99) situada no Segundo Planalto Paranaense.

Já o relevo do Estado do Paraná caracteriza-se por três planaltos, separados por escarpas, denominados em Primeiro Planalto Paranaense, a Escarpa Devoniana<sup>7</sup>, o Segundo Planalto Paranaense, e o Terceiro Planalto Paranaense. Este relevo escalonado, em formato de degraus, influenciou nos fatores geológicos que originaram a Escarpa

---

<sup>6</sup> O Parque Estadual do Guartelá é rico na sua biodiversidade, nestes elementos que engloba os animais e os vegetais, a qual sua importância ecológica é fundamental para a preservação da diversidade das espécies. Para uma análise aprofundada desta discussão, conferir o livro organizado por MELO, M. S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G. B. Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa, Ed: UEPG, 2010, p. 230, ao qual, estamos utilizando alguns dos capítulos para referenciar este trabalho.

<sup>7</sup> Para o conceito de Escarpa Devoniana apresentamos a definição dos professores Isonel Sandino Meneguzzo e Mário Sergio de Melo que apresenta como sendo uma “feição geomorfológica estende-se como uma faixa em forma de arco, com cerca de 260 quilômetros de extensão e desníveis altimétricos usualmente entre 100 e 200 metros, podendo atingir até cerca de 450 metros na região do *Canyon* do Guartelá” (MENEGUZZO; MELO. In: LEANDRO, J.A. (Org.). Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais- UEPG. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/igeral.htm>).

Devoniana e o Arco de Ponta Grossa<sup>8</sup>. Segundo o geólogo Mario Sérgio de Melo, sobre o *Canyon* do Guartelá:

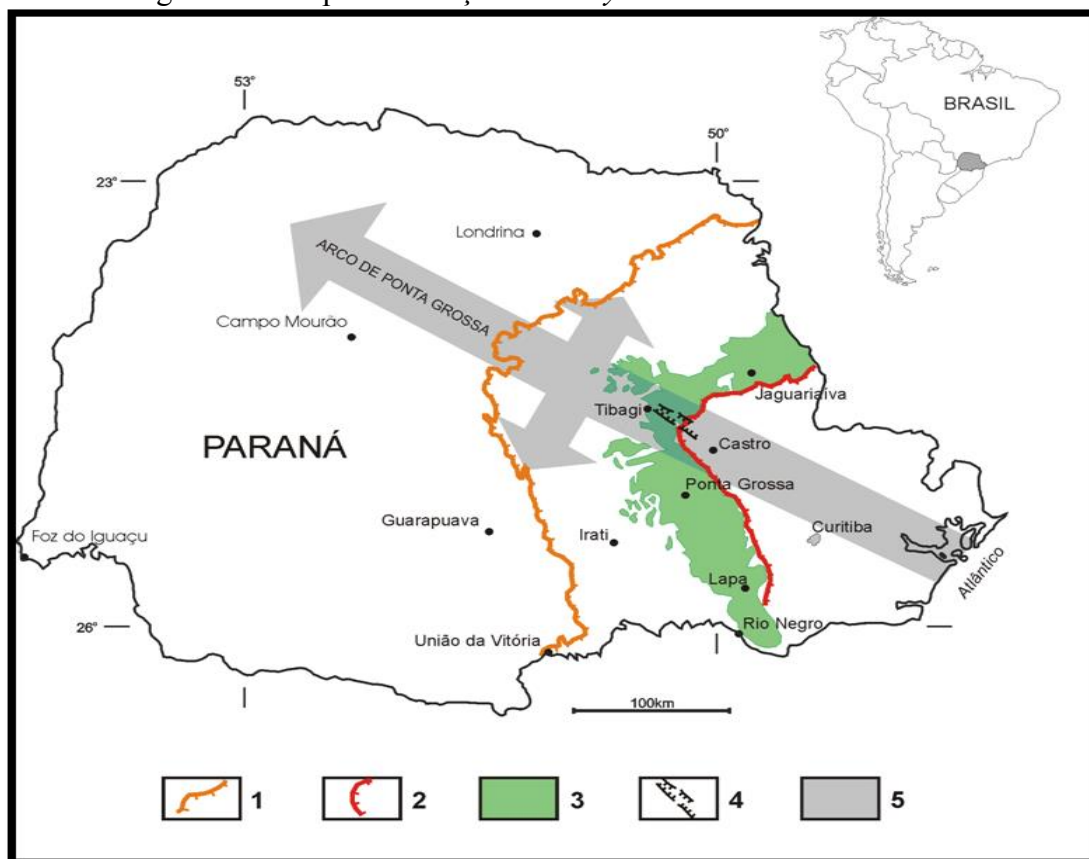
(...) é aproximadamente retilíneo, fortemente controlado por estruturas geológicas (fraturas, falhas, diques) de direção NW-SE. Marca a transposição da Escarpa Devoniana pelo Rio Iapó, o qual provém do Primeiro Planalto Paranaense, a sudeste, e rompe a escarpa em profunda e longa garganta, para atingir o Segundo Planalto, a noroeste (MELO, 2002, p.280).

Nota-se, na figura 2, o mapa da situação do *Canyon* do Guartelá, podendo ser observado a divisão do Arco de Ponta Grossa, a Escarpa Devoniana e os respectivos municípios do Estado do Paraná que fazem parte dos Campos Gerais.

---

<sup>8</sup> Para a definição do Arco de Ponta Grossa, utilizamos o conceito abordado pelos professores Mário Sergio de Melo e Heracto Kuzycz Assunção, apresentam que “o Arco de Ponta Grossa é uma estrutura geológica que marcou profundamente a geologia e geomorfologia do Estado do Paraná, com reflexos no povoamento e na economia. Além de originar os enxames de diques, soleiras e derrames, influenciou no escalonamento do relevo nos três planaltos em escadaria (Primeiro, Segundo e Terceiro Planalto Paranaense) e na concavidade do limite da Bacia do Paraná, que apresenta uma expressiva reentrância coincidente com o eixo mais elevado do Arco, onde a erosão removeu as rochas mais soerguidas e expôs as rochas mais antigas do substrato” (MELO; ASSUNÇÃO. In: LEANDRO, J.A. (Org.). Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais- UEPG. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/igeral.htm>).

Figura 02 - Mapa da situação do *Canyon* do Guartelá do Estado do Paraná.



1: Serra Geral da Escarpa; 2: Escarpa Devoniana; 3: Campos Gerais Região; 4: Canyon do Guartelá; 5: Posição aproximada do eixo do Arco de Ponta Grossa. (Fonte: Elaborado por Mario Sergio de Melo (2000), baseado em MAACK 1948 e 1981, MINEROPAR 1989). Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/sitio094/sitio094.htm>. Acessado em: Agosto de 2017.

Logo, como mostra na figura 2, a região dos Campos Gerais, ocupa uma parte do Segundo Planalto Paranaense, tendo como constituição geológica o arenito furnas que, por conseguinte, contribuiu para que fossem preservadas e conservadas as cavernas, os sítios arqueológicos, sumidouros, dentre outros.

Desta forma, a intensa ação de distintos agentes físicos, principalmente aquosos e eólicos, ao longo do tempo, tem modificado consideravelmente essa porção do relevo que, por ser de composição predominantemente arenosa, ensejou o aparecimento de ambientes *cársticos*, como cavernas, sumidouros, dolinas, fendas e fraturas, *canyons* e escarpas, além de isolados blocos rochosos. Além de muitas outras feições que se originam nos contrafortes da Escarpa Devoniana, formando um relevo profundamente recortado, destacam-se os cânions do rio Iapó, com desnível de até 450 metros, e outros menores como o vale do rio Pitanguí, ou do rio Jaguaricatu, de características antecedentes, isto é, nascem no Primeiro Planalto, atravessam a escarpa e desaguam no Segundo Planalto Paranaense (IPHAN, 2015, p.07).

O relevo nos Campos Gerais predomina a presença de trechos de rios e

lagos, com cachoeiras e corredeiras, cuja presença de água infiltrada nas rochas contribuiu para que acontecesse o fenômeno de estruturas rúpteis nos paredões rochosos. Nas palavras de Mário Sergio de Melo:

O Canyon do Guartelá é um sítio singular, por reunir patrimônio diversificado e impressionante: geomorfologia notável, com gargantas e escarpas rochosas, relevo ruiforme, cachoeiras e lajeados; excepcional exposição do Arenito Furnas, permitindo detalhar sua faciologia e subdividi-lo estratigraficamente; marcante controle do relevo por estruturas rúpteis ligadas ao Arco de Ponta Grossa; existência de grutas e lapas, algumas com material arqueológico; coexistência de vários ecossistemas (campos limpos, cerrado, floresta de araucária), que refletem diferentes condições paleoclimáticas, e onde subsistem espécies da fauna e flora nativos que se encontram ameaçadas de extinção fora das áreas de preservação (MELO, 2002, p.283).

Essas falhas e fraturas, bem como, as estruturas sedimentares auxiliam para que transcorram as formas ruiformes, ou seja, relevo onde a paisagem se parece com ruínas. Para melhor exemplificar trouxemos imagens do relevo no Parque Estadual do Guartelá, que podem ser observada no conjunto de fotografias abaixo.

Foto 02– Conjunto de fotografias do relevo ruiforme no PEG.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017).



Já os aspectos vegetativos do Segundo Planalto Paranaense constituem extensas áreas de campos limpos, campos com afloramentos de rocha, campos úmidos, formações rochosas, pastagens, paredões de arenitos, formações florestais, cerrado, capões, florestais ciliares, com uma vasta gama de fauna e flora, espécies exóticas e nativas, que proporciona uma vegetação de gramíneas e ciperáceas (MELO; MORO; GUIMARÃES, 2010). Como pode ser observado, um pouco mais do Parque, a partir das fotografias abaixo.

Foto 03- Vegetação do PEG.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017);

Foto 04- Vegetação do PEG.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017).

Foto 05- Vegetação do PEG.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017).

Foto 06- Vista do *Canyon* do Guartelá e do Rio Iapó.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves,2017).

O PEG por suas características de ecossistemas conta com diversas espécies de animais que se deslocam nesta região, e através da vegetação ciliar ao longo do Rio Iapó, e também pela rede de vales de afluentes. Sua existência favorece a preservação e a salvaguarda da biodiversidade. Como já afirmado ao longo deste tópico, a importância da preservação e conservação da área que está inserida o Parque se dá tanto pelo viés natural quanto pelas razões arqueológicas e históricas que compõem essa região.

## 2.2 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

O Parque Estadual do Guartelá<sup>9</sup> foi criado pelo decreto nº 1229 de 27 de março de 1992 e alterado pelo Decreto Estadual nº 2.329, de 24 de setembro de 1996, com uma área de 798,97 hectares na margem esquerda do Rio Iapó, e oficialmente implantado em 1997 (IAP, 2002). O Parque é administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná- IAP, que tem sua sede em Curitiba, capital do Estado.

Sua efetivação se deu no intuito de proteger as áreas ecológicas e “assegurar a preservação das paisagens singulares e dos ecossistemas típicos da região” (MOREIRA; ROCHA, 2010, p.205). Trata-se de um importante instrumento educativo e turístico, onde se realizam ações para preservar o patrimônio histórico e cultural, protegendo assim, os aspectos ambientais, a fauna e a flora, as grutas, cavernas, cachoeiras e os sítios arqueológicos<sup>10</sup>.

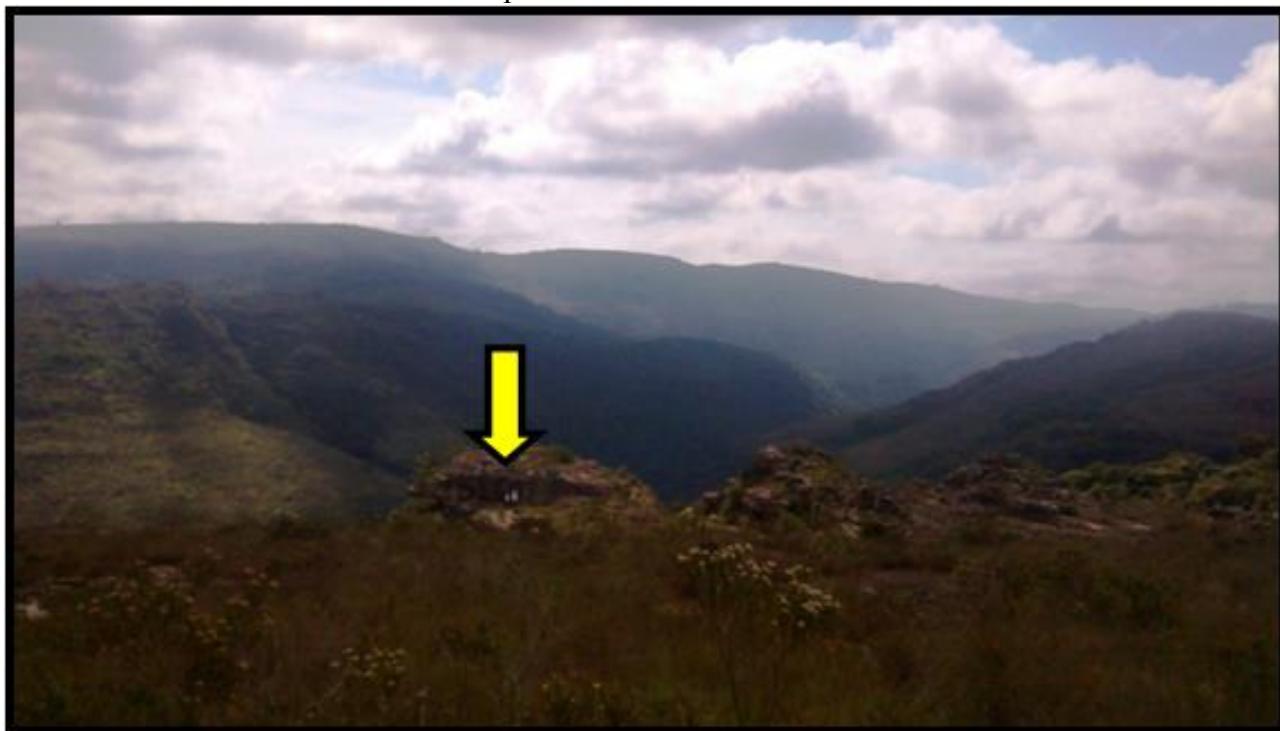
Como pode ser observado na foto 7, que demonstra a área de localização do sítio arqueológico Lapa Ponciano, há um conjunto de ações naturais e humanas estabelecendo vínculo em um mesmo lugar, que transforma o espaço, cria a paisagem e determina o lugar. Ou seja, “as paisagens culturais formam e são moldadas materialmente através de todas as interpretações antrópicas no ambiente” (COPE, 2012, p.93).

---

<sup>9</sup> A criação do Parque Estadual do Guartelá ocorreu na data do dia “27 de março de 1992, o Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, assinou o Decreto nº 1229, criando o Parque Estadual do Guartelá, com área de 4389 há. Decreto publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de 30 de março de 1992” (LANGE, 1994, p. 88).

<sup>10</sup> Dentro do Parque Estadual do Guartelá existem cinco sítios arqueológicos intitulados como: Sítio Arqueológico Floriano, Sítio Arqueológico Lapa Ponciano, Sítio Arqueológico Mirante, Sítio Arqueológico Cachoeira e Sítio Arqueológico Alojamento, porém, estes sítios não estão cadastrados no site do IPHAN. Apenas um dos sítios está aberto para visitação, devido às ações de degradação. Sobre as questões arqueológicas no Parque pontuaremos no subtítulo 2.5.1 “Breve história da Arqueologia no Paraná”.

Foto 07- Vista do PEG, ao fundo onde mostra a seta amarela, está o sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

As paisagens são resultados da ação humana, ela transforma e molda o meio em que está inserida, não diferente da paisagem do Parque que apresenta um palimpsesto, ou seja, várias sobreposições de camadas temporais, sociais e culturais, que ao longo dos séculos modelaram e criaram sentido aos espaços por diversas interferências humanas, sobrepondo elementos de paisagem do passado e do presente, “uma vez que a paisagem é uma construção cultural que envolve os aspectos dinâmicos da natureza e da cultura” (FAGUNDES, 2014, p.34).

Em conformidade, porém aprofundado, denomino o conceito de paisagem segundo o geógrafo Milton Santos:

A paisagem não se cria de uma vez, mas por acréscimo, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 1988, p.66).

Nessa paisagem pode-se observar o impacto do homem no espaço, o que possibilita discutir os processos históricos ocorridos na área. Ao pontuar sobre o conceito de paisagem, Mello (2015) aponta que a paisagem é como um “testemunho visual de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente” (MELLO, 2015,

p.50), segundo as modificações e intervenções que o homem impôs no espaço que está inserida a paisagem, neste caso o Parque Estadual do Guartelá.

Em outras palavras, a definição de paisagem, segundo Mello (2015) e Santos (1988) aponta elementos fundamentais que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Afinal, estamos pautando na relação de sobreposição da paisagem a partir de elementos que envolvem a ação humana e a ação natural ao longo do tempo, que hoje, podemos observar no Parque. Para que possamos mediar este caminho é necessário conhecer e entender a História dos povos que habitaram essas terras, e, portanto, atuaram na construção e modificação das paisagens, que hoje, nesta pesquisa, nos propusemos a analisar sob o viés da contemporaneidade. Assim, a partir disso, será possível debater a História Pré-Colonial apresentada através do discurso dos Guias de Turismo e Guias Locais.

As terras onde está localizado o Parque foram palco de grandes disputas ao longo dos séculos e passagem de diferentes sociedades indígenas. E, mais tarde, a presença de povos que se deslocavam para outras regiões por conta das atividades do tropeirismo e da mineração. Ao longo do tempo a paisagem da atual área que configura o PEG modificou-se, tanto pelos aspectos geográficos e climáticos, como pelas ações humanas, devido aos diversos povos que passaram a se deslocarem por essas terras em temporalidades diferentes alterando a paisagem, como pontua Milton Santos:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial (SANTOS, 1988, p.65).

A ocupação indígena pré-colonial tradicionalmente foi denominada como pré-histórica. No entanto, os indígenas pré-coloniais com suas particularidades culturais deixaram um legado não escrito de informações materiais que sugere a representação de sua cultura, a partir da cultura material<sup>11</sup>, ou seja, dos objetos e artefatos. Estas

---

<sup>11</sup> A cultura material é representada pelos objetos, artefatos, “coisas” que foram feitas pelo homem e que compõem de um significado, podendo ser representada por elementos da sua cultura, carregados de significados. Para a Arqueologia a cultura material pode ser compreendida como uma fonte documental. Segundo a arqueóloga Tânia Andrade Lima “a cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas. Longe de ser apenas um reflexo da cultura, ela a constitui ativamente (Hodder, 1982); do mesmo modo, mais que um reflexo direto do comportamento, ela age de volta sobre ele, com seu poder transformador, como parte das estratégias de negociação social. As formas materiais não espelham simplesmente distinções sociais, ideias ou sistemas simbólicos. Ao

populações indígenas eram nômades, caçadores-coletores e constituíam parte da paisagem da região.

A definição do conceito de pré-colonial se deu no Brasil a partir de estudos dos arqueólogos, para melhor exemplificar este termo apropriado das palavras de Barreto (2000) aponta que:

Com a presença bastante expressiva de intelectuais europeus, e sobretudo franceses, a arqueologia foi inserida na universidade, seguindo o modelo francês, como o estudo do passado pré-histórico humano, isto é, como pré-história, herdando assim toda a ambigüidade e problemas envolvidos em se delimitar este período da história humana que, na Europa, tradicionalmente se definiu como aquele que antecede a escrita. Apresentavam-se ainda os problemas adicionais da transposição de tal conceito para terreno brasileiro que, de certa forma, foi hoje elegantemente corrigido por arqueólogos brasileiros com o uso da expressão “pré-colonial” ao invés de “pré-histórico” (BARRETO, 2000, p.41).

Para tal, ao longo da pesquisa vamos empregar o conceito de Pré-Colonial ao invés de usar o conceito de Pré-História, quando referir aos povos indígenas do contexto anterior ao processo de colonização europeia na América.

As populações pré-coloniais foram as responsáveis pelas pinturas rupestres nos cinco sítios arqueológicos que estão localizados no PEG, denominados como: Sítio Arqueológico da Cachoeira, Sítio Arqueológico do Alojamento, Sítio Arqueológico do Mirante, Sítio Arqueológico Floriano e Sítio Arqueológico Lapa Ponciano. Somente o último está aberto para visitação por conta de fatores de degradação natural e ação antrópica, para assim, evitar a visitação aos outros sítios que estão com um percentual maior de degradação.

No entorno do Parque também encontram-se sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Alguns destes estão localizados em propriedades privadas, e todos foram cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>12</sup> – IPHAN. Um dos sítios arqueológicos está localizado dentro do Camping Recanto Ecológico da Dora, de propriedade da Doralice do Carmo Martins, intitulado como Sítio Arqueológico Recanto da Dora.

---

contrário, elas são o meio efetivo por onde esses valores, ideias e distinções sociais são constantemente reproduzidos e legitimados, ou transformados (Tilley, 2008b, p. 61), de modo que toda uma trama de relações sociais se instala a partir da cultura material” (LIMA, 2011, p.19).

<sup>12</sup> No entorno no Parque Estadual do Guartelá existem diversos sítios arqueológicos cadastrados pelo IPHAN. Na saída de campo realizada entre os dias 26/01/2017 a 31/01/2017, visitamos os três sítios arqueológicos localizados em propriedades privadas. Para maiores informações ver o site do IPHAN em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Nesse podemos acessar todos os cadastros de sítios arqueológicos brasileiros.

Outros sítios arqueológicos podem ser encontrados, também em propriedades particulares ou em reservas, como no caso da Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN Rancho Sonho Meu Parte I e o Rancho Sonho Meu Parte II<sup>13</sup>, que estão inseridas na propriedade do Senhor Nicolaas Johanes Biersteker e de sua esposa Douwtje Cornélia de Geus Biersteker. As duas unidades fazem divisa com o PEG. E, dentro da reserva encontram-se localizados dois sítios arqueológicos: O Abrigo Sonho Meu 2 e o Sítio Arqueológico Abrigo Alojamento Guartelá, ilustrados na foto 8.

Foto 08- Conjunto de imagem de placas de identificação dos Sítios Arqueológicos no entorno do PEG.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

<sup>13</sup> Conferir discussão das RPPN Rancho Sonho Meu Parte I e o Rancho Sonho Meu Parte II, no livro “Plano de Manejo Reservas Particulares do Patrimônio Natural Rancho Sonho Meu I e II”, organizado por Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, Curitiba, 2010. Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Planos\\_de\\_Manejo/PM\\_sonho\\_meu.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Planos_de_Manejo/PM_sonho_meu.pdf).

## 2.2.1 CONTEXTOS HISTÓRICOS DO POVOAMENTO DA REGIÃO DE TIBAGI

O Brasil configura um país com muitas culturas indígenas, divididas em dois troncos linguísticos o Tupi e o Macro-Jê, a partir dessa divisão classificam as famílias no tronco linguístico<sup>14</sup>, ou seja, cada família possui suas características linguísticas como sons, fonemas, as palavras, as maneiras de escrever e também a maneira de falar.

O tronco linguístico Tupi é uma das mais antigas famílias linguísticas na América. A junção de “duas línguas, o Tupí Antigo (Tupinambá) e o Guaraní Antigo” (RODRIGUES, 1986, p.29-30), deu origem ao Tupi- Guarani. Estes povos indígenas falantes da língua Tupi se dispersavam pelo território antes e após a colonização europeia, deslocando-se “desde os atuais Estados de São Paulo até o Maranhão e o guarani desde o Paraná até o norte da Argentina” (PROUS, 2007, p.87). E dessas diversas ramificações do tronco linguístico Tupi-Guarani a língua mais falada é o Guarani.

Os povos Guaranis, que povoaram as terras do atual Guartelá, influenciaram nos nomes e na escrita de algumas palavras, como o próprio nome Tibagi, que é uma palavra tupi- guarani, dentre tantas outras expressões linguísticas. Os indígenas Guaranis viviam nas matas perto de rios, em busca de caça e de área para a lavoura. “Vinham para o Guartelá para a caça ao veado, pacas, capivaras, porcos-do-mato, jacus, nhambus, dos quais no cânion ainda hoje existem sobreviventes, apesar dos caçadores brancos” (LANGE, 1994, p.15).

Já na família do tronco linguístico Macro-Jê<sup>15</sup>, abordaremos os povos indígenas Kaingang<sup>16</sup>, pertencentes ao tronco linguístico Jê. Esses “constituem um dos mais numerosos povos indígenas no Brasil meridional” (LAROQUE, 2009, p.81). Que também, devido a questões de deslocamentos territoriais, como os Guaranis, viveram nas terras onde hoje está localizado o Parque Estadual do Guartelá.

---

<sup>14</sup> Sobre a classificação das famílias linguísticas, veja o livro CAMARA, J.; MATOSO, J. Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa. 5ª edição. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1997, p.333.

<sup>15</sup> Sobre a família linguística Macro-Jê, Rodrigues (1986) aponta que “o constituinte maior do tronco Macro-Jê é a família linguística Jê, que compreende línguas faladas, sobretudo nas regiões de campos cerrados que se estendem do sul do Maranhão e do Pará, em direção ao sul, pelos Estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nisto a distribuição geográfica da família Jê contrasta com a da família Tupi-Guarani, a qual se situa em áreas de floresta tropical e subtropical” (RODRIGUES, 1986, p.47).

<sup>16</sup> A escrita da palavra Kaingang pode ser de diferentes maneiras como Caingangues, Kaingangues, Kaingáng ou Kaingang, todas as formas de escrita estão corretas. Ao longo do trabalho utilizarei a escrita Kaingang quando me referir a este grupo.



Os indígenas kaingang são povos que viviam perto de rios e preferencialmente em lugares com campos e araucárias. Deste modo, entende-se porque a escolha da região do atual Paraná. Segundo Mota (2016):

os Kaingang e os Xokleng ocupavam extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucárias e algumas áreas de matas próximas aos rios. Esses vastos campos entremeados de araucárias forneciam imensa quantidade de pinhões, que constituíam um dos seus principais alimentos e também dos animais que faziam parte de sua dieta. (MOTA, 2016, p.138).

Ao longo do tempo grupos desses dois troncos linguísticos, Macro-Jê e Tupi-Guarani, se deslocavam para a região do atual Estado do Paraná, devidos aos fatores como climáticos, condições ambientais, alimentícias e territoriais. Além de ser um povo que viviam predominantemente em ambientes a “céu aberto, algumas em cristas de morros, como as do alto Ribeira, Serra do Mar e topo de canyons com campos associados a matas de pinheiros Araucária, como em planícies aluviais e litorâneas, e em abrigos” (PARELLADA, 2016, p. 161-162).

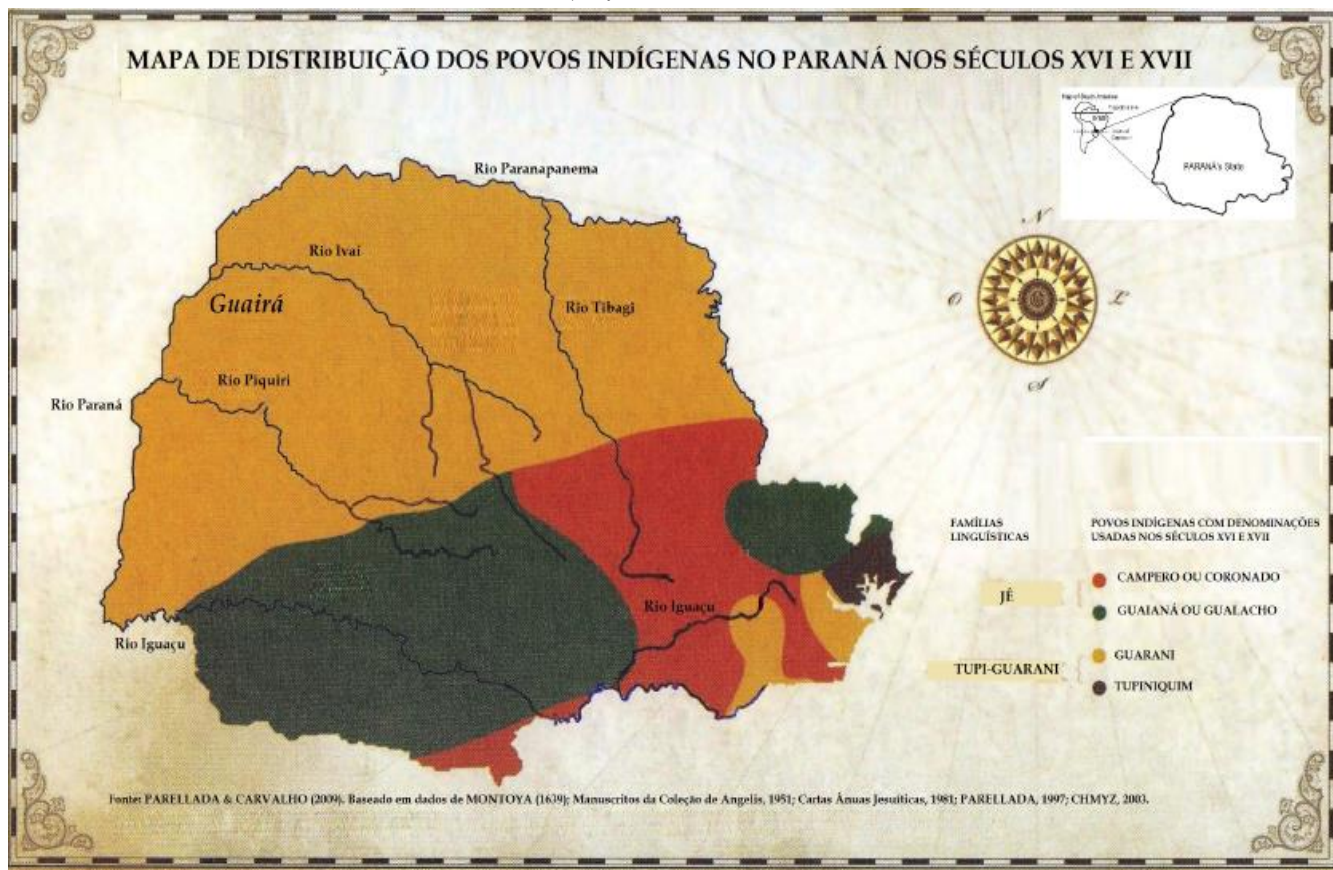
Os povos indígenas kaingangs “também chamados de Coroados<sup>17</sup>” (PARELLADA, 2015, p.54) vieram expulsos da região do atual Estado de São Paulo, por conta dos avanços da lavoura de café. São povos que viviam na mata, “praticavam uma lavoura incipiente de milho, embora baseassem sua subsistência principalmente na caça e na coleta” (RIBEIRO, 1996, p.121).

Para ilustrar apresento a figura 3, nessa observa-se a presença das etnias indígenas que viveram nestas terras durante os séculos XVI e XVII. Nota-se, sobretudo, que a atual região de Tibagi foi povoada por indígenas Kaingangs e indígenas Guaranis.

---

<sup>17</sup> Os indígenas Kaingangs, também eram conhecidos pelos nomes de Coroados, Cavelludos ou Coronados, estes eram denominados, assim, por conta da sua aparência, todos tinham uma coroa na cabeça, como modelo de corte de cabelo, igual aos padres. (MOTA, 2016).

Figura 03- Mapa de distribuição dos povos indígenas no Paraná nos séculos XVI e XVII.



(Fonte: Parellada & Carvalho, 2009).

Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>

No entanto, a partir do século XVII, os povos indígenas se dispersaram por outras regiões, consequência dos conflitos oriundos do avanço das lavouras de cana de açúcar e do café<sup>18</sup>, e também, pelos conflitos com os bandeirantes paulistas. Sobre esses aspectos Marcon (1994) aponta que:

No início do século XVII, aumentou significativamente a procura pela força de trabalho escrava para as lavouras de cana de açúcar na Capitania de São Vicente (São Paulo); entretanto, era muito difícil obtê-la. Em vista disso, organizaram-se as bandeiras que, partindo de São Paulo, iam em busca de índios para transformá-los em escravos. Evidentemente, junto à preta do índio, havia outros interesses, entre os quais, a conquista de territórios para além da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas. Todas as grandes

<sup>18</sup> Sobre os aspectos da expansão da cafeicultura, que inicialmente começou no Rio de Janeiro, e se espalhou pelos territórios do interior do país chegando até o Paraná dizimando a população indígena e escravizando outros tantos, Darcy Ribeiro aponta que “as grandes lavouras cafeeiras começaram nas matas próximas do Rio de Janeiro, alcançando o vale da Paraíba, de onde desalojariam os últimos grupos Puri-Coroado, avançando, em seguida, para São Paulo. Ali encontrariam terras mais apropriadas que permitiram o grande incremento da cafeicultura. Inicia-se, então, a chamada marcha da “onda verde” que, começando pelas matas do extremo leste, ganha rapidamente o centro e o norte, passando a ocupar uma área mais extensa que qualquer outra cultura tropical” (RODRIGUES, 1986, p.120).

incursões bandeirantes no século XVII ultrapassaram a linha definida pelo referido tratado (MARCON, 1994, p.51-52).

Portanto, as áreas indígenas eram apreciadas pelos paulistas e também pelos espanhóis, tanto que o conflito era acirrado nestes territórios. A questão era que os povos indígenas não tinham vozes ativas e sempre foram tidos na História deste país como indesejáveis, causadores de problemas com agricultores, fazendeiros em prol de disputa por terra nos processos de colonização branca da região. Entretanto, sobre os apontamentos dos conflitos indígenas, Laroque (2007) pontua segundo o relatório de Gentil Moura (1905) descreve que:

O índio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessas zonas. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-o com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêem outro fito senão de mata-los e tomar-lhe a terra (LAROQUE, 2007, p.84 *apud* Relatório de 1905, de Gentil Moura).

Os povos indígenas foram perseguidos e escravizados pelos ataques dos bandeirantes paulistas e pelos conflitos com os fazendeiros<sup>19</sup>, que adentraram o interior do país capturando os índios e em busca de metais preciosos. Antônio Cavalheiro (2004) aponta que na atual região de Tibagi os conflitos ficaram ainda maiores durante o século XVIII. Para o autor:

Essa gradativa ocupação e colonização europeia da região do alto e médio rio Tibagi intensificou-se sobre as populações indígenas que habitavam a região a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes no rio Tibagi, de suas grandes áreas de pastagens naturais, e de sua posição às margens do novo Caminho do Viamão, que ligava as províncias do Sul a de São Paulo e Minas Gerais (CAVALHEIRO, 2004, p.14).

Somado a isso, entre os séculos XVIII e XX, tais populações enfrentaram a expansão das propriedades privadas e, atualmente a expansão do agronegócio.

Com a expansão da lavoura, a escravidão indígena e a exploração de metais preciosos, os indígenas foram empurrados para outras regiões, a fim de “limpar o caminho” para a expansão dos negócios dos fazendeiros. Porém, os conflitos estavam acirrados e era necessário acalmar os embates com os indígenas e “apaziguar” as relações. Portanto, a criação de fortificações militares e os aldeamentos indígenas ocorreram na atual região do Tibagi, para que as brigas entre os fazendeiros e os

---

<sup>19</sup> Para uma leitura aprofundada sobre os conflitos indígena conferir a discussão em LAROQUE, L.F.S. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo o kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p.343.

indígenas terminassem, e claro, em prol da ocupação não indígena e colonizadora da região.

Portanto, é importante salientar que os embates das tribos indígenas com os bandeirantes e com os espanhóis eram tanto pela questão das terras indígenas, quando pelo aprisionamento do indígena para usá-lo como mão de obra. “Em 1609 a Companhia de Jesus, incentivada pela Coroa da Espanha, inicia o planejamento de missões jesuíticas no Guairá, buscando concentrar os índios em locais fixos, para conseguir efetivamente a evangelização dos indígenas” (PARELLADA, 2009, p.66).

No Guairá<sup>20</sup>, existiram ao todo 15 missões jesuítas, e dentre essas, apenas quatro era de indígenas Kaingang (Idem, 2009). Os povos indígenas “guarani predominaram nas Missões Jesuíticas do Guairá, instaladas no atual território do Paraná entre 1610 e 1631” (CARVALHO, 2009, p.14), se juntaram as Reduções Jesuítas que se espalharam pelo território colonial espanhol, com a finalidade de catequizar os índios e convertê-los a fé católica, pois acreditavam que estes povos não tinham ninguém para olhar por eles.

“A Igreja Católica havia revigorado o seu caráter missionário no Concílio de Trento (1545-1565) e a Companhia de Jesus, fundada neste ambiente, tornou-se uma força militante para a conquista espiritual dos povos” (SCHALLENBERGER, 2006, p.48). Ou seja, a Companhia de Jesus, além de ser uma ordem religiosa, cujos padres ou irmãos são chamados de Jesuítas, teve como finalidade a evangelização dos povos indígenas, a fim de que, estes pudessem ser consolidados ao catolicismo e assim, receberem a graça da salvação divina. Além, é claro, de fazerem parte do processo de expansão do território colonial espanhol na América.

No entanto, esse era o objetivo central das missões jesuítas, mas que também operava com outros objetivos, segundo a arqueóloga Claudia Parellada (2009):

- catequizar os indígenas, batizando-os e instruindo-os na fé católica;
- ensinar novos ofícios, além de música e artes visuais;
- ajudar na recuperação de enfermos das epidemias de gripe e varíola, ministrando o Sacramento da Extrema-unção aos mortos;
- convencer os Guaranis a abandonar a poligamia e a antropofagia;
- amenizar os conflitos entre espanhóis e índios;
- defender a Coroa espanhola ao denunciar e lutar contra as invasões paulistas para captura de índios no Guairá (PARELLADA, 2009, p.66- 67).

---

<sup>20</sup> A região do antigo Guairá, atual estado do Paraná, “localizada entre o rio Paraná na vertente oeste, o Paranapanema ao norte, o Iguaçu ao Sul e a leste a linha de Tordesilhas” (SCHALLENBERGER, 2006, p.53), percorrendo ao longo dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, foi palco de construções de várias missões jesuíticas. Nas pesquisas de Schallenger, aponta que “durante os anos de 1626 a 1628 a área circunscrita pelos rios Tibagi e Ivaí tornou-se o grande núcleo missionário do Guairá” (SCHALLENBERGER, 2006, p.80).

O nativo trabalhava para a Companhia de Jesus em troca da moradia, da alimentação, proteção contra as perseguições dos bandeirantes, aprendendo os “ofícios e artes, utilizando-os para a coleta do mate e a viver em sociedade organizada” (LANGE, 1994, p.17). Ou seja, além de evangelizarem estes povos, também detinham de mão de obra exploratória.

Importante lembrar que a cultura indígena tem seus próprios deuses, seus cultos, costumes, rezas, crenças, que a evangelização insistiu em considerar serem práticas demoníacas. Apenas a religião Católica Apostólica Romana era considerada a verdadeira fé naquela época: os padres acreditavam estar salvando essas almas pecadoras.

Na região do atual Estado do Paraná não foi diferente, ocorreram criações de povoados missionários ao longo do rio Tibagi, onde hoje existe o Parque Estadual do Guartelá. Nas pesquisas de Schallenberger aponta que:

“Assim, sob a orientação do P. Ruiz de Montoya, os jesuítas penetraram pelo rio Tibagi e à sua margem fundaram a terceira redução do Guairá, 1622, denominada São Francisco Xavier. A redução de São Francisco Xavier fundada em sítio propício e em lugar estratégico para a expansão das atividades missionárias, distava em torno de 30 léguas da de Santo Inácio” (SCHALLENBERGER, 2006, p.77-78).

Além da criação das missões jesuítas de São Francisco Xavier, houve outras reduções na região, que hoje conhecemos como Tibagi.

os padres Simão Masceta e Francisco Diaz a fundar, em 1625, a redução de São José, na margem do rio Tibagi, a meio caminho de São Francisco e Santo Inácio. A nova redução abria caminho por terra para as primeiras reduções do Parapanema e era ponto intermediário importante para o comércio entre São Francisco Xavier e Santo Inácio (Idem, 2006, p.78).

Não somente as reduções estavam localizadas as margens do rio Tibagi, mas também o Aldeamento indígena de São Jerônimo, que existiu até o século XX.

S. Jeronymo, é o nome de um districto do município de Tibagi, do qual faz parte uma área de 7 leguas quadradas aproximadamente, doada pelo Barão de Antonina ao Governo Imperial, para nella aldear índios caingangues. Os seus limites são: Ao Norte o ribeirão da Lixigoana que mais embaixo chama-se S. Jeronymo, desde suas nascentes até a sua foz no Tibagy; a Oeste o rio Tibagy até a barra do ribeirão das Furnas; ao Sule S.O. o mesmo ribeirão das Furnas até as cabeceiras do ribeirão dos Pilõezinhos e dahi pela (Cordilheira? Provavelmente cume) da serra da Esperança; a Leste pelo espigão que divide as águas do rio Congonhas das do S. Jeronymo até as vertentes do ribeirão da Lixiguana. (...). A população indígena que habita S. Jeronymo e as suas

cercanias é toda da raça dos caingangues, já muito identificado com a nossa civilização, precisando apenas de protecção e guia, para dentro em pouco constituir um valiosíssimo fator do progresso pátrio (LAROQUE, 2007, p.236 *apud* Correspondência de 27/04/1911, MI).

Entretanto, os aldeamentos e as reduções jesuítas na região do Guairá, passaram por tempos ruins, as missões foram destruídas pelos bandeirantes paulistas que estavam à captura dos povos indígenas para usa-los como mão de obra escrava, e assim, atacando “as reduções onde se encontravam milhares de índios já aldeados e com certo conhecimento de algum ofício, o que melhoraria o preço da sua venda” (ARANTES, 2009, p.88).

E também, a busca de metais preciosos fez com que os bandeirantes destruíssem as dezenas de missões que havia nesta região. Data de “1627 quando houve a destruição da primeira missão jesuítica, daí por diante as outras foram sendo sucessivamente arrasadas pelos paulistas, ou abandonadas pelos índios e jesuítas até 1631” (PARELLADA, 2009, p.77).

As informações dão conta de que as dificuldades que tiveram os padres para reduzir os índios foram grandes, por trata-se de uma área onde havia a penetração dos paulistas. Encomendeiros e bandeirantes já haviam efetuado na região malocas, a partir das quais os índios resgatados e vendidos. Na resistência, os índios alegavam tratar-se de nova invasão e “*logo os prenderam com ânimo de mata-los*” (Montoya, 1892, p.97). Apesar disso, havia alguns índios apalavrados que somaram esforços com os jesuítas. Montoya (1892, p.131) demonstra bem o estado de terror e insegurança que se abatia sobre os índios da região do Tibagi. “*O bom Tayaoba me disse: Padre, ao amanhecer temos que lutar e poderá ser que me matem, faça-me filho de Deus pelo batismo. O mesmo disseram os gentios que ali havia, aos quais já tinha anunciado estes divinos mistérios, e eram catecúmenos*” (SCHALLENBERGER, 2006, p.79).

Os conflitos alterosos entre os índios e os fazendeiros da região de Tibagi, continuaram durante os séculos seguintes, até chegar aos dias de hoje. Mais tarde, com a chegada da mineração à região de Tibagi, o povoado tomou outros caminhos econômicos e pouco tempo depois veio a tornar-se um pequeno vilarejo e mais tarde a se emancipar do município de Castro<sup>21</sup>.

Nesse processo o município foi rota de passagem do tropeirismo, ação que caminhou junto com a mineração. Segundo o Diretor do Museu Histórico

---

<sup>21</sup> “Em março de 1833, por iniciativa da Câmara Municipal de Castro, o Quartelá passou a ser o 2º Distrito da Vila de Castro, tendo sido instalado o 2º Distrito de Paz do Quartelá, cuja sede teria sido na “Vilazinha de Tibagi” ou nas sedes das Fazendas Quartelá ou Igreja Velha Nossa Senhora dos Remédios de Tibagi foi elevada à categoria de freguesia em março de 1846, sendo, em 1852, estabelecidas as divisas com as vizinhas freguesias de Castro e Ponta Grossa. Então, o Quartelá passou a integrar a Freguesia do Tibagi e logo mais, em 1872, o Município de Tibagi” (LANGE, 1994, p.29).

Desembargador Edmundo Mercer Júnior, Senhor Neri Aparecido Assunção, em entrevista concedida para essa dissertação, pontua que essa região:

(...) foi rota de passagem do tropeirismo, durante a mineração...Foi um ciclo, Tibagi ficou conhecido como Tibagi terra dos diamantes, foi um ciclo novo que teve na cidade, aonde vieram milhares de garimpeiros. São milhares de garimpeiros mesmo, vieram trabalhar no rio Tibagi, vieram de diversas localidades do estado brasileiro e vieram a procura de diamante que na verdade Tibagi era diamante e vieram com máquinas de escafandro, centenas de máquinas de escafandro. É vieram também conhecer melhor o rio Tibagi, né que eles já vem práticos da garimpagem e do garimpo para trabalhar no rio Tibagi. E muitas dessas famílias ficaram aqui e se uniram com os tibagianos que aqui moravam e até hoje tem famílias daquela época (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Neri Aparecido Assunção, no dia 30/01/2017).

E com a vinda de vários trabalhadores tanto pela passagem do tropeiro como o trabalho na mineração, o município de Tibagi foi se constituindo. Logo, a mineração teve um papel importante nesta fase da criação da cidade de Tibagi. Até os dias de hoje, o garimpo ainda é fonte de trabalho e renda da cidade. Contudo, apesar de não ser como no início do garimpo, mesmo que tenha diminuído drasticamente as pedras preciosas, ainda encontram-se trabalhadores para essa atividade. No próprio Museu da cidade estão expostas algumas fotografias da época do auge da mineração. Iremos pontuar sobre o museu mais adiante.

E chegando a finalização deste subtítulo, depois de traçar um breve panorama do contexto histórico da região de Tibagi. É necessário que abordemos a constituição da área do Parque Estadual do Guartelá, em específico, no século XX. As terras onde se localiza o PEG eram de propriedade particular de três famílias. A família de Bento Aleixo, a família de Urbano Pupo Martins e a família de Olímpio Mainardes.

No ano de 1996 ocorreu a desapropriação das terras pelo Governo. As famílias que aceitaram a desapropriação foram indenizadas e compraram outras terras. O Senhor Urbano Pupo Martins, por exemplo, comprou uma propriedade na divisa com o parque. Nessas terras, hoje, sua filha Doralice do Carmo Martins é a proprietária do Recanto Ecológico da Dora.

No caso do Senhor Olímpio Mainardes as negociações de desapropriação não obtiveram sucesso. O Senhor Olímpio Mainardes não aceitou a desapropriação e nem a indenização, resultando longos anos de uma ação judicial, que ainda segue. Já falecido, o Senhor Olímpio deixou suas terras para os filhos como herança. Essas terras estão localizadas dentro do Parque. Ou seja, da entrada do parque até o percurso que se inicia a trilha básica segue de propriedade privada, como pode ser observado nas

fotografias 9 e 10. Somente quando entramos na trilha é que inicia a Unidade de Conservação.

Foto 09 – A- Área de propriedade privada do Senhor Olímpio Mainardes. B- Área da Unidade de Conservação do Parque.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 10 – B- Área da Unidade de Conservação do Parque, início da trilha básica. Este veículo é de propriedade do Parque.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).



## 2.2.2 OS NOMES E SUAS HISTÓRIAS

Da presença indígena na região em que atualmente está localizado o Parque Estadual do Guartelá ocorreu a inserção de algumas palavras indígenas no linguajar do cotidiano do povo tibagiano. Uma dessas interferências marcantes é o próprio nome da cidade, Tibagi. Segundo o Diretor do Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior, Senhor Neri Aparecido Assunção, em entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2017 a este projeto, o “nome Tibagi é um nome indígena, que significa rio encachoeirado, rio de muitas cachoeiras”. Outra palavra é o rio Iapó<sup>22</sup>, que faz referência á um antigo cacique chamado Iapó que vivia nessas terras, onde hoje está localizado o PEG.

Outro exemplo da presença e influências indígenas também pode ser percebido no próprio nome do Parque Estadual do Guartelá. Quem nos conta essa história, também é o Senhor Neri Aparecido Assunção que narra às histórias contadas pelos seus antepassados. Segundo ele nestas terras ocorriam os combates dos indígenas Kaingangs, e que por conta dos avisos entre compadres, que se protegiam dos ataques, deu-se o nome Guartelá.

O vilarejo era pequeno e construíram uma casinha perto da outra para avisar do ataque indígena. Então aqui tem uma versão de uma lenda que conta que a fazenda Benfica e a fazenda Guartelá é de origem dessa forma como viviam naquela época, das casas próximas ao outro. Então tinha dois compadres que

---

<sup>22</sup> **A Lenda do Canyon do Rio Iapó-** Há muitos anos atrás, habitavam nesta região duas tribos inimigas, em uma delas vivia Potiraré, uma bela virgem, com os cabelos negros como o breu, de olhos brilhantes como os cristais e de pele macia como as nuvens, que havia sido prometida por seu pai, o cacique Iapó ao Deus Tupã, em troca de muita caça e pesca. Na outra tribo, vivia Itamuru, um jovem guerreiro, rápido como um raio e forte como um trovão, destinado a ser o grande líder de sua tribo, guiado pelo espírito da floresta, que se apresenta sempre que se bate uma foto de algum lago com árvores à margem. Um dia, Potiraré, banhando-se nas águas de uma bela fonte, foi surpreendida pelo jovem guerreiro Itamuru que num primeiro momento tentou assassina-la, sabendo que se tratava de uma inimiga. Porém, ao apontar sua flecha entre os olhos da inimiga, sentiu-se fragilizado diante de tanta beleza e, naquela fonte, surgiu um grande amor. Seu pai, o cacique Iapó prevendo o relacionamento proibido de sua filha, que irritaria o Deus Tupã, trancou-a na gruta da pedra ume e disse: Guarda-te-lá, que lá ele bem fica. Inconformado com a triste separação, o jovem Itamuru reuniu seus melhores guerreiros e partiu para a batalha, a fim de libertar sua amada. O Deus Tupã, sabendo do ataque, lançou um forte raio para impedir o avanço dos guerreiros, abrindo a terra ao meio e fazendo com que violentas águas não permitissem a passagem dos índios. Somente o guerreiro Itamuru conseguiu vencer os abismos e as corredeiras, fugindo com sua amada. A revolta do Deus Tupã foi tão grande que o mesmo lançou outro raio, o qual petrificou o jovem Itamuru. Potiraré, ao ver seu amado estendido e petrificado, chorou por muitas luas, até que suas lágrimas formassem uma enorme cachoeira, que de tão intensa, atravessou o corpo petrificado de seu amado, o qual permanece até hoje, como se estivesse a acalmar a força das lágrimas da amada, permanecendo em um eterno afago entre água e a pedra. E o cacique Iapó, com remorso por ter impedido tão intensa paixão, atirou-se às corredeiras do rio que lá passava, desaparecendo para sempre, ficando apenas seu nome para identificar o rio... Rio Iapó. (Entrevista concedida do gestor doPEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

cuida do ataque indígena, ele falava: Compadre “Guarda-te la que aqui eu bem fico”. Daí ficou a origem do nome Guartelá e da fazenda Benfica (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Neri Aparecido Assunção, no dia 30/01/2017).

Existem outras histórias sobre a denominação do nome Guartelá. Conforme Francisco Lange (1994) descreve a origem do nome:

Antigos moradores da região contam que “havia ouro na região”. Eles diziam: “Guarde -te lá”; ou “ os jesuítas teriam escondido ouro e era comum, entre os tropeiros, falar: Guarda-te lá”. Poderia ser função da existência das “guardas” no porto de São Bento, no rio Tibagi: “a guarda está lá, guarda tá lá, guarde- lá... Isso é simples especulação. Dada a existência de algumas dificuldades em se caminhar em certos trechos, principalmente no cânion ou próximo a ele, a região tem também o nome de “Amansa Louco” (LANGE, 1994, p.12).

De fato, o Parque Estadual do Guartelá ao longo dos séculos sofreu a influência de sucessivas gerações de povos indígenas, passagem de tropeiros, o garimpo, até chegar aos dias de hoje. Portanto, trata-se de um espaço onde ocorreram diversas histórias de diferentes grupos que modelaram sobreposições de camadas que formam a paisagem atual. E ainda hoje se veem os registros do passado pré-colonial que configuram o contexto contemporâneo (social, cultural, histórico e material) nessa região.

Desta forma, aqui busquei brevemente pontuar que por conta da riqueza do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico o parque foi considerado uma Unidade de Conservação (UC)<sup>23</sup>, que tem como um dos objetivos a salvaguarda da biodiversidade. E também são “consideradas como importantes instrumentos para a pesquisa, educação ambiental e na geração de ações sustentáveis para o desenvolvimento econômico regional” (MOREIRA; ROCHA, 2010, p.201).

Dito isso, a Unidade de Conservação tem o dever de preservar os atributos naturais e culturais, dialogando com atividades recreativas, educativas e turísticas, como no caso desta pesquisa que busca analisar as práticas educativas do Ensino de História Pré-Colonial a partir das práticas turísticas em ambientes não escolares de aprendizagem.

---

<sup>23</sup> Utilizaremos a sigla UC quando nos referirmos à palavra Unidade de Conservação ao longo do texto.

## 2.3 ASPECTOS LEGAIS DO PARQUE ENQUANTO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

É importante salientar que o Parque Estadual do Guartelá é um espaço aberto ao público, com entrada franca para conhecer a trilha básica. Somente para conhecer a trilha completa, na qual se visita as pinturas rupestres, os administradores destacam que é essencial agendar com um guia a visita, para que possa ser conduzido em segurança pela trilha, respeitando as normas de conservação e proteção ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio natural.

Destaca-se, que o parque foi criado para proteger as áreas naturais, arqueológicas, históricas, segundo o Plano de Manejo:

Como Unidade de Conservação, o Parque Estadual do Guartelá foi criado com o objetivo de: a) Assegurar a preservação dos ecossistemas típicos, local de excepcional beleza cênica como “canyons” e cachoeiras, além de significativo patrimônio espeleológico, arqueológico e pré-histórico, em especial pinturas rupestres; b) Manutenção de remanescentes de floresta de araucária; c) Preservação de fontes e nascentes; d) Preservação de espécies da fauna e flora nativas; e) Regulamentação do uso turístico nas áreas com potencial para visitação; e, f) Preservação de sítios arqueológicos (IAP, 2002, cap.03, p.06).

Em vista disso, o Parque está regido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza –SNUC. Esta divide as UC's em duas categorias: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável<sup>24</sup>, que protege e zela pelo meio em que está inserido.

Assim, o Parque Estadual do Guartelá é uma Unidade de Conservação que se enquadra na categoria de Manejo de Proteção Integral, ou seja, a categoria que protege parques nacionais, resguardando o meio ambiente e o patrimônio. Por conseguinte, uma UC tem como objetivo, segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:  
I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

---

<sup>24</sup> O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza- SNUC divide as categorias de unidades em duas: Unidades de Proteção Integral cuidam das Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre. Já a Unidades de Uso Sustentável, protege as áreas de Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Conferir discussão completa: Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

Dessa forma, além da UC tratar da proteção dos atributos da natureza, favorece aos estudos e pesquisas das áreas protegidas; as atividades culturais e o turismo; oportuniza a defesa da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, arqueológicos, geológicos, históricos e a valorização do meio ambiente que está sendo regido. Essa conjuntura de proteção ao Parque exerce uma função essencial para que não ocorra a destruição e a degradação dos ecossistemas e dos seus atrativos culturais, protegendo este precioso patrimônio.

Entretanto, a criação de uma UC não firma a condição de proteção. Portanto, mesmo o patrimônio estando regido na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que protege, pode acontecer deste estar passando por processos de degradação e destruição, tanto por ações antrópicas quanto por ações naturais. Neste ponto, os turismólogos Pietrochinski e Silva (2008) apontam que:

Criar essas unidades não é uma garantia de preservação. Para que seus objetivos sejam alcançados é necessário um plano de manejo adequado à suas possibilidades, ou seja, um plano com normas e restrições que façam com que o parque seja preservado da melhor maneira possível (PIETROCHINSKI e SILVA, 2008, p.23).

O Parque apresenta em sua UC um Plano de Manejo que aborda programas que enfatizam a proteção e a salvaguarda da biodiversidade e do patrimônio arqueológico. De acordo com esse documento os programas estão divididos em cinco pontos: “Programa de Conhecimento; Programa de Manejo do Meio Ambiente;

Programa de Uso Público; Programa de Operacionalização, e Programa de Integração com a Área de Influência” (IAP, 2002, cap.7, p.23).

A partir destes programas citados anteriormente, os elementos naturais devem ser integralmente zelados, pensando em proporcionar espaço para desenvolver atividades de cunho educacional, patrimonial, ambiental e turístico na Unidade de Conservação. Além disso, pontuo que uma área de UC onde existem sítios arqueológicos, necessita de uma proteção adequada para esses sítios.

Portanto, cada situação é específica, exige um manejo adequado tanto para uma Unidade de Conservação de Proteção Integral quanto para uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, porém nem sempre as ações são as mesmas. Em outras palavras, os programas de manejo requerem atividades em conformidade com a realidade vivida de cada região em que está inserido o patrimônio.

No Parque Estadual do Guartelá, as demandas propostas pelo plano de manejo estão relacionadas com as características sociais, históricas, culturais daquela área. Isso pelo fato de o Parque ter sido criado com o intuito de proteger os sítios arqueológicos que viabilizam estudos em torno da História Pré-Colonial e também da Arqueologia, estudos estes que nos contam a história dos povos que viveram a milhares de anos nessas terras, dos quais até hoje percebemos traços de suas culturas estampadas nas pinturas rupestres de seus paredões rochosos e nos artefatos líticos e cerâmicos que podem ser encontrados nesta região, incluindo os expostos no Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior.

Segundo o Programa de Uso Público do Plano de Manejo do parque:

#### 4.3.2 – SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este Subprograma trata da organização de atividades que oportunize ao visitante, conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área, interpretando seus recursos. O principal objetivo é a promoção da compreensão do meio ambiente e de suas inter-relações na unidade de conservação e no cotidiano da população, de modo a permitir mudanças em seus hábitos e costumes.

##### OBJETIVOS

- Desenvolver no público o entendimento sobre os principais valores de conservação da natureza;
- Contribuir com iniciativas voltadas à formação de agentes sociais com potencialidades para a disseminação de informações relativas à educação ambiental, higiene, saúde pública e cidadania, e,
- Sensibilizar a população, dentro de sua realidade sócio-cultural, quanto à questão da preservação da fauna, flora e patrimônio arqueológico da Unidade de Conservação e entono.

##### ATIVIDADES

- Elaborar projeto de educação ambiental com temas específicos (recursos hídricos, flora, fauna, áreas degradadas, etc.);
- Preparação de material audio-visual para aulas e palestras sobre o Parque,

Unidades de Conservação e Importância da Conservação dos Recursos Naturais;

– Promover visitas temáticas para alunos e professores das escolas da região; e,

– Produzir material educativo institucional sobre a unidade de conservação.

**NORMAS**

– As atividades de educação ambiental deverão ser realizadas por pessoal capacitado, o qual deverá ser treinado pelo IAP;

– O IAP deverá fornecer orientação técnica a profissionais e colaboradores quanto aos problemas ambientais generalizados e específicos da região;

– As visitas deverão ser agendadas; e,

– A administração do Parque, através dos guardas-parque e da Gerência deverá fazer cumprir as normas estabelecidas para os locais onde é permitido o uso público (IAP, 2002, cap.07, p.31-32).

O próprio plano de manejo do Parque propõe que aconteçam atividades de cunho educacional em seu espaço. Isso viabiliza a utilização destes recursos como forma de conhecimento e proteção dos sítios arqueológicos e da biodiversidade. As atividades sugeridas pelo programa, em prol da proteção do Parque, independente disso, devem ser exercidas de forma que englobem a comunidade. Portanto, a comunidade deve apropriar-se do patrimônio. Porém, para alcançar estes resultados devem ser recomendadas atividades que direcionem aspectos culturais, sociais e históricos que agreguem a comunidade. Ações educativas, turísticas e patrimoniais ofertadas no próprio Parque são intervenções culturais que incentivam e valorizam a preservação e conservação do mesmo, impulsionando a visita aos atrativos naturais, proporcionando um desenvolvimento do Turismo Cultural.

## **2.4 ATRATIVOS NATURAIS E TURÍSTICOS NO PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ**

O Parque Estadual do Guartelá possui o “6º maior Canyon do mundo” e o maior do Brasil (LANGE, 1994, p.88). O Parque está inserido em uma área rica em beleza natural, histórica e cultural que conta com uma infraestrutura adequada para receber os visitantes, que se deslocam até o parque para conhecer e desfrutar da beleza cênica e dos atrativos naturais.

Os atrativos que podem ser desfrutados no parque são: caminhadas ecológicas, atividades de recreação, contemplação da natureza, registros fotográficos, passeio histórico no sítio arqueológico Lapa Ponciano, observação de aves, e um refrescante mergulho nos Panelões do Sumidouro (são buracos formados devido à pressão da água ao longo do tempo), e ainda pode ser realizado o turismo de aventura,

atividades radicais ofertadas pelas Operadoras de Turismo da cidade de Tibagi.

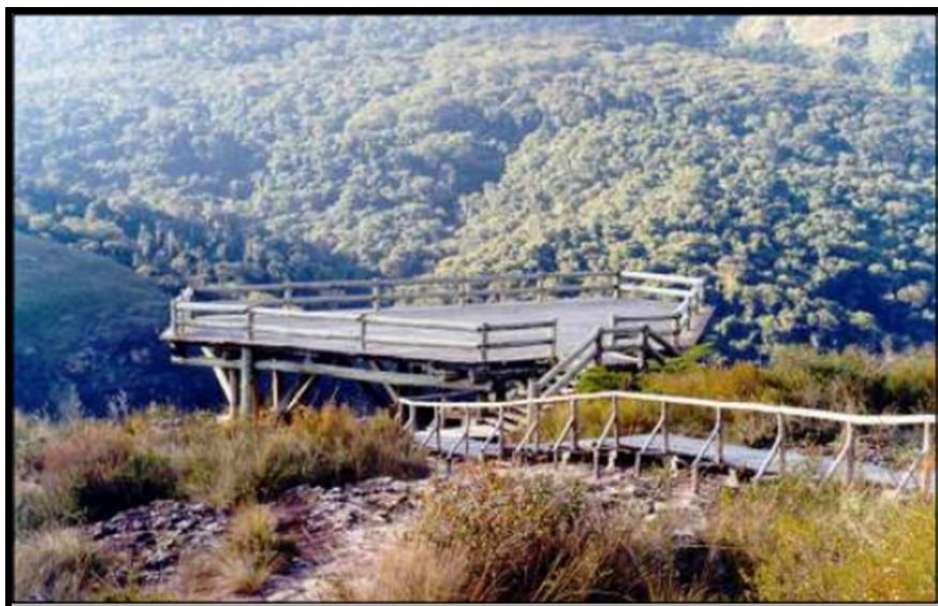
Além dessas atividades recreativas o turista pode visitar outros pontos turísticos: a Cachoeira da Ponte de Pedra, uma cachoeira com quedas d'água de em torno de 120 m de altura; o Mirante, local de observação à natureza com uma vista privilegiada; os Panelões de Sumidouros, único local do parque que os turistas podem mergulhar; Gruta da Pedra-Ume; Gruta das Andorinhas e ao final os sítios arqueológicos contendo pinturas rupestres.

Foto 11– Cachoeira da Ponte de Pedra.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 12– Mirante.



(Fonte: IAP, 2002).

Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br>

Foto 13– Quedas d'água Panelões de Sumidouro.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 14– Panelões de Sumidouro.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).



Foto 15 – Sítio Arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Para a visita ao Parque, o turista, no primeiro momento se apresenta na recepção do parque para um dos funcionários que estiver trabalhando no dia, e recebe as primeiras informações sobre o local, sobre o que o parque oferece como atrativo turístico apresenta as informações necessárias para a realização das trilhas e como funcionam as duas trilhas. A trilha básica em que o turista pode fazer sem o acompanhamento de um guia de turismo e gratuitamente. Essa trilha consiste em percorrer atrativos turísticos como o Mirante, avistar a Cachoeira da Ponte de Pedra e mergulhar nos Panelões de Sumidouros. Este passeio na trilha básica pode ser feito com calma, não tendo limite de tempo.

Já o roteiro realizado na trilha completa, é necessário agendar com uma das Operadoras de Turismo da cidade de Tibagi, porque o Parque não oferece contratação de guia de turismo. Ou seja, este passeio precisa ser agendado com antecedência, no mínimo dois dias antes. O turista não pode percorrer a trilha completa sem o acompanhamento de um guia de turismo, por conta do caminho perigoso cheio de pedregulhos, com desfiladeiros escorregadios. E também, para manter a preservação e conservação do patrimônio arqueológico nesta área. Saliento ainda, que a quantidade restrita de turistas por grupo, também é para manter e preservar as pinturas rupestres, não deixando que ocorra o desvio do caminho e possa levar à degradação do patrimônio arqueológico e natural do Parque.



disso, os sítios arqueológicos são classificados como patrimônios e devem ser protegidos, preservados e salvaguardados para que não ocorra sua destruição.

No Brasil, o órgão que protege e fiscaliza o patrimônio histórico e artístico, incluindo os sítios arqueológicos, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que já realizou pesquisas de campo e registrou alguns sítios arqueológicos ao entorno do Parque, para além dos citados no subtítulo “2.2 Alguns aspectos Históricos”. Todos os sítios fazem parte do Patrimônio Cultural protegido pela Constituição Brasileira e pela Lei nº 3.924/61. Exemplifica que:

“Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.

Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios”  
(BRASIL, 1961).

Conforme a Lei nº 3.924/61, descrita no parágrafo anterior, ressalva que todos os monumentos arqueológicos devem ser resguardado e protegido pelo Poder Público e também pela comunidade em que está inserido, para que não seja vandalizado ou até mesmo esquecido, colocando em risco os bens culturais arqueológicos e impedindo a degradação ou até mesmo o desaparecimento.

Consequentemente, é fundamental a salvaguarda destes bens culturais, que segundo Grunberg (2000), “são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico” (GRUNBERG, 2000, p.162). O PEG possui esses bens culturais, estes são os recursos (patrimônio arqueológico) que através da Educação Patrimonial pode transformar em instrumento de processo para o Ensino de História em ambientes não formais de ensino-aprendizagem. Ou seja, o PEG oferece recursos para que sejam desenvolvidas ações que visem os bens arqueológicos como potencial educativo, afim de que, possa impulsionar a preservação do meio ambiente, a relação homem-natureza, mas também, como recurso

educacional.

Deste modo, a tutela da proteção destes bens arqueológicos está protegida segundo as leis do Governo, porém, nem sempre o patrimônio arqueológico teve esse respaldo para garantir a preservação e a conservação do meio em que está inserido. Ao longo do tempo as políticas foram essenciais para criação de novas normas de proteção dos bens culturais, afim de que, possibilitasse o amparo a este patrimônio e pudesse afastar os impactos que causavam a degradação. Sendo assim, a Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental é definida como:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo. (BRASIL, 1999).

“Todos os bens culturais, sejam materiais ou imateriais, gozam do aparato protetivo ambiental, por serem essenciais para o desenvolvimento da vida humana em um patamar mínimo de dignidade” (SOARES, 2007, p.16). Portanto, as ações educativas de patrimonialização em espaços não formais de ensino-aprendizagem podem contribuir para a ampliação do conhecimento e a sensibilidade em preservar o meio em si, neste caso o PEG, e aproximar a comunidade do patrimônio, sendo que todo

cidadão tem o direito de conhecer, e poder ter acesso à cultura<sup>25</sup> e ao bem patrimonial.

A relação de pertencimento da própria comunidade frente ao patrimônio do PEG é observada na pesquisa, analisando se a comunidade é presente ou não, na preservação e salvaguarda deste bem patrimonial local. E a importância “do envolvimento da comunidade local para a proteção do patrimônio arqueológico” (Idem, p.109).

Neste caso pontuamos a necessidade de ressaltar o conceito de patrimônio para que seja compreendida a relevância deste em relação aos sítios arqueológicos. No entendimento do arqueólogo Pedro Paulo Funari e da historiadora Sandra Pelegrini (2009) o “patrimônio é entendido como um bem material concreto, monumento, um edifício, assim como objeto de alto valor simbólico para a nação” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.20). Ademais, considera-se patrimônio os conjuntos de produções materiais e imateriais do ser humano e seus contextos sociais, históricos, naturais e simbólicos, os quais constituem objeto de interesse a ser preservado.

Para o antropólogo espanhol Llorenç Prats conceitua que o “el patrimonio cultural es una invención y una construcción social” (PRATS, 1998, p.63). Na verdade, é pertinente incorporar nesta pesquisa a definição do conceito de patrimônio cultural segundo os autores citados, pois o patrimônio arqueológico também é resultado de invenção e de construções sociais de necessidade de gerar discurso sobre a realidade, processo caracterizado pela vivência humana, subjetividades e simbologias. E também, pela construção social representada pelo poder de legitimação e assimilação da cultura pré-colonial.

O PEG além de estar regido na lei que o protege como patrimônio arqueológico, este também é um espaço de proteção patrimonial e “produção de conhecimento para transmissão às gerações atuais e futuras” (SOARES, 2007, p.114). Para a divulgação e transmissão deste bem patrimonial é necessário à utilização de um meio para que possa ser realizado. No caso, este meio, é a Educação Patrimonial, já que é uma metodologia apresentada que pode ser ofertada em qualquer ambiente, na educação formal e na educação não formal, oportunizando práticas educativas

---

<sup>25</sup> Utilizaremos a definição de cultura, segundo Grunberg: “A cultura é eminentemente dinâmica, se transmite e se apreende, e é neste processo de socialização que aprendemos a formar parte do grupo ao qual pertencemos, onde vamos adquirindo a nossa identidade. Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser são **cultura**, e assim seus membros se identificam como integrantes de um grupo dentro de um contexto social que partilham e possuem uma história em comum. A cultura se identifica nos produtos materiais e nas formas em que cada povo os usa, nos costumes, nas tradições, nas crenças, na organização social, nas manifestações artísticas, nos processos históricos e nas atividades científicas e tecnológicas” (GRUNBERG,2000, p.160-161).

fundamentadas na cultura.

Cabe a Educação Patrimonial ter um papel educativo, nestes espaços de ensino-aprendizagem conservando e preservando os bens culturais materiais e imateriais, valorizando estes patrimônios para as futuras gerações, aproximando a comunidade da sua história e ressignificando seus patrimônios em prol de ações educativas e sensibilizando frente aos sentimentos de pertencimento e memória. Ou seja, além disso, a Educação Patrimonial pode ser “pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, (...) sendo compreendida nos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas” (FLORÊNCIO, 2012, p. 23-24).

Segundo Souza e Mercuri (2015)

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio – histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (SOUZA; MERCURI, 2015, p.479 *apud* RAMPIM et al.,2014, p.19).

Outra definição do conceito de Educação Patrimonial parte da Coordenação de Educação Patrimonial- CEDUC, que conceitualiza como:

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

Para que a ação educativa patrimonial no PEG seja valorizada e que seus bens culturais possam ser conservados e cuidados, é indispensável à relação com a comunidade. “A preservação dos bens culturais é uma prática social” (FLORÊNCIO, 2012, p.25), dessa maneira, a participação da comunidade detentora e geradora desses

bens culturais, no caso do parque, os bens arqueológicos, devem ser de conhecimento de todos os indivíduos. Este recurso pedagógico (sítios arqueológicos) contém um potencial educativo, que é realizado através da metodologia da Educação Patrimonial, que aborda a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade, e neste caso da pesquisa, dialogando com o Ensino de História Pré-Colonial potencializando a interlocução com o patrimônio cultural.

### **2.5.1 BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO PARANÁ E NO PEG**

A Arqueologia Paranaense desde o século passado já foi objeto de estudo, contemplando pesquisas sob a ótica do patrimônio arqueológico. Estes estudos foram realizados por arqueólogos, historiadores e demais estudiosos da área das Ciências Humanas, como Blasi (1970,1972), Blasi; Pontes; Lange (1994), Arnt (2002), Muller (2002), Cavalheiro (2004), Parellada (2008, 2009, 2010, 2015). Para tanto, fundamento, contextualizo e busco parâmetros para minha análise em alguns destes estudos anteriores.

A Arqueologia Paranaense é dividida em duas categorias: a Arqueologia Pré-Colonial e a Arqueologia Histórica (PARELLADA, 2010); a partir dessas classificações temporais surgem especificações que abrangem este período. Logo, a Arqueologia Pré-Colonial está inserida no contexto das primeiras ocupações indígenas até o início do processo de colonização europeia. A Arqueologia Histórica, por sua vez, em linhas gerais, aborda os contextos de contato e pós-contato dos primeiros povoadores com os colonizadores europeus, conforme pode ser observado na figura 4, que representa a periodização arqueológica na região dos Campos Gerais.

Figura 04– Periodização arqueológica na região dos Campos Gerais.

Arqueologia	Período inicial de ocupação	Grupos	Tradições
Pré-Colonial	10.000 anos atrás	Caçadores–coletores	Paleoíndios
			Umbu
	4.000 anos atrás	Agricultores–ceramistas	Humaitá
			Planalto
	2.000 anos atrás		Geométrica
		Itararé-Taquara	
			Tupiguarani
Histórica	SéculoXVI	européus, jesuítas, índios contactados, membros de expedições de conquista, tropeiros, imigrantes	Neobrasileira

(Fonte:Parellada, 2010, p.164).

Em conformidade com a figura anterior destacamos a influência das diversas tradições arqueológicas: Paleoíndios, Umbu, Humaíta, Planalto, Geométrica, Itararé- Taquara, Tupiguarani, na configuração de História Pré-Colonial regional. Ressaltamos que esta pesquisa abarcará somente a Arqueologia Pré-Colonial e os grupos caçadores-coletores e as tradições que envolvem as pinturas e gravuras rupestres, pelo recorte do objetivo da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa que pretende relacionar o Ensino de História Pré-Colonial através das atividades turísticas implementadas no Parque Estadual do Guartelá.

Nos sítios arqueológicos do PEG as pinturas rupestres foram realizadas por povos indígenas pré-coloniais descritos anteriormente. No entanto, as pinturas rupestres constituem-se de características e formas diferentes, tendo variações de temáticas de região para região, ou seja, por conta de questões ambientais e culturais de cada etnia indígena. Porém, podem ocorrer sobreposições de diferentes grupos indígenas em um mesmo paredão rochoso, isto é, as diferentes tradições podem estar presentes por se tratarem de temporalidades diversas e relativamente longas.

Por meados dos anos de 1960, os arqueólogos propuseram a divisão de tradições<sup>26</sup> arqueológicas para diferenciar as pinturas rupestres de um grupo para o

<sup>26</sup> Sobre as principais tradições arqueológicas da arte rupestre no Brasil, temos: Tradição Meridional, Tradição do Litoral, Tradição Planalto, Tradição São Francisco, Tradição Nordeste, Tradição Geométrica, Tradição Agreste, dentre tantas outras que para uma visão aprofundada sobre tradições e fases indicamos



outro. Para tanto, é necessário conceituar o que seria tradição arqueológica e fases arqueológicas. Segundo Arnt (2002):

O conceito de Tradição compreende a representação visual de todo universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes (ARNT, 2002, p.16 *apud* MARTIN, 1997, p.240).

Para Araújo (2007), tradição arqueológica seria um “grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal”. Já as fases arqueológicas são “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (Araújo, 2007, p.10 *apud* PRONAPA, 1976, p.131).

Para o arqueólogo André Prous (2007) tradição arqueológica seria:

O que nós, arqueólogos, chamamos de “tradição”, “estilo” ou “complexo” são, obviamente, criações nossas; são termos destinados a agrupar os grafismos, de forma a ressaltar características recorrentes e nos ajudar a encontrar um sentido na variedade das manifestações gráficas. Não devemos acreditar que os portadores de uma mesma “tradição” tenham sido obrigatoriamente membros de uma mesma etnia, falando uma mesma língua e tendo os mesmos comportamentos. (...). Desta forma, não sabemos com certeza como interpretar a extensão geográfica das tradições (seriam o resultado de uma migração de pessoas, da expansão de ideologias, ou uma combinação dos dois processos?), nem a substituição de uma por outra. Seu “reconhecimento” apenas abre pistas para as interpretações e nossas classificações podem se esgotar com o progresso da pesquisa, levando a novas propostas: as “tradições” não existem em si, são apenas hipóteses de trabalho, embora elas apontem características inquestionáveis (PROUS, 2007, p. 47).

No que se refere à definição do conceito de pintura rupestre segundo Blasi; Pontes; Muller (2002):

Ela retrata as expressões de sensibilidade e estética dos nossos antepassados, que longinquamente marcaram as etapas de suas peregrinações em abrigos e outras formações rochosas, com belas e variadas obras de arte que suscitam a nossa emoção e admiração.

Talvez a arte rupestre seja, a única manifestação da humanidade que têm resistido por milhares de anos à ação constante de agentes desagregadores. Apesar disso, ela continua agindo como um elemento de ligação entre os primórdios da ocupação humana do planeta até os nossos dias (BLASI; PONTES; MULLER, 2002, p.217).

---

as leituras dos livros LYMAN, R.L.; O'BRIEN, M.J.; DUNNELL, R.C. The rise and fall of culture history. 1997, p.271 e PROUS, A. Artes pré-históricas do Brasil. Belo Horizonte: Companhia das Artes, 2007, p. 20-47.

A região do Parque teve a presença dos povos das tradições Paleoíndios que se caracterizam por serem “representados por sítios com grandes pontas de projéteis pedunculadas e foliáceas, além de grande variedade de raspadores, elaborados principalmente sobre lascas microlascas e lâminas” (PARELLADA, 2010, p.164).

Já os povos caçadores indígenas pertencentes à tradição Umbu apresentam seus artefatos contendo características de “pontas de projétil de pedra bem elaboradas, lascadas bifacialmente, com pedúnculo, aletas e um corpo triangular” (PROUS, 2007, p.47). Esses indígenas da tradição Umbu se localizavam “próximos a arroios, rios, banhados ou lagoas, e, mais raramente, junto ao mar” (PARELLADA, 2008, p.127).

Outro grupo indígena alusivo a esses caçadores-coletores foram os povos indígenas classificados como da tradição arqueológica Humaitá, que viviam nas matas ao longo dos rios. Segundo a arqueóloga Cláudia Parellada (2008):

A tradição Humaitá compreende sítios pré-cerâmicos do interior que não possuem pontas de projétil líticas, mas tem uma grande proporção de artefatos sobre o bloco, onde se destacam bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a uma grande quantidade de lascas. Geralmente são sítios-acampamento, multifuncionais, a céu-aberto, próximos a cursos d'água e, excepcionalmente, em abrigos. Concentram-se em vales de rios, que possuíam cobertura de floresta tropical semi-úmida e subtropical, ou seja, no Paraná situam-se principalmente nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Iguaçu e Paraná, e há vários sítios datados no Paraná e sul de São Paulo (Idem, 2008, p.129-130).

Os sítios arqueológicos que estão localizados dentro do PEG e que possuem pinturas rupestres estão classificados nas tradições arqueológicas intituladas Tradição Planalto e Tradição Geométrica. Segundo as pesquisas de Oldemar Blasi (1970) as representações rupestres foram feitas a partir dos elementos ambientais e faunísticos que constituem a biodiversidade do Paraná:

vive ali variadíssima fauna, constituída, principalmente, de cervídeos, porcos do mato, felinos e diversificadas espécies de aves. Esses animais é que inspiraram os índios pré-históricos na elaboração dos desenhos e pinturas que ornaram muitas das paredes daquelas formações rochosas (BLASI, 1970, p. 461).

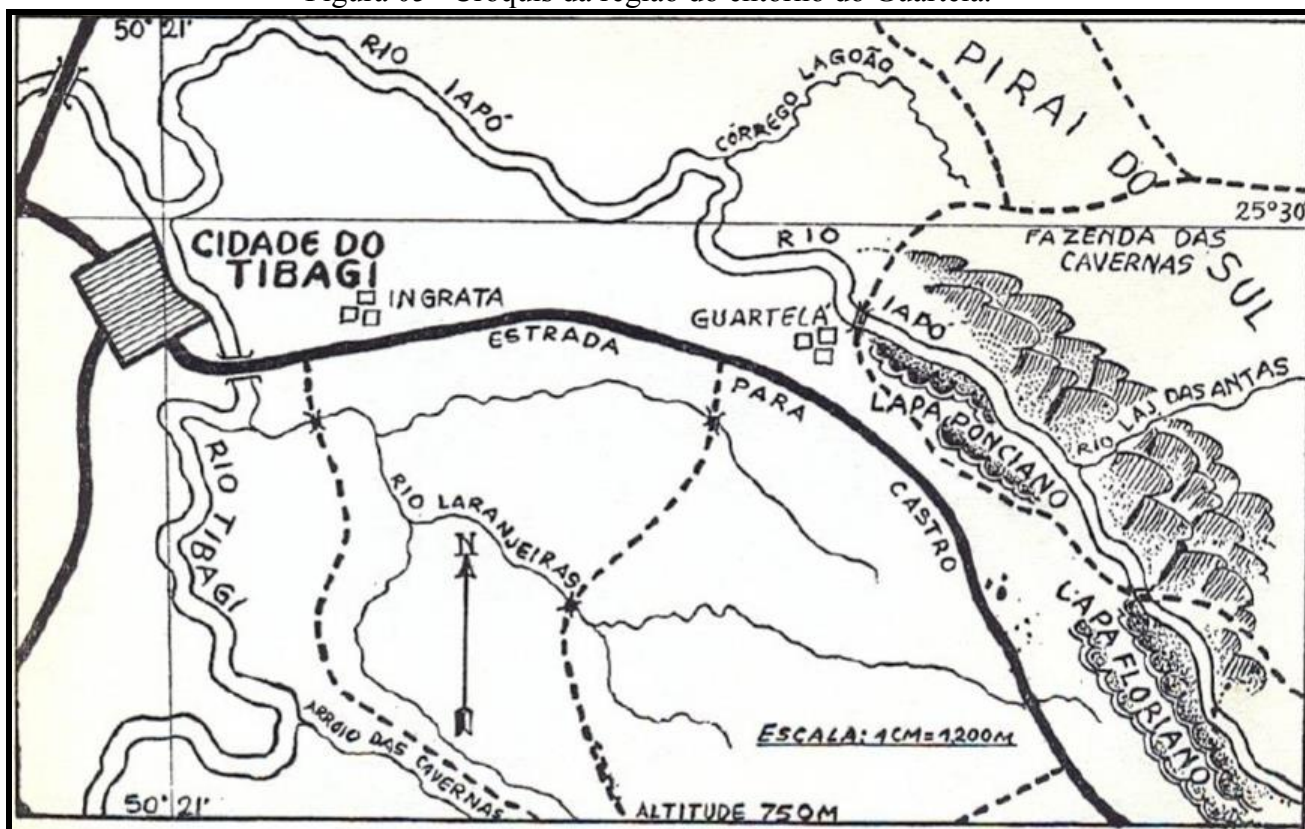
As pinturas rupestres denominadas como Tradição Planalto são caracterizadas “pela dominância visual de figuras animais pintadas em monocromia (vermelho, amarelo, branco ou preto), entre as quais os cervídeos são a grande maioria” (PROUS, 2007, p.77). Esta tradição compreende desde alguns estados brasileiros nos quais a presença de animais como onças, peixes, tatus predomina, assim sendo, as

pinturas refletem a abundância dessas espécies nas regiões. Já a Tradição Geométrica, segundo a arqueóloga Parellada “caracteriza por apresentar sinais geométricos” (PARELLADA, 2010, p.167).

Portanto, no PEG possui cinco sítios arqueológicos sendo denominados como: Lapa Ponciano, Floriano, Mirante, Cachoeira e Alojamento. E todos estes, predominam em suas pinturas rupestres as representações destas duas tradições arqueológicas. Os sítios arqueológicos já foram estudados de vários pesquisadores ao longo do tempo, porém, apenas o arqueólogo Oldemar Blasi na década de 70, coordenou escavações arqueológicas na área em que hoje está localizado o Parque. Ademais, diversos outros pesquisadores estudaram a área e realizaram levantamentos e documentação de arte rupestre.

No sítio arqueológico Floriano, foi onde localizaram um número maior de cultura material, este é um dos dois sítios estudado pelo Oldemar Blasi, e o outro o Lapa Ponciano. Conforme ilustra a figura 5 que apresenta a localização dos sítios arqueológicos, os rios que cortam a região e a divisa entre os municípios.

Figura 05– Croquis da região do entorno do Guartelá.



(Fonte: BLASI, Prancha II, 1972).

O sítio arqueológico Floriano, foi o único sítio do interior do Parque há ser

estudado e escavado. Segundo Oldemar Blasi (1972) descreve o sítio:

Sua entrada está voltada para nordeste, tendo à frente o vale do rio Iapó, e dele distanciada cerca de 300m. Face a essa posição, a incidência dos raios solares se faz regularmente durante grande parte do dia. Dezenas de metros, para oeste, corre pequeno riacho de águas frescas e cristalinas. A entrada da gruta mede 3 metros de largura e sua extensão não vai além de 4m. Porque possui forma afunilada, a sua parte mais elevada tem 6 metros de altura e os fundos somente alguns centímetros. Pequena abertura ali existente faz com que flua água para o seu interior. O chão da gruta apresenta pequena depressão, em forma de bacia, onde se acumula a água provinda da mencionada abertura, que mantém a depressão sempre cheia e no mesmo nível, graças ao escoamento que lentamente se processa através do embasamento arenítico. Circundam essa pequena lagoa numerosos seixos de diferentes dimensões, cobertos de limo.

Evidentemente, o interior deste abrigo não poderia ter sido habitado, mas sua entrada o foi, pois ali estava pequeno monte, de mais ou menos 1m de altura, por 9m de diâmetro, formado de terra preta arenosa, com muitos fragmentos de carvão vegetal e numeroso vestígios líticos (BLASI, 1972, p.07-08).

Essa é a descrição do único sítio arqueológico escavado dentro do Parque<sup>27</sup>.

E dessa escavação resultou em dezenas de materiais líticos, amostras de carvão vegetal, fragmentos de cerâmica, além das pinturas rupestres predominante na cor vermelha e representadas por animais que compõem a fauna da região. Não somente, representações de animais, como círculos, pontos, traços evidenciando a presença da Tradição Geométrica e da Tradição Planalto em um mesmo paredão rochoso (BLASI, 1972).

Ainda nas pesquisas de Blasi (1972) referente ao sítio arqueológico Lapa Ponciano, objeto de estudo deste trabalho, indica que:

Encontra-se à noroeste do Abrigo Ponciano, cêrca de 600m. Vindo da direção sul, do ponto mais elevado do vale do Iapó, o observador não pode avistá-la, porém a medida que desce e vai contornando o declive, logo avista o paredão, com sua frente escarpada voltada para o norte. Forma esta Lapa pequenos abrigos, porém sem sinais de ocupação humana. As pinturas surgem em três pontos distintos: (1) rez ao chão; (2) parte mais elevada do paredão e (3) numa espécie de teto, resultante do desabamento de largo e volumoso bloco rochoso, fato este provavelmente ocorrido há algumas dezenas de anos antes da chegada dos índios ao local. O grande bloco ao desabar obstruiu quase toda a frente da Lapa e, ao lado de outros detritos e pequenos arbustos, tornou o local de difícil e perigoso acesso. Para executar o reduzido conjunto de pinturas que ali aparece, na maioria miniaturas de animais, na porção mais plana da parede, rez ao chão, o índio não teve dificuldades, mas para fixar as outras situadas mais acima, teve que galgar o grande bloco tombado e, uma vez acomodado, de pé ou sentado, pôde executá-las. As pinturas que ocorrem no largo espaço de forma abaulada,

---

<sup>27</sup> Especificamos que o sítio arqueológico Floriano não está aberto para visitação há alguns anos, sendo que desde a implantação da Unidade de Conservação no Parque, os sítios estão sendo preservados, e se encontram fechados para visitação devido ao avanço da degradação. Somente o sítio arqueológico Lapa Ponciano está aberto à visitação e, por conseguinte, o único que temos fotografias.

deixado pela queda do bloco, são: (1) conjuntos de traços verticais, equidistantes, quase todos da mesma espessura e altura, sendo que um deles está limitado, tanto na parte superior como inferior, por traços horizontais; (2) cabeça, pescoço e porção do peito de um cervídeo galheiro, cujas partes restantes, face ao descascamento da rocha, está ausente. A figura se apresenta completamente pintada de vermelho o que já não ocorre com outro animal (3), de menor dimensão, situado logo à frente daquele, do qual restam somente as linhas de contorno. Outro conjunto situa-se em diferentes pontos do teto do abrigo. É formado por distintas figuras, algumas de difícil identificação. Há, por exemplo, retângulos e semi-círculo, circundados por linhas retas e curvas; série de pontos dispostos paralelamente; traços isolados e um semi-círculo com curto traço perpendicular, dando a ideia de uma flecha sendo disparada de um arco distendido.

Além de dois animalzinhos, também não identificados, e aquilo que poderíamos admitir sendo um pássaro, com as asas abertas, há uma curiosa cena de pesca. Este é o único caso de representação antropomórfica encontrado em toda a área da margem direita do Iapó (na margem esquerda foi registrada curiosa pintura, tendo ao centro uma figura antropomórfica, que parece sugerir uma exaltação ao fálus). A composição tem reduzidas dimensões e é formada por um indivíduo que sustenta, com as duas mãos, curta vara com longa linha em cuja extremidade está a figura de um peixe, proporcionalmente muito maior que a figura do pescador (BLASI, 1972, p. 10-11).

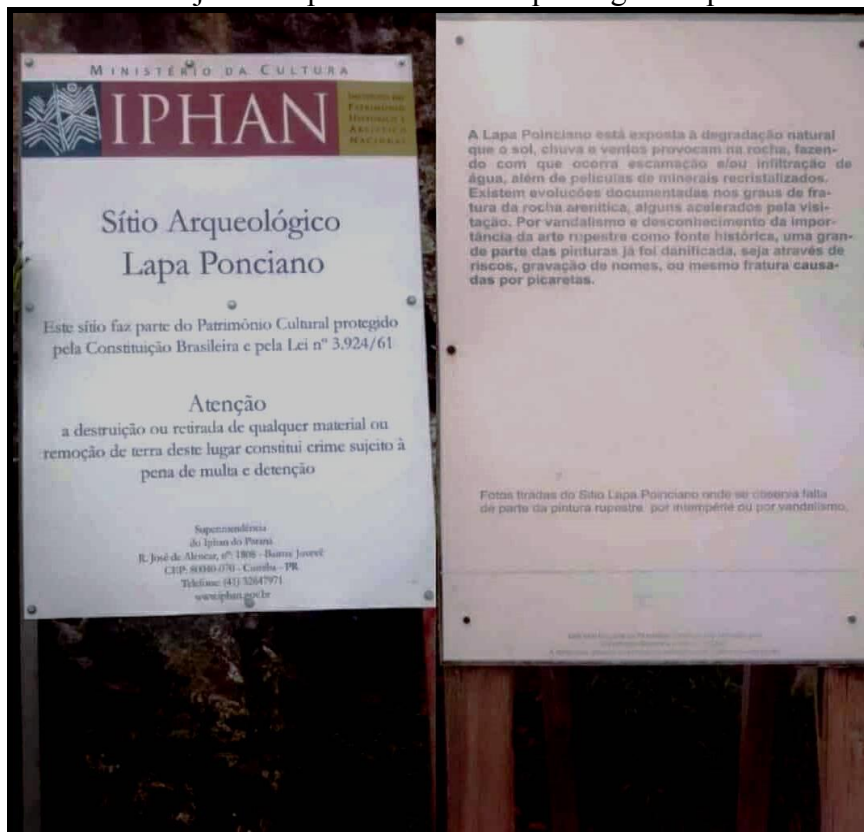
Ocorrem diferentes expressões de pinturas rupestres no paredão rochoso do sítio, conforme podem ser observados nas fotografias alguns destes exemplos de pinturas rupestres no paredão rochoso do sítio Arqueológico Lapa Ponciano. E ao mesmo tempo, comparamos as fotografias atuais com as figuras do pesquisador Blasi na década de 70, para fim de que, possam compreender a representação e a degradação das pinturas.

Foto 17 – Entrada do sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 18 – Conjunto de placas do sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 19 – Pintura Rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 20 – Pintura Rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 21 – Pintura Rupestre sítio arqueológico Lapa Ponciano.



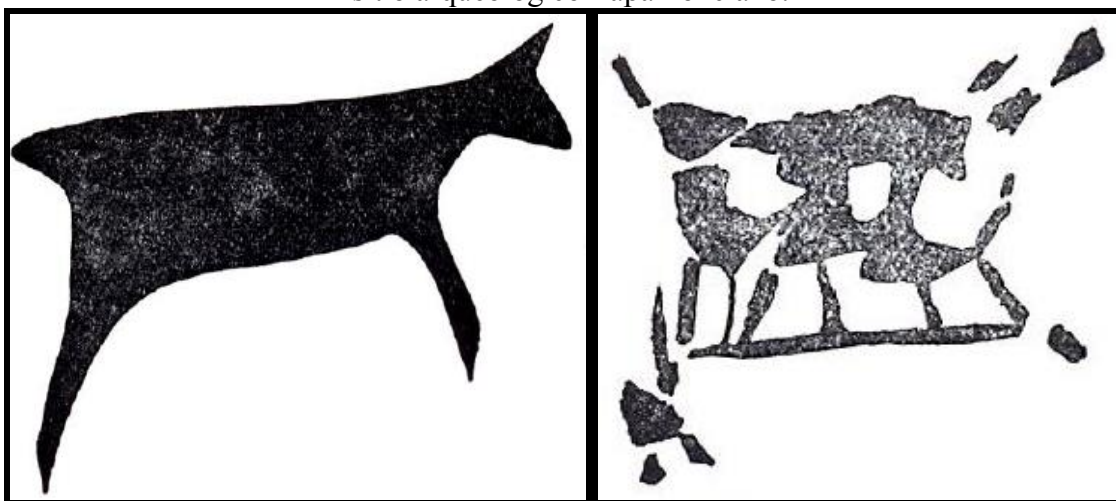
(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 22–Degradação do paredão rochoso no sítio arqueológico Lapa Ponciano.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Figura 06– Duas imagens de cervídeos que estão representadas na parede do sítio arqueológico Lapa Ponciano.



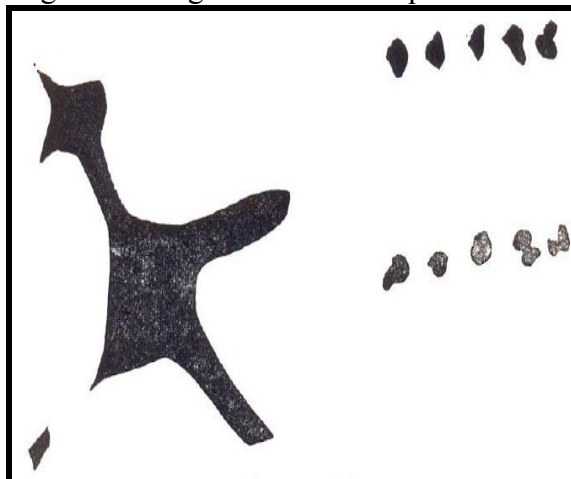
(Fonte: BLASI, Figura 44,1972).  
Dimensão:12x7 cm.

(Fonte: BLASI, Figura 21,1972).

Dimensão: 3,5x 3,5cm.

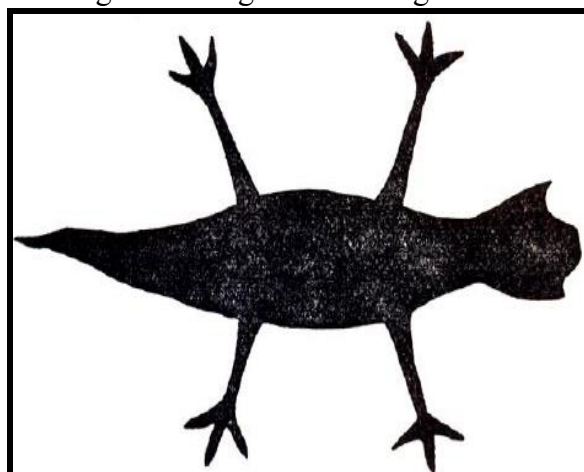


Figura 07– Figura de animal e pontos.



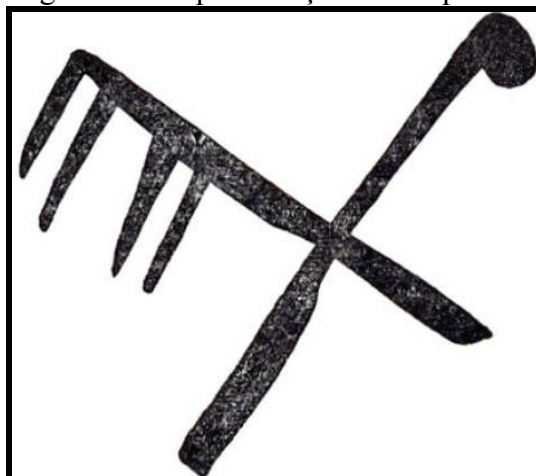
(Fonte: BLASI, Figura 34,1972).  
Dimensão: 3,5x1,5 cm.

Figura 08- Figura de um lagarto



(Fonte: BLASI, Figura 48,1972)  
Dimensão: 7x4 cm.

Figura 09– Representação de um pássaro.



(Fonte: BLASI, Figura 37,1972)  
Dimensão: 18x20 cm.

Figura 10– Provável representação de um felino.



(Fonte: BLASI, Figura 43,1972).  
Dimensão: 12x7 cm.

Portanto, as figuras apresentadas acima referentes ao trabalho de Blasi apontam que o sítio arqueológico Lapa Ponciano, apresentava em seu paredão rochoso expressões rupestres um pouco mais conservadas e menos degradadas do que as fotografias atuais do sítio. Logo, o intenso avanço de destruição e degradação das pinturas rupestres, possibilitou a dificuldade de identificação das pinturas e também a comparação das representações faunísticas. Exemplo disso, a figura 10, que representa a imagem de uma onça, que hoje, não conseguimos identificar essa pintura no paredão rochoso. Provavelmente, devido à escamação do paredão, e também pela deterioração tanto pelos motivos naturais como antrópicos.

Os sítios arqueológicos Lapa Ponciano, o sítio arqueológico Floriano, sítio arqueológico Mirante, sítio arqueológico Cachoeira e o sítio arqueológico Alojamento fazem parte dessas tradições Geométrica e Planalto que configuram as pinturas rupestres representativas nos paredões rochosos. “Tais paredes rochosas serviam como suporte para que os artistas pré-históricos pudessem ali exprimir seus pendores criativos, adquiridos e perpetuados através de gerações milenares” (BLASI; PONTES; MULLER, 2002, p.211).

Desta forma, fomento a importância em preservar e conservar o patrimônio arqueológico assegurados de símbolos culturais e de subjetividades, para que não ocorra a destruição deste. Segundo Lima (2007, p. 12) “os usos do passado, entendido como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais”. Por isso, o levantamento proposto da pesquisa, até o momento fundamentando no objetivo deste estudo, que pretende identificar e analisar as práticas

de Ensino de História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no PEG, dialoga com a Arqueologia e o Turismo Cultural, partindo do ensino-aprendizagem em ambientes não escolares.

Relembrando, conforme foi visto neste capítulo que foi proposto apresentar o objeto de estudo, suas características ambientais, históricas e arqueológicas. Além de abordar o Plano de Manejo do Parque que é justamente “sensibilizar a população, dentro de sua realidade sociocultural, quanto à questão da preservação da fauna, flora e patrimônio arqueológico da Unidade de Conservação e entorno” (IAP, 2002, cap.07, p. 31). Desta forma, os documentos normativos do Parque e das ações nele desenvolvidas indicam a pertinência de que as ações educativas sejam realizadas também em ambientes não escolares, como instrumento de ação que fomentam o Ensino de uma História Pré-Colonial. Portanto, a necessidade de entender que há um potencial educativo dentro do Parque, e que é importante viabilizar este recurso como forma de conhecimento e aprendizagem através das atividades educativas, culturais, patrimoniais e turísticas.

Por fim, a partir das considerações feitas nesse capítulo, seguiremos apresentando a proposta da metodologia e dos métodos utilizados para a concretização deste estudo; a pesquisa, as referências bibliográficas, a escolha dos entrevistados, a elaboração dos questionários de entrevistas semiestruturadas, a preparação da saída de campo, e por fim, os percalços encontrados no caminho e os resultados pós-campo.

## **CAPÍTULO III- DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO**

Neste capítulo, abordaremos os procedimentos metodológicos, materiais, métodos e os resultados do trabalho de campo. Para a realização, foi necessário, no primeiro momento o levantamento bibliográfico dos estudos relacionados ao Parque e aos conceitos centrais da pesquisa (Ensino de História, Patrimônio, Arqueologia, Turismo). Posteriormente, o cuidado em formular as perguntas para os questionários de entrevistas semiestruturadas e a seleção cautelosa dos entrevistados. O terceiro momento pautou-se no planejamento da visita de campo ao Parque Estadual do Guartelá.

Portanto, neste capítulo, pontuaremos todos os percalços positivos e negativos das duas saídas de campo e a descrição dos sujeitos entrevistados que colaboraram para a construção deste trabalho. Para tanto, é necessário avaliar e discutir as respostas dos questionários preenchidos pelos guias de turismo, gestor do parque e também pelos proprietários e funcionários das operadoras de turismo, para entender como a História Pré-Colonial chega ao guia de turismo, como é informada para os turistas, para enfim, alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

### **3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Durante a trajetória da pesquisa, desde seu início, foi efetuado o levantamento bibliográfico de trabalhos sobre a área do objeto de estudo e, posteriormente, as referências bibliográficas acerca dos conceitos abordados ao longo da pesquisa. Por fim, a elaboração dos questionários que foram utilizados nas entrevistas e o planejamento da saída de campo.

A saída de campo foi precedida do planejamento e construção dos questionários semi-estruturados e da seleção dos sujeitos entrevistados. Para que fossem atingidos os objetivos propostos elaboramos três questionários com perguntas abertas e fechadas<sup>28</sup>. Os questionários foram construídos considerando os diferentes grupos de

---

<sup>28</sup> Para a elaboração dos questionários pensamos sempre no cuidado de elaborar perguntas pertinentes, não induzindo as respostas e ter cautela na hora de formulá-las para que não sejam consideradas absurdas

entrevistados. Primeiramente, os Guias de Turismo vinculados às Operadoras de Turismo da cidade, e também, aos guias de turismo autônomos. O segundo formulário refere-se às entrevistas com os turistas que visitaram o Parque e o sítio arqueológico Lapa Ponciano. Já o terceiro formulário foi direcionado para o gerente do Parque.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar as práticas de Ensino da História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no PEG, acerca do potencial turístico e por profissionais que não são historiadores, mas sim guias turísticos. Portanto, para alcançar o objetivo proposto utilizamos da metodologia de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, ou seja, “o pesquisador, através do estabelecimento de uma conversação amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa” (BARROS; LEHFELD, 1990, p.58).

Para Triviños (1987) a conceitualização de entrevista semiestruturada é:

(...) em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Dessa forma, a entrevista semiestruturada visou possibilitar um diálogo pertinente sobre o tema estudado, seguindo a metodologia proposta e direcionando a conversa para o conhecimento sobre o objeto de estudo, porém, deixando os entrevistados livres para que contassem os fatos que julgassem relevantes e importantes sobre as lendas, causos, histórias do PEG e seus patrimônios.

A princípio, dividimos a saída de campo em duas etapas. A primeira etapa seria a entrevista com o gerente do Parque, com os Guias de Turismo e com os turistas que fizeram o roteiro da trilha completa. Para a segunda etapa da coleta de dados, programamos as entrevistas com os proprietários e funcionários das operadoras de turismo, entrevistas com os proprietários de pousadas e campings, e por fim, caso aprovado, acompanharíamos a visita de um grupo de turistas, conhecendo a trilha completa.

Entretanto, ocorreram alguns percalços no caminho para o sucesso da saída de campo, que estava programada para o período entre 26 a 31 de janeiro de 2017.

---

ou tendenciosas e não fujam do objetivo proposto. Procuramos sempre dar continuidade na entrevista e conduzir com respeito e paciência, escutando com atenção as informações concedidas pelo entrevistado.

Infelizmente, não obtivemos a autorização da pesquisa pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em tempo hábil. Essa chegou logo depois<sup>29</sup>. Diante disso, preferimos alterar a ordem dos campos: ao invés de realizar a primeira etapa decidimos inverter e executar a segunda etapa do planejamento do campo, como forma de não comprometer a programação da pesquisa. Logo, realizamos entrevistas com os turistas que estavam hospedados no camping Recanto da Dora, e com os proprietários das operadoras de turismo.

A segunda etapa da saída de campo ocorreu no período de 11 a 21 de janeiro de 2018. Com a autorização do IAP em mãos, ficamos hospedados no alojamento do Parque, onde foi possível realizar as entrevistas com os turistas que estiveram durante esses dias. E formalizando que tratava-se de uma pesquisa científica, a autora precisou usar durante todos os dias que estava entrevistando os turistas um colete de pesquisadora, com o logo do PEG e do IAP.

A segunda saída de campo proporcionou que estivéssemos em contato direto com todo o monitoramento do parque e todas as atividades executadas, conhecendo e compreendendo o trabalho dos funcionários. Assim, acompanhamos os trabalhos dos funcionários, como ocorre a recepção aos turistas, às primeiras informações, as explicações sobre os procedimentos e o cuidado da preservação da área. Bem como os problemas de infraestrutura que podem influenciar na possibilidade de atividades educativas, patrimoniais, culturais e turísticas no local.

Conseguimos acompanhar diariamente a quantidade de turistas que estiveram visitando o local. Segundo informações concedidas pelos funcionários do parque e seu gerente, concluímos que durante este período estiveram no parque (adultos, crianças, idosos) um total de 424 pessoas. Deste total foram entrevistados 170 turistas, maiores de 18 anos de idade. Ao todo, primeira e segunda saída de campo, coletamos 189 entrevistas de turistas.

Para a realização das entrevistas buscamos agendar previamente todas em ambas as saídas de campo, exceto com os turistas do Parque. E durante a estadia na cidade de Tibagi, conhecemos algumas pessoas, que por sua vez, concordaram em serem entrevistados sem agendamento prévio. Além desses, fomos convidados a conhecer o ateliê do artista plástico Alison Batista, onde o próprio nos propôs conhecer o seu trabalho e a entrevistá-lo. Ao final nos presenteou com um pequeno quadro que contém o desenho de um cervídeo, representando, assim, as pinturas rupestres do sítio

---

<sup>29</sup> A autorização da pesquisa está anexada no apêndice A.

arqueológico localizado no Parque. Falaremos sobre este trabalho no subtítulo “4.2 Artesanato”.

As entrevistas foram gravadas com o uso de um gravador. Tanto os áudios, a decupagem e as autorizações dos entrevistados para o uso do áudio, da imagem e dos dados dos questionários estão de posse da autora e disponíveis para interessados. Os sujeitos entrevistados foram identificados pelos seus nomes.

Além da entrevista semiestruturada, outras metodologias foram incorporadas nesta pesquisa, como revisão e levantamento bibliográfico, análises de folders, análise do artesanato, fotografias e observação em campo. As entrevistas com os turistas foram realizadas no PEG, no Camping Recanto da Dora, incluindo a entrevista com seus proprietários. Além disso, tivemos outras entrevistas realizadas com turistas, que foram efetuadas na Operadora do Guartelá, com a permissão da proprietária, que nos deixou conversar com seus clientes. Nesta, entrevistamos a proprietária e alguns funcionários, dentre esses um guia de turismo que nos acompanhou no roteiro da trilha completa ao Parque. Foi importantíssima a participação dos sujeitos entrevistados para a concretização e realização desta pesquisa.

### **3.2 A SAÍDA DE CAMPO: QUEM SÃO OS GUIAS**

Primeiramente, realizei um levantamento de quem eram e quantos guias trabalham com roteiros turísticos dentro do Parque Estadual do Guartelá. Na cidade de Tibagi há um grande número de guias dedicados tanto às atividades patrimoniais no Parque quanto ao acompanhamento dos turistas nas escalada, rafting, rapel, dentre outras destinadas às aventuras radicais. Todavia as entrevistas com os Guias que realizam apenas as atividades de aventuras não é o propósito deste trabalho. Desta maneira, a pesquisa segue com os guias credenciados ou não credenciados, que trabalham com turistas que desejam conhecer a trilha completa no PEG, a qual perpassa o patrimônio arqueológico.

O levantamento dos sujeitos e seus respectivos locais de trabalhos foi realizado via o contato com as operadoras de turismo, por e-mail ou por telefone. Chegamos a um total de cinco guias de turismo, com os quais entramos em contato e que concordaram em ser entrevistados, concedendo a autorização de divulgação dos

dados dos formulários preenchidos para este trabalho<sup>30</sup>.

A entrevista desenvolveu-se de forma semi-estruturada, mesmo seguindo as perguntas do formulário de entrevista, os entrevistados puderam esclarecer algumas questões e conversaram sobre os procedimentos do roteiro turístico. O formulário de entrevista preenchido pelos guias de turismo contém 16 perguntas, entre questões abertas e fechadas, conforme pode ser observado na figura 11. Todas as perguntas envolvem dados gerais, as ações educativas e o Ensino de História Pré-Colonial no PEG. Este mesmo formulário foi apresentado para os proprietários e funcionários das operadoras de turismo.

A escolha por entrevistar os guias de turismo tanto credenciados pelo Ministério do Turismo quanto os não credenciados, foi para entender o processo e os espaços de formação desses. Os guias não credenciados são conhecidos como “guias locais”. Tem formação em algum curso oferecido pela própria Prefeitura de Tibagi, como condução local e guia regional. Assim, conhecendo a formação desses, será possível traçar um perfil e uma relação entre a História Pré-Colonial que os guias conhecem na construção da sua formação e a História Pré-Colonial que levam até o turista.

Conhecer a formação dos guias, tanto pelos cursos como pelas leituras particulares ou aprendizados informais, será igualmente fundamental identificar possíveis diferenças nas explicações e informações transmitidas pelos profissionais cadastrados ou não.

---

<sup>30</sup> Segundo o levantamento que realizamos não são somente estes os únicos guias Alessandro Chagas, Alexandre Betim, Alison Batista, Nevair kurkievicz, Tamara Laiz, atuando no Parque, porém, conseguimos conversar somente com este grupo, devido a desencontros com os demais guias. E também infelizmente, tivemos outro guia entrevistado que não nos concedeu a autorização do questionário. Devido à ausência da autorização não estamos usando a entrevista.



Figura 11- Formulário de Entrevista Guia de Turismo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM  FORMULÁRIO DE ENTREVISTA GUIA DE TURISMO	
Dados Gerais:	
1. Nome: _____	2. Idade: _____
3. Cidade: _____	4. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
5. Escolaridade: ( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Superior Completo	
6. Área de Formação: _____	
7. Houve uma atividade de formação de turismo para trabalhar no parque? Como foi essa formação?	
8. Quais são as ações educativas que o parque promove?	
9. Com os turistas vocês tratam alguns elementos da História da Pré - História no parque? Quais?	
10. Quais são os principais roteiros que vocês oferecem no Parque Estadual do Guartelá?	
11. Que elementos esses roteiros abordam?	
12. Quantitativamente os turistas que fazem o roteiro gratuito, tem a mesma proporção numericamente, dos turistas que fazem a trilha que leva as pinturas rupestres?	
13. Qual é o perfil de turista que visita a primeira trilha e a segunda trilha?	
14. É abordada a História da Pré - História no Parque? Como é abordado?	
15. Qual a relação do parque com a comunidade?	
16. É tratada a questão da Arqueologia no Parque? Como?	

(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

A apresentação dos Guias de Turismo segue a ordem alfabética e, conforme autorizado, os apresentaremos por seus próprios nomes. O primeiro guia é o Alessandro Giulliano Chagas Silva, 42 anos, formado em Geografia e Técnico em Guia de Turismo. Durante a graduação pesquisou o patrimônio arqueológico e desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso sobre um abrigo com pinturas rupestres no município de Ponta Grossa-Paraná. Alessandro é da cidade de Ponta Grossa, município próximo a Tibagi. É criador do Projeto Arqueo Trekking, que desenvolve ações educativas e patrimoniais com alunos do ensino fundamental, médio, técnico e universitário, através de palestras sobre Arqueologia nos Campos Gerais. Alessandro também atua como guia de turismo,

levando grupos para conhecer a História, do Parque Estadual do Guartelá e a região. No ano de 2002 trabalhou como Educador Ambiental e Condutor no Parque, onde participou de cursos ofertados pelo extinto Grupo Ecológico dos Campos Gerais<sup>31</sup>.

O segundo Guia de Turismo é o Alexandre Betim, 42 anos, ensino médio incompleto e formado em Técnico em Turismo e Guia de Turismo Regional. Nascido em Tibagi, atua nos roteiros turísticos da cidade há alguns anos. Tanto o Alessandro quanto o Alexandre são guias autônomos, certificados e cadastrados pelo Ministério do Turismo. Ambos possuem documentos do tipo que podem ser observados nas figuras 12 e 13.

Como mencionado neste subtítulo, pontuamos a importância de conhecer a formação dos guias de turismo cadastrados ou não, para assim entender o perfil e verificar se existe alguma diferença entre as informações transmitidas por estes profissionais.

Figura 12-Credencial (carteirinha) de Guia de Turismo.



(Fonte: Imagens GOOGLE, 2017).

Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=carteirinha+de+guia+de+turismo&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjmy4iMtO7eAhXEi5AKHdTdAEwQ\\_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=9PHMUsiJT9G--M](https://www.google.com/search?q=carteirinha+de+guia+de+turismo&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjmy4iMtO7eAhXEi5AKHdTdAEwQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=9PHMUsiJT9G--M)

<sup>31</sup> O Grupo Ecológico dos Campos Gerais tinha como objetivos “defender o meio ambiente de forma equilibrada, desenvolver trabalhos de educação ambiental, fiscalização, projetos de educação ambiental e científicos”, segundo a informação do site Web- Resol: Instituto para a Democratização de Informações sobre o saneamento básico e meio ambiente. Disponível em: <http://www.webresol.org/site/ongs2.php?id=2835> Acessado em: Agosto de 2018.

Figura 13-Certificado expedidos pelo Cadastur- MinTur.



(Fonte: Imagens GOOGLE, 2017).

O terceiro, Alison Batista, é guia local e também artista plástico. Alison tem 38 anos de idade, é da cidade de Tibagi, possui ensino médio completo e é Técnico em Turismo. Fez curso de Guia Regional e Condução Local. Este já teve o cadastro no Ministério do Turismo, porém, conforme informação do próprio, por razões pessoais, foi trabalhar em outra área. Seu cadastro venceu e não foi renovado. Quando conversamos, na primeira saída de campo, relatou este fato. Já na segunda saída de campo nos encontramos novamente e o mesmo informou que estava retomando as atividades como Guia Local e iria renovar sua licença como Guia de Turismo, para voltar a atuar na cidade por conta própria em sua empresa, a Guartelá MTB.

O quarto guia é o Nevair Kurkievicz, 32 anos, ensino médio incompleto e como formação completar, cursos na área de primeiros socorros e rapel. Nevair é da cidade de Tibagi, é guia local e está vinculado à operadora de turismo Operadora Parada do Guartelá, atua em diversos roteiros turísticos, alguns fora do Parque, como nos roteiros de aventuras e nos passeios em outros sítios arqueológicos no entorno e nas cachoeiras, conforme pode ser observado na “foto 16- Recibo trilha completa PEG” que está no subtítulo “2.4 Atrativos Naturais e Turísticos no Parque Estadual do Guartelá”, contendo todos os roteiros turísticos que a empresa oferece. Este foi o guia que nos acompanhou no roteiro da trilha completa no PEG.

A quinta guia é a Tamara Laiz dos Santos, 24 anos, ensino médio completo e como formação completar, curso de Condução Local, abrangendo desde assuntos sobre primeiros socorros até a História local do município. Tamara também é da cidade de Tibagi, é guia local e está vinculada à operadora Guartelá Ecoturismo, atua em diversos roteiros turísticos, tanto no Parque como nos roteiros de aventuras.

A partir do perfil e formação dos guias podemos iniciar algumas comparações sobre sua atuação e o conhecimento sobre a História Pré-Colonial. Lembrando que apenas os turistas que querem realizar a trilha completa, contratam os guias e durante o percurso este explica sobre a região, o parque, a arqueologia, e a história pré-colonial, dentre outras questões. Conforme verificamos na análise de algumas perguntas do questionário de entrevistas dos Guias.

Ao perguntar para os guias se informam aos turistas sobre a História Pré-Colonial, podemos observar as respostas das perguntas respondidas, a seguir.

Pergunta 9 do questionário de entrevista: Com os turistas, vocês tratam alguns elementos da História Pré-Colonial no Parque? Quais?

Guia 1- Resposta: Acredito que sim, quando recebemos o treinamento em 2002 foi comentado sobre a gênese do cânion, e eu particularmente pelo interesse na Pré-História sempre comentei aos visitantes sobre o valor pré-histórico, histórico-cultural do Parque. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: Sítios Arqueológicos. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: Informações sobre as pinturas rupestres da tradição do Planalto. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: Pouco da história da região, pinturas rupestres, rochas, vegetação. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Sim, a questão da idade das pinturas, os povos que fizeram e a tradição. (Resposta do questionário de entrevista da Guia de Local senhora Tamara Laiz dos Santos. Data 30/01/2017).

Pergunta 11 do questionário de entrevista: Que elementos esses roteiros abordam?

Guia 1- Resposta: Nos roteiros que tenho elaborado na região do cânion do Guartelá sempre tenho agregado a cultura Guartelhana aos visitantes, e sempre tentando envolver a comunidade local, os antigos Guartelhanos nos passeios. Comentar um pouco sobre a pré-história do local, a qual é muito rica. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor

Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: Formação geológica, fauna e flora. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Duas trilhas, uma trilha básica (auto guiada) “panelões, mirante, cachoeira” e a segunda das pinturas rupestres (sítios arqueológicos). (Resposta do questionário de entrevista da Guia de Local senhora Tamara Laiz dos Santos. Data 30/01/2017).

Pergunta 13 do questionário de entrevista: Qual é o perfil de turista que visita a primeira trilha e a segunda trilha?

Guia 1- Resposta: Os turistas que realizam a trilha normal do parque, são os turistas em geral, que muitas vezes desconhecem sobre a pré-história e sobre os sítios arqueológicos do Parque. Já os turistas da segunda trilha, geralmente são diferenciados, acadêmicos universitários, pesquisadores, etc. Mesmo porque não se consegue o acesso ao sítio sem autorização do gerente do Parque. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: 1º família e 2ª pesquisa. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: Na primeira trilha são grupos aleatórios, na segunda é mais estudantes, pesquisadores. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: Pessoas mais jovens procuram a trilha das pinturas em alguns interesse sobre as pinturas, e todo tipo de pessoa procuram a trilha básica. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Trilha básica- terceira idade, grupos de escoteiros, família, grupos de escolas de outras cidades, e também estrangeiros. Trilha das pinturas- grupo familiar, pesquisadores, estudantes, grupos de turistas que vão por agência. (Resposta do questionário de entrevista da Guia de Local senhora Tamara Laiz dos Santos. Data 30/01/2017).

Pergunta 14 do questionário de entrevista: É abordado o Ensino de História da Pré-História no Parque? Como é abordado?

Guia 1- Resposta: Desconheço, acredito que somente se o turista tiver interesse esse tema é abordado. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: Não abordado. (Resposta do questionário de entrevista do

Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: Existe essa abordagem mais é superficial. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: No começo falava-se da história do Parque e como se comportar em uma Unidade de Conservação, com o passar do tempo foi parando de contar a história. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Sim, através da explicação sobre os povos que habitavam a região, conta causos, histórias passadas dos conflitos com os fazendeiros, a questão da caça, tribos nômades, até a origem. (Resposta do questionário de entrevista da Guia de Local senhora Tamara Laiz dos Santos. Data 30/01/2017).

Pergunta 15 do questionário de entrevista: Qual a relação do parque com a comunidade?

Guia 1- Resposta: Desconheço. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: Não. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: 5% de emprego gerado através do turismo. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: Muito boa. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Não tem relação. (Resposta do questionário de entrevista da Guia de Local senhora Tamara Laiz dos Santos. Data 30/01/2017).

Pergunta 16 do questionário de entrevista: É tratada a questão da Arqueologia no Parque? Como?

Guia 1- Resposta: Muito pouco, acredito que com o potencial arqueológico do Parque esse tema deveria ser amplamente abordado e realizada visitas aos sítios, e não manter no anonimato sem contato com o turista. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alessandro Giulliano Chagas Silva. Data 01/02/2018).

Guia 2- Resposta: Na preservação é abordado. (Resposta do questionário de entrevista do Guia de Turismo senhor Alexandre Betim. Data 27/01/2017).

Guia 3- Resposta: Ainda não. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Guia 4- Resposta: Sim, preservando o cânion, as trilhas, as pinturas, relevo, campo, e as rochas, matas. (Resposta do questionário de entrevista do Guia Local senhor Nevair Kurkievicz. Data 27/01/2017).

Guia 5- Resposta: Através do meu trabalho sim, através do parque não sei.

A partir das respostas dos guias pudemos identificar e concluir que há uma ausência de informações, pelo Parque, sobre a questão da História Pré-Colonial. Caso, o turista não contrate o guia e deseje realizar a trilha autoguiada, não terá nenhuma informação a respeito da arqueologia e da história pré-colonial do Parque. Somente os turistas que contratam o guia podem vir a ter um mínimo de informação possível.

Conforme analisamos as entrevistas, existe uma confusão por parte dos guias a respeito da diferença entre o que seria arqueologia e geologia, abordando tudo que diz respeito à natureza, como o *canyon*, as cachoeiras, matas, os sítios arqueológicos como se estivessem em um mesmo “pacote” científico. Porém, cada um está em sua área, no entanto, dialogam, portanto, a interdisciplinaridade no Parque é tão importante e fundamental para desenvolver diversas pesquisas científicas.

Outra observação é a, confusão ao responder as perguntas, que se contradizem no primeiro momento informa que não é abordada a história, porém, em outra pergunta já responde que sim, que a questão pré-colonial é abordada na parte da preservação e conservação dos sítios arqueológicos. Bem como as explicações, onde os guias, pontuam em suas respostas que apenas abordam quando o turista pergunta ou indaga sobre algum questionamento a cerca do patrimônio arqueológico, caso contrário, não é abordado.

Ainda que, somente os turistas que contratam o serviço do guia recebem essas informações, ou seja, quem percorre a trilha completa. Portanto, a ausência dessas informações turísticas fica para o turista que percorre a trilha básica. Este não recebe informações sobre o passado pré-colonial através da ação do Parque.

As análises das entrevistas possibilitaram concluir que segundo sua formação, cursos, leituras e conhecimentos adquiridos pela internet, livros ou artigos, repassam a informação sobre a Arqueologia e História Pré-Colonial para os turistas. Conforme observado nas respostas informadas nos questionários, os guias tratam de tradição (sendo um conceito elaborado pelos arqueólogos que estudam a corrente histórico-culturalista), as datações, os estudos que já foram realizados no Parque, os povos indígenas. Portanto, todas essas informações que serão transmitidas para os turistas, são pesquisadas pelos próprios guias, conforme seu interesse para assim, poder informar com clareza e precisão do local a ser visitado.

Deste modo, o alcance para o turista sobre a História Pré-Colonial do PEG é

limitado, fica sujeito apenas aos Guias fazerem essa “ponte” e informar aos turistas sobre a história. E ao informar, conforme o conhecimento de cada um, os perfis destes guias são basicamente similares, pois todos tratam das mesmas questões, uns mais aprofundados do que outros (isso é devido a sua própria vontade de conhecer e pesquisar sobre a história), porém, todos levam a informação até o turista, de forma particular de cada um, com suas próprias características, não saindo do contexto.

### **3.3 A SAÍDA DE CAMPO: OS PROPRIETÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DAS OPERADORAS DE TURISMO**

A apresentação dos proprietários e funcionários das operadoras de turismo segue a ordem alfabética e, conforme autorizado, usaremos os nomes reais. Os proprietários e funcionários responderam o mesmo formulário de entrevista aplicado aos guias de turismo e aos guias locais (figura 11). O primeiro entrevistado é Danilo Barreto de Lima, proprietário da operadora Tibagi Aventuras. Danilo tem 35 anos, mora na cidade de Tibagi é formado em Administração de Empresas e Condutor Local.

A segunda é Doralice do Carmo Martins, proprietária do Recando Ecológico da Dora. Dora tem 51 anos de idade, é formada em História e aposentada como funcionária pública. A família da Dora tem relação direta com o PEG, pois o pai foi um dos proprietários que venderam as terras para a formação da área em que hoje está localizado o parque. O camping é um dos locais mais visitados pelos turistas que desejam conhecer o município, tanto pelas belezas naturais, quanto pelo patrimônio arqueológico.

A terceira é a funcionária da Operadora Parada do Quartelá, Helen Rubia de Oliveira. Helen tem 21 anos, formada em Design de Móveis. É moradora da cidade de Tibagi e trabalha na operadora no setor de recepção e informação sobre os roteiros turísticos.

O quarto é Matheus Martins Pereira, filho da Doralice e também um dos proprietários do Recando Ecológico da Dora. Matheus tem 20 anos de idade, está cursando Engenharia Civil. É responsável pelo camping, juntamente com a família, auxiliando nas reservas e recepção dos turistas, além de informar sobre os atrativos e o cuidado com a preservação do patrimônio arqueológico e histórico.



O quinto é Pedro Lucas<sup>32</sup>, funcionário da empresa Guartelá Ecoturismo. Trabalha na operadora há 12 anos, possui formação complementar em primeiros socorros e primeiros socorros em ambiente vertical. Pedro é ex-atleta da Seleção Brasileira de Canoagem e através do esporte conheceu o proprietário da operadora de turismo, para quem veio a trabalhar, inicialmente, como guia de turismo. Há alguns anos atua no escritório, na organização das atividades turísticas e venda de roteiros, seguindo o mesmo padrão das outras operadoras, com atividades no Parque, turismo de aventuras, trilhas e cachoeiras.

A sexta é proprietária da Operadora Parada do Guartelá, Renata Biersteker, 37 anos, moradora da cidade de Tibagi, formada em Engenharia Agrônoma. A Operadora Parada do Guartelá existe desde 2013, é uma operadora de turismo local. Está localizada na entrada do PEG e oferece roteiros turísticos tanto no Parque como trilhas em propriedades privadas (trilha do Índio onde estão os sítios arqueológicos, Abrigo Alojamento Guartelá e Abrigo Sonho Meu 2, pontuados no subtítulo “2.2 Alguns Aspectos Históricos”), roteiros de aventuras como rafting e rapel, dentre outras atividades.

Ao entrevistar os seis (funcionários e proprietários das operadoras) acima mencionados pôde-se compreender como é a relação do parque com a comunidade; quais os roteiros turísticos abordados; qual é o perfil do turista que visita às trilhas. Vejamos algumas das respostas.

Pergunta 7 do questionário de entrevista: Houve uma atividade de formação de turismo para trabalhar no parque? Como foi essa formação?

Resposta entrevistado 1: Conductor local mais ou menos 6 anos atrás. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Não, porém escolas trazem alunos para visitação, para aulas de biologia, geografia, usa-se o parque para a formação dos alunos. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Não houve. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Não sei sobre o assunto. Porém, faltam projetos que incentivem e fomentam o turismo como um todo no município. Falta informações e incentivo por parte dos órgãos responsáveis. (Resposta do

---

<sup>32</sup> A entrevista com o senhor Pedro Lucas, foi diferente dos demais que preencheram o questionários de entrevista. A entrevista seguiu a metodologia semi-estruturada, com algumas perguntas do questionário de entrevista, porém deixando o entrevistado livre. A entrevista foi gravada com um gravador, transcrita e está em posse da autora.

questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta entrevistada 5: Eu não tenho formação técnica ou curso técnico, eu tenho alguns cursos básicos de primeiros socorros, primeiros socorros em ambiente vertical e é mais conhecimento. (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

Resposta 6: Não. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 8 do questionário de entrevista: Quais são as ações educativas que o parque promove?

Resposta entrevistado 1: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Preservação ecológica, educação patrimonial natural, etc... (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Já teve palestras com geólogo, arqueólogos sobre a importância de preservar as pinturas rupestres e a história de qual época surgiram mais ou menos, sobre a formação das rochas<sup>33</sup>... (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Sobre o Parque, não o conhecemos. No Recanto, tentamos conscientizar quanto à questão de um uso que não prejudique a natureza. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta 6: Palestra para guias da região, de vez em quando tem algum curso. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 9 do questionário de entrevista: Com os turistas, vocês tratam alguns elementos da História da Pré-História no parque?

Resposta entrevistado 1: Depende da formação do guia. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Não, comenta-se que os indígenas vieram para a região do Guartelá, hoje Parque quando da colonização do Brasil. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Não. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: No Parque não sei. No Recanto, tratamos sobre o sítio arqueológico presente em nossa área. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta entrevistada 5: Sim. Eu não vou te saber falar bem exatamente o

---

<sup>33</sup> Não obtivemos respostas sobre qual palestra foi ofertada e qual profissional a ministrou.

que eles explicam na trilha até porque na trilha eu conheço bem pouco, só fosse na área de rafting, mas eles falam desde os primeiros habitantes né do parque, a formação do cânion, a biologia ali, então eles explicam bastante coisa sobre as pinturas também, como que era feito porque tem bastante gente que se engana achando que é feita com sangue e na verdade não é, então eles já contam sobre isso, eles explicam bastante coisa. (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

Resposta 6: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 10 do questionário de entrevista: Quais são os principais roteiros que vocês oferecem no Parque Estadual do Guartelá?

Resposta entrevistado 1: 1º Trilha básica e 2º trilha completa (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Oferecem duas trilhas, a trilha da ponte da pedra e a trilha das pinturas rupestres. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: A trilha completa com as pinturas rupestres. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Trilha básica (mirante e cascata da ponte da pedra) e trilha das pinturas rupestres. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta entrevistada 5: Hoje a principal atividade mais procurada é a trilha do parque né, a parte que vai até as pinturas: trilha completa. Por segundo vem o rafting, então vem o rafting, cavalgada, rapel, e as demais atividades: boia cross, outras trilhas em propriedade particular, bike, balão. (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

Resposta 6: Trilhas como Índio (com pinturas rupestres), trilha longa, trilha com acompanhamento. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 11 do questionário de entrevista: Que elementos esses roteiros abordam?

Resposta entrevistado 1: Histórico e fundamental. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Arqueologia e preservação da natureza. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Formação rochosa e as pinturas, tipo de vegetação. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Trilha de trekking; visual do canyon; contato com a natureza; pontos de banho. (Resposta do questionário de entrevista do senhor

Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta 6: Caminhada. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 12 do questionário de entrevista: Quantitativamente os turistas que fazem o roteiro gratuito, tem a mesma proporção numericamente, dos turistas que fazem a trilha que leva as pinturas rupestres?

Resposta entrevistado 1: 99% trilha básica e 01% pinturas. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Não, o roteiro das pinturas é pago, número menor fazem esta trilha. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Não, a quantia de turista que fazem o roteiro gratuito é bem maior, as vezes por não terem interesse sobre as pinturas, ou por terem que pagar para ver as pinturas. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Não. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta 6: Não. Muito mais a trilha básica. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 13 do questionário de entrevista: Qual é o perfil de turista que visita a primeira trilha e a segunda trilha?

Resposta entrevistado 1: Grupos de pequeno porte e famílias. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: As pinturas normalmente são professores, alunos que procuram fazer, com intuito de estudo, etc. Já a primeira jovens e famílias em geral. (Resposta do questionário de entrevista da Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: A primeira é o pessoal que vem para conhecer o canyon. O segundo é mais pesquisadores pessoas que se interessam mais pela história. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Primeira: todos os tipos de turistas, que geralmente gostam de natureza. Segunda: turistas que sempre fazem trilhas rurais e são mais aventureiros. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta entrevistada 5: Tem de tudo, desde criancinha acompanhado dos pais até pessoas de mais idade setenta anos, oitenta anos as vezes a pessoa tem algum probleminha pra caminhar ou fez alguma cirurgia, o parque ele oferece um carro de apoio aonde você consegue tá saindo um pouco da parte mais pesada da trilha então qualquer idade que esteja com vontade ela consegue fazer é uma trilha considerada leve: 8 kilometros, 4 de ida e de

volta. (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

Resposta 6: Famílias, estudantes, grupos de Igreja na primeira trilha. Segunda trilha casais e jovens. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

#### Pergunta 14 do questionário de entrevista: É abordado o Ensino de História da Pré-História no parque? Como é abordado?

Resposta entrevistado 1: Depende da formação do guia. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: Não sei responder. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Não sei, apenas quando fazem alguma palestra, mas fora disso não. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Não. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta 6: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

#### Pergunta 15 do questionário de entrevista: Qual a relação do parque com a comunidade?

Resposta entrevistado 1: Visitação de moradores locais. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: A comunidade tibagiana tem orgulho do parque pelas belezas naturais, as lindas cachoeiras, por ser o 6º maior canyon do mundo, sentem-se privilegiados por ter esta maravilha. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Então para comunidade é muito bom a maioria dos funcionários que trabalham no parque são moradores do Quartelá. Ex: meu companheiro e o pai dele trabalham no Parque. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Fraca! Quase não há relação e projetos que liguem a comunidade ao parque. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta entrevistada 5: Vejo uma relação um pouco conturbada poderia ser melhor, a gente até procurou a Secretaria de Turismo para vê o que poderia fazer para melhorar, fazer alguns projetos. Tem muita gente de Tibagi que não conhecem o canyon, tem muita gente que vai lá e olha o canyon e não gostei, não achei nada, mas é porque não sabem a história do canyon, é a mesma coisa você vai fazer uma atividade e não tem uma informação você sai de lá vazio, foi tirou foto achou bonito mas aquilo vai se perder com o tempo, diferente se você tem uma informação. (Trecho da entrevista

transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

Resposta 6: Emprego (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Pergunta 16 do questionário de entrevista: É tratada a questão da Arqueologia no parque? Como?

Resposta entrevistado 1: Depende da formação do guia. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Danilo Barreto Lima. Data 16/01/2018).

Resposta entrevistada 2: O parque, a administração preocupa-se com a preservação desses sítios, tanto que, visita só com Guia, todos os cuidados são observados. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Doralice do Carmo Martins. Data 23/04/2018).

Resposta entrevistada 3: Como eu disse acima apenas quando fazem palestra, mas é muito restrito, só participam pessoas que trabalham com turismo não é aberto para toda comunidade ou cidade. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Hellen Rubia de Oliveira. Data 27/01/2017).

Resposta entrevistado 4: Não. (Resposta do questionário de entrevista do senhor Matheus Martins Pereira. Data 30/07/2018).

Resposta 6: Não respondeu. (Resposta do questionário de entrevista da senhora Renata Bierstiker. Data 28/01/2017).

Após a análise das respostas dos entrevistados, podemos observar que faltam algumas informações até mesmo por parte dos funcionários e proprietários das operadoras, que são as pessoas que lidam diretamente com o turista. Informando-os e explicando-os sobre os passeios e seus atrativos naturais existentes. Um exemplo é a própria ausência de informação se o Parque realiza ações educativas ou não; outra questão, se quando o turista chega ao PEG, se vai ser informado sobre o patrimônio arqueológico, essas questões demonstram que faltam um diálogo entre as operadoras e a administração do parque.

Outra questão fundamental para a pesquisa é a relação da comunidade com o Parque. Como veremos nas observações da saída de campo, esta relação é bastante frágil; muitas vezes apenas por laços empregatícios, sem ligação identitária e de pertencimento. Consta no Plano de Manejo a importância de aproximar a comunidade da Unidade de Conservação para a realização de atividades tanto de preservação do Parque quanto promoção de interação da comunidade com este e os conteúdos lá presentes. No entanto, o que observa-se é que a comunidade não participa das ações educativas ou culturais realizadas no parque e sobre o parque, em espaços externos a

esse.

Outra observação que levantamos a partir das entrevistas, foi à quantidade de público que visita a trilha básica, é bem maior que a quantidade de público que visita a trilha completa. Justifica-se por se tratar de um passeio gratuito e não precisar de agendamento, essa trilha é mais conhecida e solicitada pelos turistas em geral (família, crianças e idosos).

Já a trilha completa, que leva até as pinturas rupestres necessita de agendamento prévio e contratação de um guia pela operadora de turismo da cidade, que ainda tem um custo no valor de 30,00 reais, e só pode ser realizada nos dias de tempo estável. Esta trilha contempla turistas que estão pesquisando, estudante, professores ou adeptos do tema e que tem interesse em conhecer o sítio arqueológico. Isso explica, em parte, o pequeno número de turistas, em comparação aos que visitam a trilha básica.

E, é neste único momento, que o turista irá receber informações a respeito da História pré-colonial da região. Com a contratação do guia, este, segundo seus conhecimentos e suas informações sobre a história e arqueologia pré-colonial, vai transmitir a informação para o turista. Porém, somente o turista que contratou os serviços do guia, será informado, já o turista que vai realizar apenas a trilha básica, nem sempre, tem nenhuma referência ou esclarecimento da história. A trilha básica é auto guiada, e o próprio PEG não oferece serviços de guia para atender o público que o visita. Portanto, a informação sobre a história pré-colonial hoje, não é comunicado aos turistas que frequentam a trilha básica.

Na entrevista com o senhor Pedro Lucas, nos conta sobre um vídeo informativo que era apresentado aos turistas antes do início das trilhas.

Respostas- Então, antigamente a gente tinha em uma sala na recepção do Parque, tinha uma sala de vídeo, onde era passado um vídeo. Toda pessoa que fosse fazer a trilha teria que entrar naquela sala assistir um vídeo de 15 minutos onde conta bastante a história do Parque é e depois a pessoa poderia fazer a trilha. Então o vídeo ajudava muito, principalmente na básica, na parte das pinturas e aprofundamento eles não faziam tanto porque daí já teria o guia, mas a parte básica mais necessário já tinha esse vídeo para fazer. (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Pedro Lucas. Data 30/01/2017).

O vídeo informativo que era apresentado ao público abordava os atrativos naturais, os patrimônios, a História, importância de preservar e conservar o parque, e as informações básicas para que o turista não caminhe fora da trilha, nem alimente os animais. Para o turista que realiza a trilha básica era fundamental o vídeo para que o

passeio não se tornasse apenas contemplativo. Mas que, o turista pudesse apreender e conhecer sobre a história pré-colonial da região.

O auxílio de mídias, nestes espaços não formais de ensino-aprendizado, muitas vezes são deixado de lado, por acharem que não acrescenta informações ao público, além de “perder” alguns minutos assistindo ao vídeo. Pelo contrário, o turista somente era informado sobre a história pré-colonial, sobre a existência de sítios arqueológicos, da flora e fauna, dos atrativos naturais, segundo a informação transmitida pelo vídeo. Ou seja, os poucos minutos que o turista parava para assistir ao vídeo informativo, era sua única maneira de se informar, antes de realizar a trilha básica. Desta maneira, o passeio não fica “vago”, apenas na contemplação da beleza, mas também, o turismo é educacional, possibilita o conhecimento, saberes sobre a história e a cultura do outro.

### **3.4 A SAÍDA DE CAMPO: OS TURISTAS**

As entrevistas com os turistas foram realizadas no PEG, no Camping Recanto da Dora e na Operadora Parada do Guartelá. No total da coleta obtivemos 189 entrevistas<sup>34</sup>. De todos os turistas entrevistados apenas uma pequena parcela fez o roteiro da trilha completa chegando até o sítio arqueológico. Sendo assim, nos dá elementos para pensar nos motivos que levam a não realização desse percurso, que envolve diretamente o passado pré-colonial na área do Parque.

As hipóteses levantadas, conforme observadas nas duas saídas de campo foram que: a questão financeira, pois a trilha guiada não é gratuita além de depender de agendamento prévio; a falta de interesse dos turistas relacionado, possivelmente a falha na divulgação do próprio Parque; ou as condições climáticas, quando chove não é permitido realizar a trilha completa.

O questionário de entrevistas com os turistas seguiu o padrão do usado para entrevistas com os guias de turismo e os proprietários e os funcionários das operadoras de turismo, com perguntas abertas, fechadas e perguntas optativas sobre os dados gerais. Incluindo, perguntas relacionadas à visita ao Parque e ao sítio arqueológico Lapa Ponciano. São questionários rápidos com perguntas objetivas sobre a História Pré-Colonial, conforme pode ser observado na figura 14.

---

<sup>34</sup> Não entrevistamos turistas menores de idade, por questões éticas envolvendo as autorizações de utilização das entrevistas para fins de pesquisa e divulgação.



Figura 14- Formulário de Entrevista para Turistas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA TURISTAS**

**Dados Gerais:**

1. Nome: \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Cidade onde nasceu: \_\_\_\_\_ 4. Cidade que reside: \_\_\_\_\_

5. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

6. Escolaridade: ( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Superior Completo

7. Área de Formação: \_\_\_\_\_

8. É a primeira vez no Parque Estadual do Guartelá: ( ) Sim ( ) Não  
Se não, quantas vezes? \_\_\_\_\_

9. O que te chama mais atenção no parque:  
( ) Canyon ( ) Sítios Arqueológicos ( ) Natureza/Ecoturismo ( ) Esportes Radicais

10. Como ficou sabendo do Parque  
( ) Já conhecia o Parque ( ) Internet ( ) Agências de Viagem  
( ) Folders ( ) Amigos/Parentes ( ) Outros (especifique)

11. Características do Grupo:  
( ) Sozinho ( ) Casal ( ) Grupo Familiar ( ) Amigos ( ) Outros (especifique)

12. Viagem organizada por agência de turismo? ( ) Sim ( ) Não

13. Qual o principal motivo de visita ao PEG: ( ) Lazer ( ) Estudo/Pesquisa ( ) Outros  
Se outros quais?

14. Você já visitou os sítios arqueológicos do parque?

15. Foi apresentada para você a História pré-histórica da região do parque? ( ) Sim ( ) Não  
Como foi apresentado?

16. Foi apresentada a informação sobre os sítios arqueológicos? ( ) Sim ( ) Não  
O que foi abordado?

17. Em algum momento de sua vida ouviu falar em Arqueologia, sítios arqueológicos ou sobre a pré-história desta região?

18. Você tem alguma sugestão ou crítica adicional?

(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

O público que visita o PEG não necessariamente é o mesmo que vai à trilha completa. Pois, como abordado na entrevista dos guias e dos funcionários e proprietários das operadoras, a trilha completa precisa obrigatoriamente ser guiada, ou seja, é indispensável à contratação de um guia de turismo ou guia local, sendo que este passeio tem um custo e precisa ser agendado previamente.

O grupo que entrevistamos tem idade que varia entre 18 a 70 anos, e estão em busca de um local tranquilo para descansar e conhecer o *canyon* e a natureza local. A partir das respostas do questionário construímos os gráficos, que seguem a partir dos critérios estabelecidos no questionário, para início do exercício interpretativo e para exemplificar as questões referentes ao Parque.

Idade dos Turistas.



Gráfico 01- Questão 2 do formulário de entrevista para turistas.

O PEG recebe diversos turistas<sup>35</sup> dentre adultos, crianças e idosos. O perfil dos visitantes em relação a idade, predominou uma maior porcentagem entre as idades de 18 a 30 anos, com um total de 84 turistas; em segundo lugar 51 turistas entre as idades de 31-40 anos; em terceiro lugar 45 turistas entre 41-60 anos; e para finalizar entre 61-70 anos de idade obtivemos 5 turistas. É interessante pontuar que o número de jovens sobressai em relação as outras idades, pois muitos visitam em função de pesquisas, saída de campo de universidades e em busca de aventuras.

<sup>35</sup> Lembrando que as crianças não foram entrevistados e nem contabilizadas nesta pesquisa.

## Origem dos Turistas.



Gráfico 02- Questão 3 do formulário de entrevista para turistas.

O PEG recebe turistas de vários lugares do Brasil e de fora do país. O levantamento da análise do resultado das entrevistas, possibilitou identificar a procedência deste público. Verificamos que uma grande parcela dos turistas vem de cidades do interior do estado do Paraná. No total contabilizamos 131 turistas vindos de municípios como Londrina, Castro, Ponta Grossa, Curitiba, Maringá, dentre outras cidades.

Em segundo lugar o público de outro estado, totalizando 39 turistas. Os quais em sua maioria soube do Parque a partir de informações da região. Buscaram, portanto, conhecer alguns pontos turísticos do estado e, dentre eles, o PEG. Em terceiro lugar, e não tão surpreendente, 6 turistas da cidade de Tibagi. Infelizmente um pequeno número em relação a quantidade de pessoas que passam pelo Parque todos os dias. Em quarto lugar 5 turistas que vieram de outros países, alguns explicaram que estavam na cidade por motivos de trabalho, outros estiveram em Curitiba e foram informados do Parque e ficaram curiosos para conhecer o local.

A verificação da origem dos turistas é importante para traçarmos o perfil e identificar o alcance das informações sobre o PEG. Desde modo, foi para compreender a problemática da pesquisa e tentar identificar o porquê dos próprios tibagianos estarem ausentes na visita ao Parque.

## Escolaridade

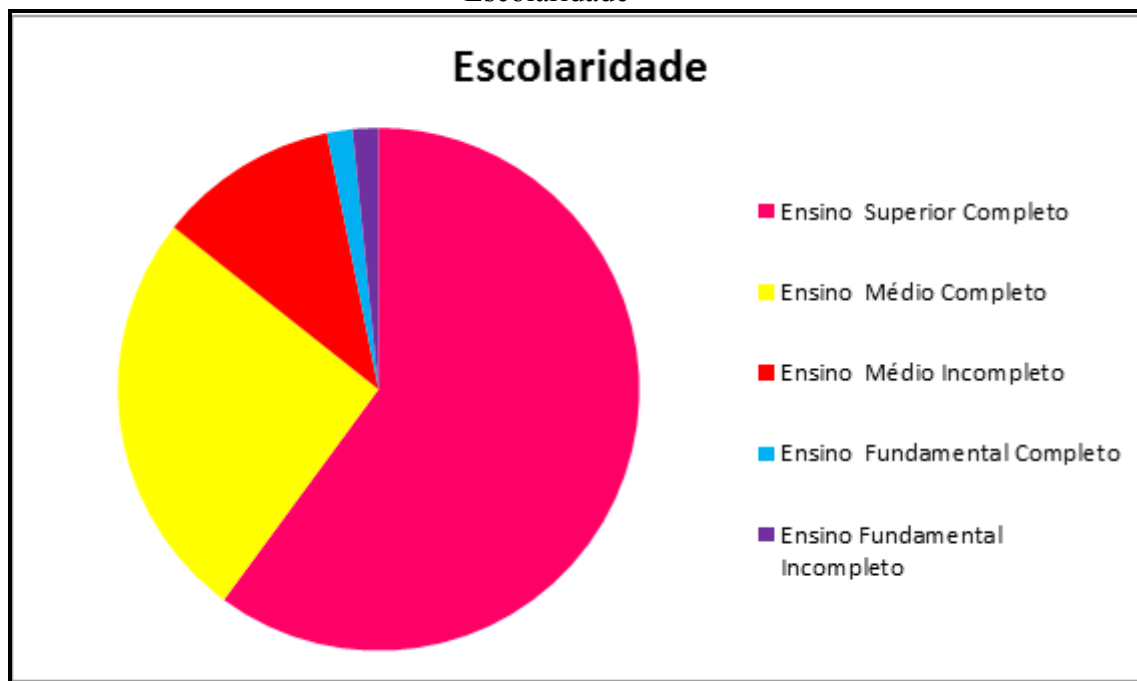


Gráfico 03- Questão 6 do formulário de entrevista para turistas.

Sobre o nível de escolaridade dos turistas identificamos: 113 turistas com ensino superior completo; 48 turistas ensino médio completo; 21 turistas ensino médio incompleto; 3 turistas ensino fundamental completo e 3 turistas ensino fundamental incompleto.

## Frequência de visita ao Parque



Gráfico 04- Questão 8 do formulário de entrevista para turistas.

Na questão 8 do formulário de entrevista busco identificar quantas vezes o turista visitou o PEG. Constatamos que: 132 turistas foram pela primeira vez, e 48 turistas já haviam visitado o local antes. Destes 48 turistas, alguns visitaram o parque entre duas até dez vezes. E observamos também que parte dos que estavam no Parque pela primeira vez, foram acompanhados de turistas que já haviam visitado outras vezes.

Quais atrativos chamou mais atenção do turista?



Gráfico 05- Questão 9 do formulário de entrevista para turistas.

Os atrativos que mais chamam a atenção do público, como apresenta o gráfico acima, é o *Canyon*, este é considerado o maior do Brasil. Quantitativamente identificamos 126 turistas que destacaram o *canyon*; em segundo lugar, os atrativos naturais e ecoturismo com 118 turistas; em terceiro lugar os sítios arqueológicos com 41 turistas; em quarto lugar 19 turistas que destacaram esportes radicais.

Observa-se que os sítios arqueológicos não estão entre as atrações mais visitadas. Talvez isso ocorra por motivos já apontados neste trabalho, uma vez que para a visita ao patrimônio arqueológico do Parque, o turista precisa agendar com antecedência seu passeio e pagar pelo serviço.

## Como souberam do Parque?

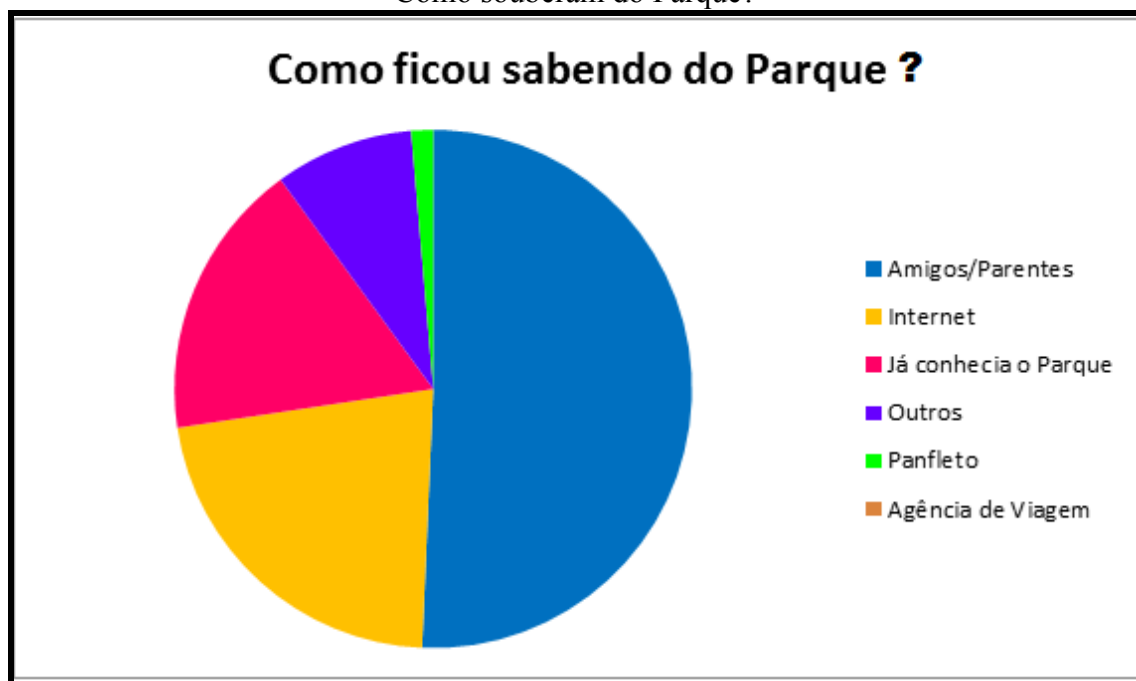


Gráfico 06- Questão 10 do formulário de entrevista para turistas.

Essa pergunta é de extrema importância para entender como o público ficou sabendo da existência de uma Unidade de Conservação no município de Tibagi e de seus atrativos. Assim, 111 turistas informaram que tiveram conhecimento através de amigos e parentes. E, relacionando com a pergunta 8, estes mesmos afirmaram que foram até o Parque acompanhadas de pessoas que já estiveram lá em mais de uma vez; outros 48 turistas informaram que souberam do Parque através de sites na internet; 38 turistas já conheciam. E, por fim, 19 pontuaram outros meios através dos quais souberam do Parque como: aulas de História e Geografia no ensino médio; em cursos de graduação em Biologia, Geografia, História; através de reportagem passada na TV Paraná Rural, Globo G1, TV Globosat<sup>36</sup> e Jornal regional. Esses meios de divulgação (internet, programas de televisão, panfletos, através de conversas com família e amigos, dentre outros) alcançaram diversos turistas, principalmente os que não são do estado do Paraná. Outros 3 turistas por sua vez ficaram sabendo da existência do parque através de panfletos em hotéis da cidade vizinha, Castro; e nenhum turista marcou a opção “agência de viagem”.

<sup>36</sup> As reportagens citadas pelos turistas estão disponíveis nos meios digitais. Para ter conhecimento das reportagens, segue o link Globosat disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globosat/v/5813107/> e Paraná Rural disponível em: <https://sosiski.com/post/32GQljIHH1A/gopro-series-parque-estadual-do-guartel/> Globo G1 disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/videos/t/todos-os-videos/v/canion-do-guartela-visto-do-alto-parte-1/5247695/> Acessado em Agosto de 2018.

### Característica do Grupo

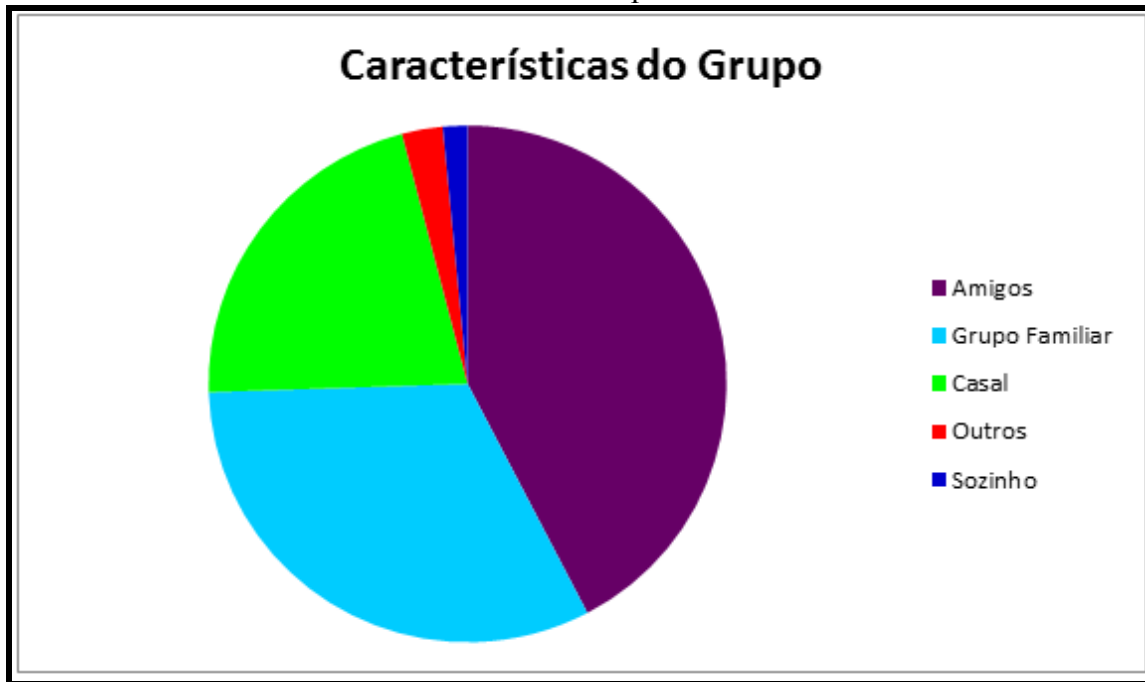


Gráfico 07- Questão 11 do formulário de entrevista para turistas.

Outra questão fundamental para a análise do público que visita o Parque, está relacionada com quem eles chegam ao Parque, as características do grupo. Ou seja, a visita do turista ocorre por meio de passeio familiar, com os amigos, casal ou sozinho. A análise do resultado nos mostra que durante a saída de campo o público que visitou o PEG foi, em sua grande maioria, de amigos com um total 83 turistas; grupos familiares com 63 turistas; casal com um total de 42 turistas; e 5 turistas optaram por marcarem a opção outros, informaram que estavam com a universidade realizando trabalho de campo; e, por último, 3 pessoas que foram sozinhas.

### Organização da viagem.

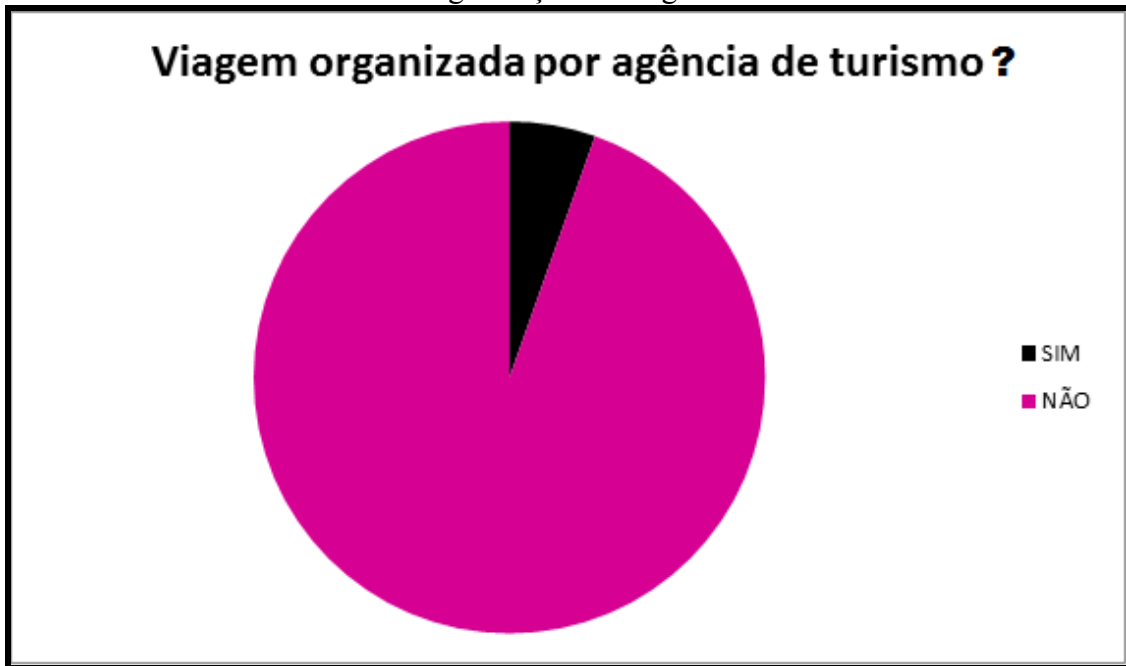


Gráfico 08- Questão 12 do formulário de entrevista para turistas.

O público que visita o Parque, em sua grande maioria, vai conhecer com amigos ou familiares como já mencionamos acima, e planejam a viagem sem a contratação de uma agência de turismo. Pudemos observar no resultado que 10 turistas foram conhecer o Parque por intermédio de uma agência de turismo e planejavam realizar a trilha completa. Porém, por motivos climáticos não puderam. E 174 turistas foram por conta própria.

### Qual motivo da visitação?



Gráfico 09- Questão 13 do formulário de entrevista para turistas.



A pergunta sobre qual o principal motivo da visita do turista ao Parque nos levou aos seguintes números: 172 turistas optaram por lazer; 13 turistas por estudos ou/e pesquisas; 2 afirmaram estar “turistando” na cidade e foram conhecer o PEG.

Conhece os sítios arqueológicos do PEG?

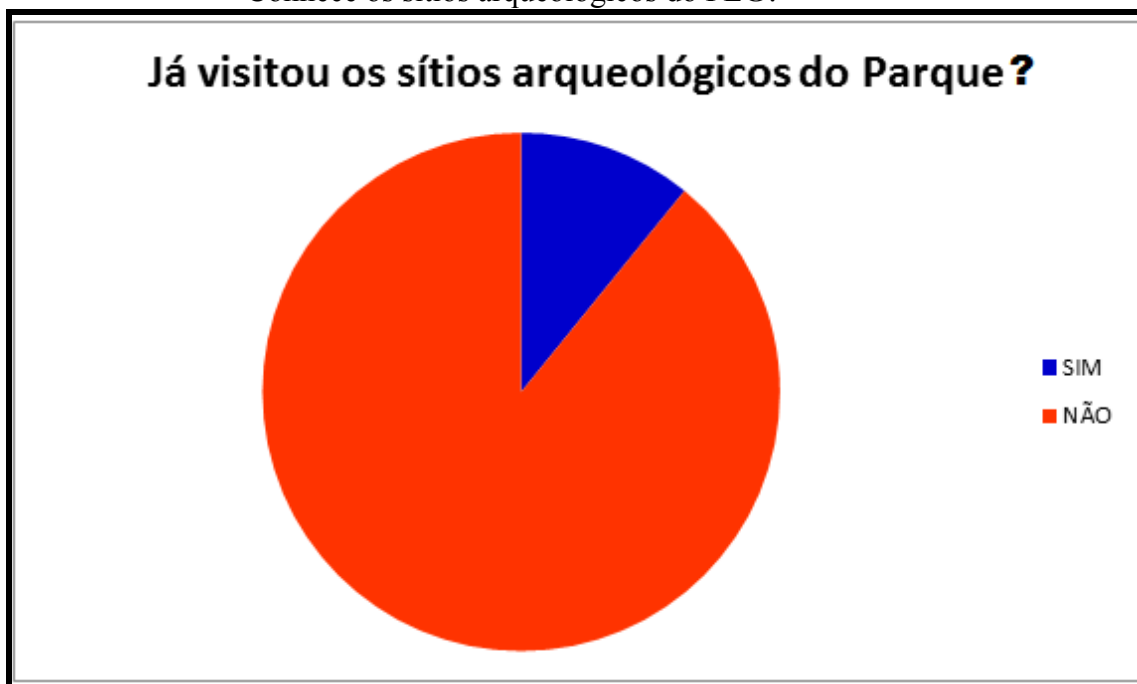


Gráfico 10- Questão 14 do formulário de entrevista para turistas.

Um dos objetivos da criação do Parque foi o de proteção e conservação do patrimônio arqueológico que conforme podemos observar, está sendo esquecido. A pesquisa de campo mostrou que 20 pessoas fizeram a trilha completa e conheceram o sítio arqueológico Lapa Ponciano, enquanto 164 pessoas não conhecem os sítios e/ou não sabiam da existência de patrimônio arqueológico no Parque.

Foi informada a História da Pré-Histórica para o turista?



Gráfico 11- Questão 15 do formulário de entrevista para turistas.

Outro aspecto que colabora para refletirmos sobre isso surgiu quando perguntamos se o turista quando chega ao PEG, é informado da História da Pré-Histórica da região. Ao total, 146 turistas indicaram que não foram informados, nem receberam nenhum panfleto ou explicação sobre aspectos da história da região. No entanto, 42 turistas informaram que sim, foram apresentados à história. Porém, não pelos funcionários do Parque, mas sim, por outros meios como: folders, programa de televisão como o Globo Repórter, amigos e familiares, internet, guias contratados para a realização da trilha completa, placas de identificação na entrada do PEG, escola, e, alguns, informaram que foram apresentados quando estiveram no Parque há alguns anos atrás, quando ainda era exibido um vídeo informativo sobre a UC antes da realização da trilha básica e da trilha completa. Era nesta ocasião que o funcionário que mediava a apresentação do vídeo informava e sanava algumas dúvidas dos turistas. Durante as duas saídas de campo verificou-se que o vídeo não é mais apresentado ao público.

O turista foi apresentado sobre a informação da existência dos sítios arqueológicos no PEG?

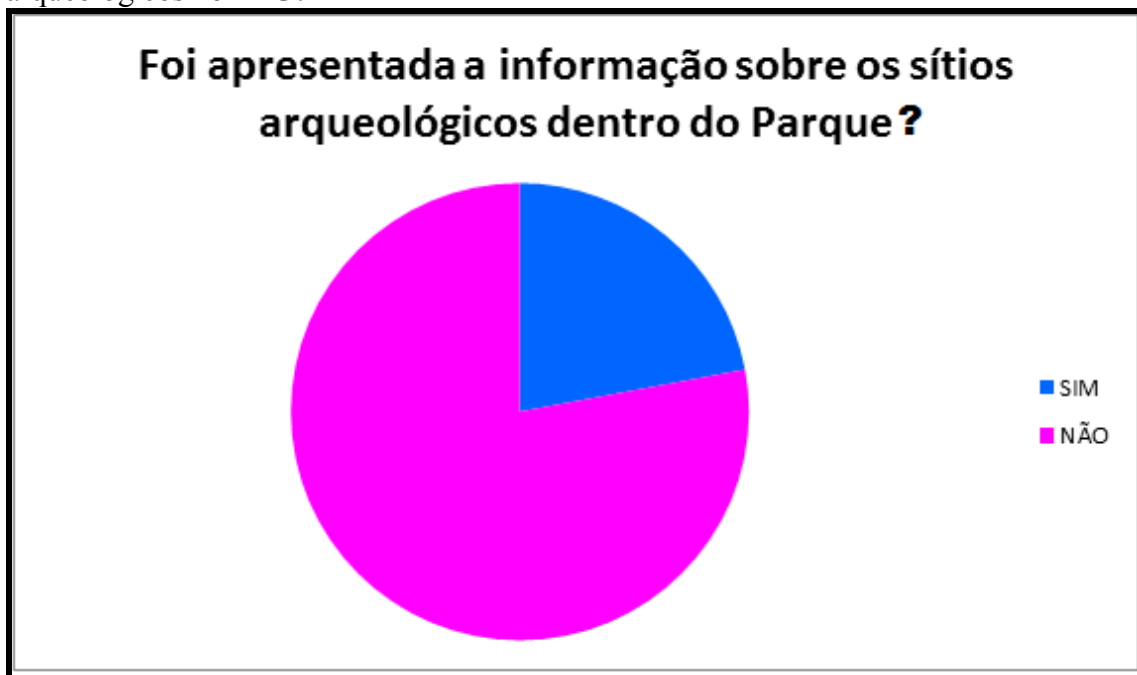


Gráfico 12- Questão 16 do formulário de entrevista para turistas.

No total obtivemos 145 turistas respondendo que não, e 41 turistas que responderam que sim. Destes 41, afirmaram que foram apresentados a informação sobre os sítios arqueológicos dentro do Parque, por parte dos guias contratados, e que foi abordado as seguintes questões: pinturas rupestres; informação sobre a datação e representação; suposições dos povos indígenas que teria feito as pinturas; informações na placa de identificação na entrada do Parque; sobre a existência do patrimônio arqueológico e o cuidado de preservar e conservar; e outros disseram que a informação que obtiveram foi através do vídeo informativo que era exibido na recepção do PEG.

Já ouviu falar sobre Arqueologia, sítios arqueológicos ou pré-história?



Gráfico 13- Questão 17 do formulário de entrevista para turistas.

Sobre esse questionamento se o entrevistado já ouviu dizer sobre Arqueologia ao longo de sua vida, obtivemos 68 respostas de turistas que nunca ouviram algo sobre e 110 turistas que já ouviram dizer sobre a pré-história da região. Justificaram a resposta informando que ficaram sabendo através de escola; formação acadêmica; pela internet; visitas ao Parque desde a infância; amigos e familiares; através de programas de televisão.

### **3.4.1- ANÁLISE DOS INDICADORES ORIUNDOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA SAÍDA DE CAMPO**

Ao longo deste capítulo descrevemos a metodologia abordada e apresentamos os resultados dos questionários aplicados aos entrevistados, questionando a relação da comunidade com o Parque, se algum momento é informado para o turista sobre a existência do patrimônio arqueológico e como é tratada esta questão, além de indagar a respeito da formação dos guias e o processo de informação. Portanto, para continuidade da análise das respostas dos questionários, segue as respostas da entrevista com o gestor do Parque, para enfim analisar o panorama como um todo.

Segundo a entrevista com o gestor do Parque, na questão 9- No Plano de Manejo constam elementos da História Pré-Histórica? Abaixo o formulário de

entrevista.

Figura-15 Formulário de entrevista gestor do PEG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR DO PEG	
Dados Gerais:	
1. Nome: _____	2. Idade: _____
3. Cidade: _____	4. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
5. Escolaridade: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior Completo	
6. Área de Formação: _____	
7. Como foi a criação do parque?	
8. Como foi a alteração para Unidade de Conservação?	
9. No Plano de Manejo constam elementos da História Pré – Histórica?	
10. Como esses elementos da História Pré – Histórica são abordados?	
11. No Plano de Manejo pontua ações de preservação dos sítios arqueológicos? Quais são essas ações?	
12. Os Sítios Arqueológicos fazem parte do roteiro turístico? Como são abordados?	
13. Quais são as ações educativas que o parque promove?	
14. Qual a relação do parque com a comunidade?	
15. Como é tratada a questão da Arqueologia no parque, pela administração?	
16. Quais são os elementos patrimoniais, as lendas, os causos que rondam o parque?	
17. O turismo no parque foi implantado de forma sustentável e com a integração das comunidades locais?	
18. O que a gestão atual do parque compreende como sustentável?	
19. O Parque oferece o serviço de guia de turismo?	

(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Resposta- Conforme o que determina o Plano de Manejo, o Parque Estadual do Guartelá foi criado com os seguintes objetivos:

- a) Assegurar a preservação dos ecossistemas típicos, local de excepcional beleza cênica como canyons e cachoeiras, além de significativo patrimônio espeleológico, arqueológico e pré-histórico, em especial pinturas rupestres;
- b) Manutenção de remanescentes de florestas de araucárias;
- c) Preservação de fontes e nascentes;
- d) Preservação de espécies da fauna e flora nativas;
- e) Regulamentação do uso turístico nas áreas com potencial para visitação; e,
- f) Preservação dos sítios arqueológicos.

(Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Pergunta 10- Como esses elementos da História Pré-Histórica são abordados?

Resposta- O levantamento arqueológico foi realizado através do exame direto em algumas áreas do Parque, bem como do seu entorno, através de trabalhos de campo no local. Pelo levantamento, evidenciaram-se onze (11) locais com manifestação de grafismo rupestre. Das ocorrências, duas são bastante conhecidas, pois foi objeto de pesquisa em 1972 pelo arqueólogo Oldemar Blasi.

Na área do Parque Estadual do Guartelá apenas um local “Lapa Ponciano” é aberto para a visitação pública. Os demais locais somente são liberados aos pesquisadores com a devida autorização.

(Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Portanto, como podemos observar na entrevista, há elementos patrimoniais arqueológicos, que conforme o próprio Plano de Manejo foi um dos objetivos na criação do Parque. Porém, a divulgação deste patrimônio e os elementos da História Pré-Histórica não estão sendo tratados com o devido objetivo e fundamentação. Observa-se também, na análise das entrevistas que os turistas não têm conhecimento desse patrimônio arqueológico (gráficos 15 e 16 do subtítulo “A Saída de Campo: Os Turistas”). Desta forma, é importante analisar os processos de mediação da História, até que ponto o turista é informado e o que ocorre para que as informações sobre os sítios arqueológicos não estão sendo divulgadas.

Os sítios arqueológicos que existem dentro do Parque, são um dos motivos da criação do local, pautado na preservação e conservação do patrimônio arqueológico, estão se perdendo, por conta da escassez de público para realizar a trilha completa, indo visitar este patrimônio ou até mesmo por conta da falta de divulgação. Segundo a entrevista com o gestor do parque na pergunta 11- O Plano de Manejo pontua ações de preservação dos sítios arqueológicos? Quais são essas ações?

Resposta- No Plano de Manejo, dentro do zoneamento, existe uma zona específica para atender a questão de proteção ao patrimônio arqueológico.

Zona Histórico-Cultural

“É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico” (IBAMA, 2002).

- Proteger o patrimônio arqueológico (pinturas rupestres) existentes no Parque Estadual do Guartelá, através de visitação orientada;

-Proteger o patrimônio arqueológico com a disseminação do conhecimento sobre a arqueologia local, através da educação ambiental (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Pergunta 12- Os Sítios Arqueológicos fazem parte do roteiro turístico?  
Como são abordados?

Resposta- Sim.

No Parque Estadual do Guartelá existe 2 trilhas abertas para visitação pública:

Trilha Básica, auto-guiada, percurso de aproximadamente 5.280 metros ida-e-volta, conduz aos principais atrativos (Panelões, Mirante e Cachoeira da Ponte da Pedra).

Trilha das Pinturas Rupestres, guiada, percurso de aproximadamente 7.500 metros ida-e-volta. Somente acompanhado de um guia local (pessoa autorizada pelo Parque) é que poderão realizar a trilha das pinturas rupestres, local de acesso ao sítio arqueológico (Lapa Ponciano) local catalogado pelo IPHAN. A capacidade de carga para esta trilha é de 40 pessoas ao dia, dividido em grupos de no máximo 10 pessoas por guia. (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

O que está ocorrendo que o público não está sendo informado do patrimônio arqueológico. Uma das hipóteses pode ser por conta da ausência de transporte que liga a cidade até o Parque; falta de interesse; falta de atividades que divulguem o Parque para a própria população, incluindo as escolas. Essas hipóteses levantadas, também se constata na entrevista com os turistas, ao perguntar sobre a cidade de domicílio (gráfico 3 ), tivemos um resultado que apenas 06 turistas residentes na cidade de Tibagi.

Outra hipótese: a comunidade tibagiana antes da área do PEG ser efetivada como Unidade de Conservação, cercada, protegida e regida pelo IAP, contendo no dia a dia, funcionários que fiscalizam e auxiliam na preservação e conservação da área. A comunidade frequentava para eventuais churrascos, banhos na cachoeira, acampamentos. E logo, em seguida, que houve o fechamento e a proibição do uso deste espaço para fins de diversão, a comunidade foi afastada, porém, faltou explicação dos motivos preservacionistas da fauna e flora, do patrimônio a ser preservado, porque não se poderia continuar utilizando estes espaços para fins recreativos. Outra hipótese seria: que o tibagiano já conhece o Parque, e não tem mais interesse de passear por lá.

Porém, essa questão poderia ser modificada se o Parque tivesse atividades que chamassem a atenção da comunidade tibagiana, inserindo-a. Como percebemos a própria comunidade está distanciada do Parque tanto pelas atividades que não estão acontecendo como pelas visitas.

No Plano de Manejo consta o seguinte programa:

4.5.2 - SUBPROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS  
OBJETIVOS

- Divulgar a imagem e as atividades desenvolvidas na UC, no intuito de relacionar-se com a comunidade vizinha bem como a sociedade em geral.
- Incentivar a criação de RPPN's no entorno da Unidade de Conservação;
- Promover a valorização do Parque Estadual; e,
- Promover a integração com a comunidade vizinha, prefeituras e instituições que atuam na região.

#### ATIVIDADES

- Estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Tibagi e demais instituições que possam contribuir para o manejo da UC;
- Realização de reuniões nas comunidades que serão beneficiadas pelo programa, além de outros mecanismos que contribuam para a implementação das ações planejadas e contatos periódicos com a população-alvo do programa;
- Fomento à organização de atividades produtivas para as comunidades assentadas;
- Promoção de eventos, cursos, palestras e mutirões na UC;
- Fomento à organização de atividades de turismo no entorno da UC; e,
- Identificação de colaboradores e voluntários que possam auxiliar no manejo do Parque Estadual. (IAP, 2002, cap.07, p.38).

O Plano de Manejo, com a criação do Subprograma de Relações Públicas, tende a aproximar a comunidade tibagiana ao Parque. Conforme os objetivos, promover essa interação, valoriza o patrimônio do PEG e faz com que a própria comunidade conheça e desfrute do patrimônio. Porém, ao longo da pesquisa, podemos constatar que, na prática, isso não acontece.

Nas entrevistas os proprietários de operadoras de turismo enfatizam a relação da comunidade como sendo apenas empregatícia e “fraca”, tendo ausência da aproximação.

Entretanto, a entrevista com gerente do parque sugere uma relação de aproximação com a comunidade para além da empregatícia. Conforme observa-se na pergunta 13- Quais são as ações educativas que o parque promove?

Resposta- No centro de Recepção os visitantes recebem informações sobre a Unidade de Conservação. O que é uma UC, por que foram criadas e a conduta que cada um deve ter dentro da UC.

Quando é solicitado, geralmente grupos de escola, são realizadas palestras, comentando sobre o Sistema Estadual de Unidade de Conservação- SEUC e sobre a criação do Parque Estadual do Guartelá.

De tempo em tempo existe para distribuição folders sobre diversos temas quase na maioria voltada para questões ambientais e cartazes temáticos produzidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA.

O Parque Estadual do Guartelá participou recentemente do **Programa Parque Escola**, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação- SEED. Este programa teve como objetivo promover ações educativas com a participação das escolas estaduais nas Unidades de Conservação do Paraná, com estímulo e orientação para adoção de atitudes práticas e sustentáveis em prol da conservação da natureza. (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Conforme analisado na entrevista, já houve ao longo da criação do PEG,



atividades vinculadas às ações educativas e patrimoniais, como mencionado no próprio Plano de Manejo (4.5.2- Subprograma de Relações Públicas) e também na entrevista do gerente do parque. Contudo, essas ações ocorreram faz alguns anos, como o exemplo citado pelo entrevistado o Programa Parque Escola.

O Programa Parque Escola<sup>37</sup> foi lançado na data do dia 29 de junho de 2011, é uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná juntamente com a Secretaria de Educação, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Teve como intuito todos os Parques Estaduais que abrange o Paraná, no total foram contabilizados 68 Unidades de Conservação estaduais, conforme informação mencionada no próprio site, para a concretização do projeto. Além disso, teve um o incentivo financeiro do governo para a realização do projeto e a impressão de material a serem distribuídos. Conforme apresenta a figura 16, a ilustração do programa.

---

<sup>37</sup> O Parque Escola promove visitas monitoradas aos parques estaduais atendendo a alunos do ensino fundamental. Nas visitas mediadas pelo projeto são implementadas atividades educacionais, de sensibilização e de informação ambiental, relacionando sociedade, cultura e natureza. Também serão incluídos cursos para professores e comunidade, atividades de educação ambiental, oficinas de artesanato, formação de monitores ambientais voluntários e fortalecimento de mecanismos de gestão dos parques estaduais. Visando a participação e o comprometimento da população dos municípios do entorno do parque. Os atendimentos no local aconteceram entre os meses de fevereiro a novembro, de terça a sexta-feira, sendo um grupo por dia. Os grupos são recebidos por funcionários do parque e voluntários. Outras cidades e Unidades de Conservação abertas à visitação do público (parques estaduais) também serão incluídas no programa. Entre elas, o Parque Estadual Rio Guarani, em Três Barras do Paraná; Parque Estadual Amaporã, em Amaporã; Parque Estadual Mata dos Godoy, em Londrina; Parque Estadual do Guartelá, em Tibagi; Parque Florestal do Rio da Onça, em Matinhos; Floresta Estadual Metropolitana, em Piraquara; Parque Estadual de Campinhos, em Tunas do Paraná; Parque Estadual Lago Azul, em Campo Mourão; Parque Estadual do Guartelá, em Tibagi; Reserva Biológica São Camilo, em Palotina e Parque Estadual Cabeça do Cachorro, em Toledo.

O Programa Parque Escola conquistou o 21º Prêmio Expressão de Ecologia, a maior premiação ambiental da região Sul do Brasil, na categoria educação ambiental. A ação é coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

O programa prevê ações educativas nas unidades de conservação e em apenas dois anos de execução envolveu quase 35 mil crianças que participaram de atividades nos parques estaduais do Paraná. Em 2013, o programa atendeu mais de 24 mil alunos de escolas públicas - em 2012, esse número chegou perto de 10 mil alunos. Houve ainda a capacitação de cerca de 1,2 mil professores das redes estadual e municipal de ensino. Participam do programa 342 escolas de 33 municípios em 10 Núcleos Regionais de Educação. (Informações retiradas do site da Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=209> Acessado em: Setembro de 2018).

Figura 16- Slogan do Programa Parque Escola



Fonte: site <http://www.meioambiente.pr.gov.br>

De acordo com o site da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos o objetivo da proposta do Programa Parque Escola foi:

- Promover ações educativas com informações sobre as Unidades de Conservação para estudantes e comunidade de entorno;
- Envolver e comprometer a comunidade na conservação do patrimônio natural do Estado do Paraná;
- Proporcionar aos professores e estudantes, conhecimento e interpretação ambiental, por meio do contato direto com o ambiente natural, cultural e histórico, melhorando a relação do homem com a natureza;
- Aprimorar, através da experiência vivida, a sensibilização ambiental. (Informações retiradas do site da Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=209> Acessado em: Setembro de 2018).

Além de fomentar a importância da conservação da biodiversidade, o programa corrobora sensibiliza crianças e adultos para salvaguardar e preservar o patrimônio natural, cultural e histórico. Porém, a implementação do projeto Programa Parque Escola, conforme mencionado em reportagem de 2011, disponível no site da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. As entrevistas desta pesquisa ocorreram no ano de 2017 e 2018, ou seja, cinco anos depois do projeto já ter sido efetuado. Neste sentido, situamos as respostas dos entrevistados ao informarem a ausência de ações educativas voltadas à comunidade. Pois, como nota-se, há um longo período sem ocorrências de atividades que visam às ações extensionistas de cunho

educativos e patrimonial.

Na entrevista com o senhor Cristovam, a pergunta 14 trata-se de: Qual a relação do parque com a comunidade?

Resposta- Existe uma relação forte com a comunidade, o Parque Estadual do Guartelá é uma âncora para o Turismo local. Assim, com a grande visitação no Parque, várias propriedades rurais hoje recebem também visitantes, seja para um café colonial ou almoço com pratos típicos (vaca atolada, arroz carreteiro, paçoca de carne, quibebe, creme de milho com frango caipira e o tradicional bolo de polvilho) até mesmo para realização de trilhas, banhos de cachoeira e lajeado pelas propriedades vizinhas.

Temos hoje empreendimentos comerciais consolidados, como: Pousada Rural Fazenda Guartelá, Pousada Sítio Aguaraguazu, Recanto Ecológico da Dora, ITÁYTIBA ECOTURISMO, Operadora de Turismo e Lanchonete Parada do Guartelá, Operadora de Turismo Tibagi Aventura e a Operadora de Turismo Guartelá Ecoturismo.

O Parque Estadual do Guartelá, conta com oito funcionários terceirizados, desses seis são moradores do Bairro do Guartelá de Cima. É de propósito a contratação de funcionários das propriedades de entorno do Parque, estabelecendo assim uma estreita relação com a comunidade local. (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

A partir da resposta do gestor na questão anterior, relaciona com a pergunta 17 do questionário, ainda sobre a questão da relação da comunidade com o parque. Questão 17- O turismo no parque foi implantado de forma sustentável e com a integração das comunidades locais?

Resposta- Sim.

Conforme estabelece o SNUC o Parque Estadual do Guartelá, está incluído na categoria de Proteção Integral, não é permitido o uso direto sobre os recursos naturais. Assim, o que é permitido apenas caminhar por trilhas interpretativas, contemplar a paisagem, visitar sítios pré-históricos, observar espécies da fauna e flora, fotografar a natureza e desenvolver ações de pesquisa científica, com a devida autorização do IAP. (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Portanto, conforme a entrevista com o gestor e o que consta no Plano de Manejo, a comunidade local foi importante na criação do parque e fundamental para o aumento do turismo tibagiano. Por outro lado, as entrevistas com os guias e com os proprietários sugerem outra relação da comunidade tibagiana com o Parque. Informando que essa seria apenas por contratação de serviços, empregos, e ausência de projetos voltados para a promoção e o incentivo da comunidade a visitação.

Logo, a divulgação do Parque para outras cidades e estados parece muito mais importante, ao passo que a divulgação é maior quando se trata de receber turistas

de outras localidades, do que receber os próprios moradores do entorno. Neste ponto, explica o grande número de turistas vindos de cidades do interior do Paraná, no total de 131 turistas e 39 turistas de outros estados, que ficaram sabendo da UC através da divulgação da internet, reportagens de televisão, por meio de conversas com amigos e parentes. O alcance que a informação circula sobre o PEG no município de Tibagi, ocorre muito mais pelos meios digitais e pelo “boca a boca”, do que pelos panfletos e folders entregues nos diferentes locais e estabelecimentos da cidade.

Uma grande parcela dos turistas que visitaram o PEG pela primeira vez é maior do que a parcela que já havia visitado antes. Isso observa-se de quando questionado de como ficaram sabendo do Parque. A hipótese levantada sugere, que poderia haver uma relação, por conta que foram convidados por amigos e parentes para conhecer o local e se encantaram com os demais atrativos naturais e acabaram retornando e convidando novos turistas.

Outra questão que também pode influenciar em como o visitante chega ao parque e por ter tantas pessoas de fora da cidade de Tibagi visitando, é a locomoção. O município não tem transporte público que faça a linha cidade-parque. O que pôde ser observado nas saídas de campo foram um grande número de carros e motos, vans e ônibus fretados levando turistas e estudantes universitários. Essa informação diz muito sobre o público que o visita, pois a maioria concentra-se a grupos familiares, amigos e grupos de estudantes que foram pela universidade ou por conta de alguma pesquisa, mas sempre em companhia de outras pessoas e dividindo o transporte através de agência de viagens (registramos 10 turistas) ou por conta própria, como foi à maioria.

Na pergunta 2 do questionário de entrevista para os turistas foi indagado a idade de cada um, no total obtivemos 84 pessoas entre as idades de 18-30 anos. Outra pergunta foi sobre a escolaridade do público, onde 113 pessoas com o ensino superior completo, e, com ensino médio completo, um total de 48 pessoas. Essas informações ajudam a traçar o perfil do turista que vai conhecer o PEG, para entender suas opções de escolhas, dentre porque visitar este parque e seus atrativos, como ficou sabendo (como já mencionamos acima), e o que chama mais atenção do público que procura a UC para passar o dia.

No Parque existem diversos atrativos para contemplação da natureza, como abordamos no subtítulo “2.4 Atrativos naturais e turísticos no Parque Estadual do Quartelá”, e apresentamos algumas fotografias destes atrativos. O Parque é conhecido por sua beleza natural e pela sua biodiversidade. Ao entrevistar os turistas perguntamos

(na questão 9 do formulário de entrevista) “O que te chama mais atenção no parque?”, nessa pergunta o turista poderia marcar mais de uma opção. Em primeiro lugar o público apontou o *canyon*; em segundo lugar a contemplação à natureza; e, somente em terceiro lugar, os sítios arqueológicos.

Na questão 15 do questionário do gestor do parque perguntamos: “Como é tratada a questão da Arqueologia no parque, pela administração?”

Resposta- “O tipo de sítio arqueológico com pinturas ou gravuras rupestres desperta intensa curiosidade e interesse. Mesmo antes de qualquer estudo, o registro rupestre têm um apelo intrínseco, e sua utilização como atração turística é importante, porém deve estar associada a critérios rigorosos visando sua preservação.

Existem registros, resultantes de pesquisas já efetuadas, de ocupação do Planalto Paranaense por povos pré-históricos, há mais de sete mil anos. Os autores das pinturas que ocorrem nas paredes das lapas da formação arenítica, denominada Furnas, foram, provavelmente, indivíduos de uma sociedade organizada em nível de Bandos que tinham na caça, na pesca e na coleta os suportes de sua dieta alimentar. Permanentemente nômades, viviam em grupos pequenos e tinham um equipamento tecnológico pequeno, porém bastante especializado” (Plano de Manejo, 2004). (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Ou seja, o patrimônio arqueológico que antes era um dos motivos, hoje, está se perdendo, por falta de conhecimento, falta de interesse do público ou até mesmo por falta de divulgação. Essa informação vai a encontro da pergunta do questionário para os turistas (Pergunta 14) “Você já visitou os sítios arqueológicos do parque?” A análise das respostas dos entrevistados apontou que apenas 20 turistas já haviam realizado a trilha completa e 164 turistas não conheceram os sítios arqueológicos. A ausência da divulgação e a falta de informação sobre o patrimônio arqueológico pode também ser um dos fatores do distanciamento.

Em contrapartida, foi questionado ao turista se foi apresentado a História pré-colonial da região do parque. Na pergunta 15 “Foi apresentada para você a História pré-colonial da região do parque? Como foi apresentada?” No total obtivemos 42 turistas informaram que sim, foram notificados da história através de sites, amigos, do guia contratado para fazer a trilha completa, e até mesmo através do vídeo que era passado na portaria antes do turista iniciar qualquer uma das trilhas.

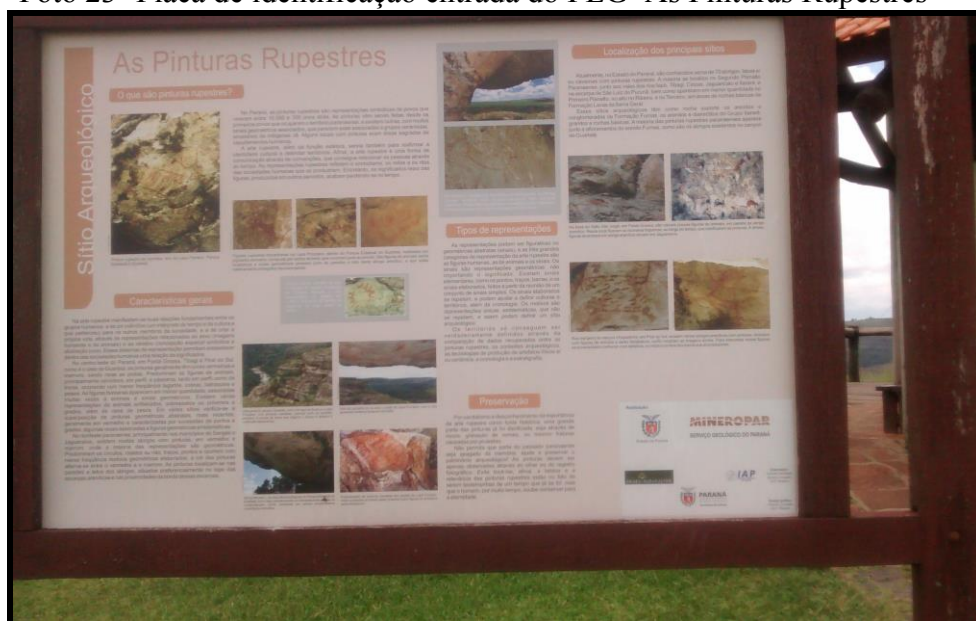
O conteúdo do vídeo era informativo, apresentando o local, a fauna, flora, os atrativos, os sítios arqueológicos e as pinturas rupestres. Era um vídeo curto, porém, muito informativo e explicativo, e o funcionário estava presente sanando algumas dúvidas e respondendo perguntas. Assisti ao vídeo quando realizei a visita ao parque no

ano de 2013 e 2014. No retorno para essa pesquisa no ano de 2017, já havia um tempo que o vídeo não era passado ao público, por conta de falta de manutenção dos equipamentos. Ou seja, a informação sendo transmitida diretamente no Parque, hoje, não ocorre mais. Essas ferramentas educativas poderiam auxiliar muito mais na divulgação e informação do patrimônio arqueológico dentro do PEG.

Outra questão pontuada no questionário de entrevista ao turista foi levantada pela pergunta 16 “Foi apresentada a informação sobre os sítios arqueológicos? O que foi abordado?” A informação que obtivemos remete a 41 turistas que informaram que sim, que foi apresentada a informação dos sítios arqueológicos. E foram abordadas as pinturas rupestres, datações e representações, hipóteses explicativas sobre algumas elaborações das pinturas, dos povos indígenas e o cuidado de preservar o patrimônio arqueológico. Contudo, 4 turistas informaram que ficaram sabendo dos sítios arqueológicos nas visitas anteriores ao Parque, e, que era exibido um vídeo informativo e explicativo antes da realização das trilhas. E, por último, informaram que leram nas placas de identificação que estão na entrada do Parque. E, no total, 145 turistas foram que responderam que não foram avisados sobre o potencial arqueológico existente.

Sobre as placas de identificação na entrada do Parque, estas estão escritas na língua portuguesa e inglesa, informando ao público os atrativos naturais, históricos, arqueológicos. Também contém informações sobre fauna, flora, geologia e o *canyon*. Pode ser observado nas fotografias a seguir.

Foto 23- Placa de identificação entrada do PEG- As Pinturas Rupestres



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Disponível em: [www.academia.edu/14434687/As\\_pinturas\\_rupestres](http://www.academia.edu/14434687/As_pinturas_rupestres)

Foto 24- Placa de identificação entrada do PEG- Canyon Guartelá



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Disponível em: [www.academia.edu/14434687/As\\_pinturas\\_rupestres](http://www.academia.edu/14434687/As_pinturas_rupestres)

Logo, este capítulo tem como intuito descrever todo o percurso da metodologia, as duas saídas de campo, as entrevistas, as análises das entrevistas, os resultados obtidos e as hipóteses levantadas. Ou seja, após conhecer o Parque, os patrimônios e os atrativos (visto no capítulo 2), salientamos como este rico patrimônio está sendo tratado pelo público que o visita e como está sendo recebida a informação sobre o patrimônio arqueológico e a História Pré-Colonial, pelos profissionais da área do turismo.

Assim, foi importante avaliar, analisar e discutir todas as respostas dos questionários preenchidos pelos guias de turismo e guia local, gestor do parque, e também pelos proprietários e funcionários das operadoras de turismo para enfim, tentar compreender como a História Pré-Colonial chega ao guia (como a formação deste profissional acontece) e como é informada para os turistas. A formação profissional do guia nos traça o perfil deste indivíduo, os cursos realizados, os livros e artigos que leram sobre o tema, a própria busca individual de conhecimento para melhorar sua formação profissional e conseguir receber o turista e transmitir essas informações importantes sobre a História Pré-Colonial do Parque.

Segundo as análises observam-se que os profissionais da área do turismo

estão capacitados, em seus diferentes cursos, aprendizagens e conhecimentos em relação ao tema estudado. Porém, somente o turista que contratar o guia vai poder ter esse diferencial, que é a explicação e a informação do patrimônio arqueológico.

Conforme a pergunta 19, para o gestor do parque: “O Parque oferece o serviço de guia de turismo?”.

Resposta- O Parque Estadual **não** oferece serviço de guia de turismo. Trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo- SETUR, e juntos, procuram fortalecer o turismo local. Desta forma, a condução pela trilha guiada no Parque, só é permitida através das Operadoras de Turismo devidamente legalizada junto a Secretaria Municipal de Turismo de Tibagi. O Parque Estadual do Guartelá possui acessibilidade para os cadeirantes, estes poderão realizar a trilha básica chegando até o atrativo “Mirante”. Local que permite a contemplação da beleza natural proporcionado pelo canyon do Rio Iapó, **Canyon Guartelá**, como é conhecido popularmente. (Resposta do questionário de entrevista do gestor do PEG senhor Cristovam Sabino Queiroz. Data 12/01/2018).

Neste ponto, justifica-se a ausência da informação sobre a História Pré-Colonial, por parte do Parque, para todos os turistas, pois, a trilha básica não oferece guia. Contudo, os turistas apontaram que foram informados sobre o patrimônio, como mostraremos ao longo desse capítulo, a partir da leitura das placas de identificação, internet, folders e outros meios informativos.

No Parque há elementos patrimoniais culturais, naturais, históricos e arqueológicos que, conforme o próprio Plano de Manejo foram os objetivos de sua criação. Porém, a divulgação deste patrimônio e os elementos da História Pré-Colonial pouco estão sendo tratados com fim turístico educacional. A carência de público da própria cidade condicionou a olharmos para outros elementos existentes fora do Parque, para identificar e compreender se é, e como é informada, a História Pré-Colonial em outros espaços. Portanto, no próximo capítulo, analisaremos outros espaços de ensino-aprendizagem que contém aspectos da história pré-colonial, e como estes elementos estão sendo informados para o público que o visita.



## **CAPÍTULO IV- SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES DA MATERIALIDADE ENQUANTO FERRAMENTAS EDUCATIVAS E COMERCIAIS**

Neste capítulo iremos abordar o patrimônio arqueológico fora do PEG, ou seja, em outros ambientes. O primeiro que iremos pontuar é o Museu Desembargador Edmundo Mercer Júnior, tratar-se de um espaço que oportuniza o ensino-aprendizagem, (re) contando a história do município. Dentre seus artefatos encontra-se objetos pautados na Arqueologia e História Pré-Colonial que serão analisados, de que forma estão representando o patrimônio arqueológico, se estão? E, se esta cultura material pré-colonial tem relação com o patrimônio arqueológico do PEG.

Em segundo momento, analisaremos o artesanato do artista plástico tibagiano, que desenvolve um trabalho de materialidade, baseado na representação do patrimônio arqueológico do Parque. E, em seguida, verificar as informações que estão sendo divulgadas nos panfletos e folders que tratam de elementos que remetem ao parque e seus atrativos. Como está sendo apresentada a arqueologia pré-colonial do PEG, e está sendo informada nos panfletos para os turistas. Sendo assim, após averiguar estes outros elementos existentes fora do Parque, poderemos entender e compreender como a história pré-colonial está sendo informada para o público, e se está sendo informada.

### **4.1 MUSEU HISTÓRICO DESEMBARGADOR EDMUNDO MERCER JÚNIOR**

O Museu Desembargador Edmundo Mercer Júnior<sup>38</sup>, localizado na cidade de Tibagi no Estado do Paraná, foi inaugurado na data do dia 3 de abril de 1987. Foi criado a partir de uma gincana cultural no qual a população se envolveu arrecadando e doando objetos que representassem e simbolizassem a comunidade tibagiana, como: artefatos de uso pessoal, fotografias, utensílios domésticos, roupas, carruagem, materiais de trabalhos, dentre tantos que poderão ser observados nas imagens ao longo do texto. As doações da comunidade contribuíram para a construção da memória e do patrimônio.

A partir das doações e empréstimos de objetos pessoais, o Museu veio a se

---

<sup>38</sup> Conferir sobre a História do Museu no site da Prefeitura de Tibagi. Disponível em: <https://tibagi.pr.gov.br/noticias/modules/news/article.php?storyid=1981>.

constituir fisicamente, localizado em um casarão situado na Praça Edmundo Mercer. A gincana cultural mobilizou a cidade, ao qual fizeram parte diretamente da escolha de quais objetos iriam compor o Museu, em suas respectivas propostas de importância e ressignificações e, também, a representatividade da própria comunidade enquanto pertencente àquela história.

Segundo entrevista concedida pelo diretor do Museu, senhor Neri, o museu histórico conta com um espaço de salas ecléticas<sup>39</sup>.

o Museu é sala ecléticas, então, cada sala tem uma história a ser contada para o turista, a primeira sala é uma homenagem ao Patrono do Museu, temos também a sala Exposição temporária, que estamos fazendo agora a sala do Carnaval. O carnaval também com 107 anos, também teve influencia dos Bahianos que foram os garimpeiros que vieram para cá, embora o carnaval é desde 1910, mas teve o ciclo do bloco dos bahianos. A gente tem a sala do Garimpo, creio que é um dos museus do Paraná que possuem esse acervo, nossa história a história do Paraná. Tem a sala Sacra, a sala da Política e dos Equipamentos Dentários e Farmácia, temos também a passagem dos tropeiros, embora Tibagi não teve a passagem do Tropeiro, mas foi um ciclo que passou paralelo com a Mineração. Temos também a evolução dos rádios nos Usos e Costumes das pessoas, moradores de Tibagi, as tradições, as costureiras. A sala do índio Kaingang que já falei para vocês que foram os primeiros habitantes de Tibagi até a chegada do Antônio Machado Ribeiro que viviam tento os combates indígenas (Trecho da entrevista transcrita concedida pelo senhor Neri Aparecido Assunção, no dia 30/01/2017).

As salas do museu não são do mesmo tamanho, por se tratar de uma casa grande com diferentes cômodos de tamanhos diferentes, e também, pela quantidade de objetos que cada exposição adquiriu ao longo tempo, como pode ser observado nas fotos a seguir.

---

<sup>39</sup>Durante a pesquisa nos deparamos com outras nomenclaturas diferentes sobre o nome das salas do museu. No entanto, iremos utilizar os nomes que o diretor do museu senhor Neri Assunção nos relatou em entrevista concedida para essa pesquisa. No site da cidade de Tibagi em uma reportagem sobre o museu as salas estão descritas das seguintes nomenclaturas: “Hall de Entrada (homenagem ao Patrono) e os demais espaços como o Bibliotáfio (livros Raros e documentos), Sala do Garimpo, Salão de Fotografias, Sala Histórica, Talentos Musicais, Sala Indígena, Sala Fatos do Passado e Sala Usos e Costumes” (Reportagem retirado do site da prefeitura de Tibagi) Disponível em: <https://tibagi.pr.gov.br/site/index.html> Acessado em Setembro de 2018.

Foto 25–Museu Histórico Desembargador Edmundo Merce Júnior.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 26–Sala Usos e Costumes



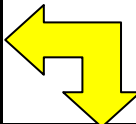
(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 27– Objetos televisores, rádios, relógios, telefones que pertenceram aos moradores tibagianos.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 28– Evolução dos telefones que pertenceram aos moradores tibagianos.



**Console CP200 -S**  
Utilizado acoplado na televisão para video games.  
Década de 90  
Doação: Solismar Gasperin



**Telefone celular**  
Pertenceu ao Sr. Altamiro Godoy Baitle, o chamado "tijolão" foi um dos primeiros celulares em Tibagi.  
Década de 90  
Doação: Altamiro Godoy Baitle

(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 29– Sala da Política e dos Equipamentos Dentários e Farmácia.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 30– Modelo de acampamento dos tropeiros.



(Fonte: Imagens Google, 2018).

Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=imagem+garimpo+museu+tibagi&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjRjZ3kp\\_beAhXCDJAKHZE5C1wQ\\_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=KzDLzlVqxARwkM](https://www.google.com/search?q=imagem+garimpo+museu+tibagi&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjRjZ3kp_beAhXCDJAKHZE5C1wQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=KzDLzlVqxARwkM)

Foto 31– Sala do Garimpo.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 32– Exposição das pedras encontradas durante o garimpo.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 33– Sala Exposição Temporária com a mostra do Carnaval.



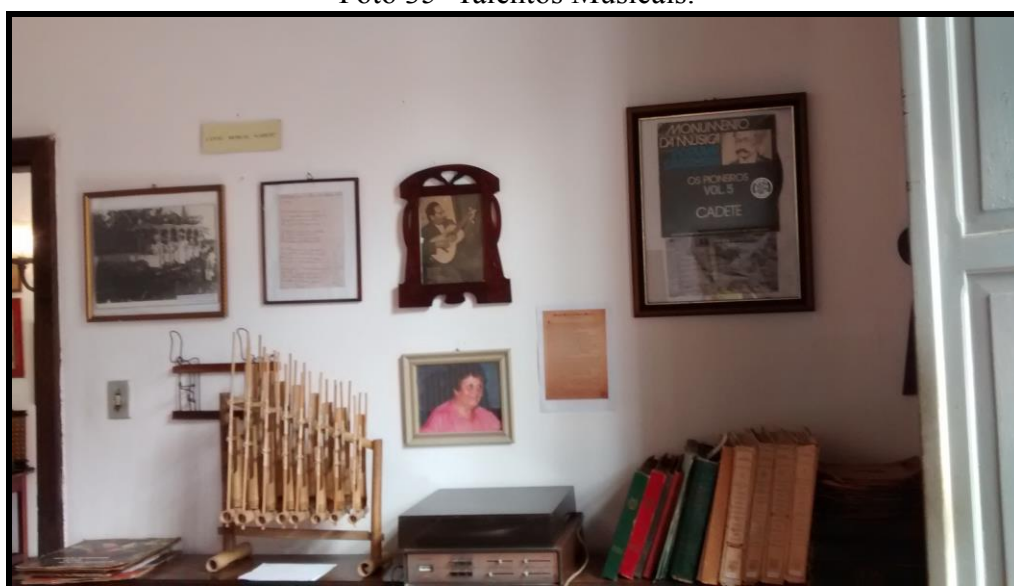
(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 34- Sala Sacra.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 35- Talentos Musicais.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

A escolha do que deve-se preservar, conforme perspectiva que remete a história positivista, refere aos grandes heróis, personagens importantes da cidade, objetos que pertenceram à elite, enfatizando uma determinada classe social. Embora, ainda que, aborde de uma maneira não tão evidente, as fotografias e objetos dos trabalhadores (roupas e ferramentas de trabalho do garimpo) e trabalhadoras (máquina de costura) e uma pequena coleção de artefatos dos indígenas Kaingang.

Neste caso, enfatizamos a importância da preservação da cultura material, constituindo de elementos significativos e simbólicos que contribui na construção da identidade do indivíduo e/ou comunidade.

Assim, nosso próprio cotidiano apresenta a importância da cultura material para as sociedades. Os objetos que compõem nossa casa, nossos vestuários, os meios de transporte que utilizamos, os diferentes instrumentos usados para higiene, comunicação, trabalho, registro e proteção, entre tantos outros, dão mostras não só a dinâmica individual de nossas vidas como também dos meios sociais nos quais transitamos cotidianamente. Os artefatos concebidos e utilizados pelos seres humanos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a História e proporcionar às gerações que se sucedem a possibilidade de construir consciência da trajetória histórica de sua sociedade (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p.111).

Portanto, a escolha dos objetos a serem preservados (as memórias, lembranças, a História) e a escolha dos patrimônios que vão ser ressignificados, cabe ao museu este trabalho de selecionar quais essas materialidades passam a ter uma nova funcionalidade, ou seja, de objeto passa a compor um estado de patrimônio, que neste ponto, é justamente o de construir, a partir dos bens culturais, um discurso sobre a História Local<sup>40</sup> para a comunidade.

Segundo Pelegrini:

“ao preservarem acervos, recontarem histórias e saberes expressos em artefatos com características e temporalidades diversas, os homens se tornaram interlocutores do passado e responsáveis pela história que desejam perpetuar” (PELEGRINI, 2016, p.53).

O discurso de legitimação da construção do Museu pautou-se em selecionar alguns elementos patrimoniais que representam a história do município. O Museu é o

---

<sup>40</sup> Sobre a conceitualização da História local, Circe Bittencourt aponta que é “necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência –escola, casa, comunidade, trabalho e lazer-, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente”. (BITTENCOURT, 2011, p.168). Para tanto, a História Local aproxima o aluno de conhecer a História da sua cidade, os patrimônios, os discursos que perpetuaram, e dando voz a todos os sujeitos da história, não apenas a reprodução da história do poder local.



segundo lugar mais visitado da cidade, depois do Parque, e dentro, existe uma sala destinada ao indígena Kaingang. Por conseguinte, foi necessário abordar o patrimônio arqueológico fora do PEG, onde encontra-se Arqueologia e História Pré-Colonial na materialidade enquanto ferramentas que contemplam as ações educativas, como neste caso, o Museu, e também as ações comerciais, que abordaremos nos próximos subtítulos, para analisar como está sendo tratado o patrimônio arqueológico fora do PEG.

A sala do Indígena Kaingang fica localizada em um pequeno cômodo do Museu, sem ventilação, por conta que a janela está trancada com cadeado e não possuem a chave para abrir, neste ponto, já se entende que o espaço sem a circulação de ar é propício para o aparecimento de poeira e mofo. Em consequência disso, o turista não consegue ficar muito tempo no local, por conta do cheiro forte. Imagens da sala podem ser observadas nas fotos a seguir.

Foto 36- Conjunto de fotografias da entrada e da sala do Indígena Kaingang.





(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 37- Conjunto de fotografias da sala do Indígena Kaingang.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 38- Sala do Indígena Kaingang.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 39- Artefatos Indígenas.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Foto 40- Artefatos líticos.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

Diferente das outras salas, com espaços bem maiores, com uma ampla coleção de artefatos e objetos, com circulação de ar, com espaço para o público caminhar entre os objetos, a sala do Indígena Kaingang, conforme pode ser observado nas fotografias, é pequena, sem iluminação adequada e sem ventilação.

Ao analisar as entrevistas dos turistas e verificar que a própria comunidade tibagiana não costuma visitar o Parque e conhecendo o espaço em que está localizada a sala do indígena dentro do museu, somos levados a pensar em afastamento ou até mesmo esquecimento do próprio público ao patrimônio pré-colonial. O Parque foi construído com o objetivo da proteção do patrimônio pré-colonial, dentre outros. Porém, como já mencionamos no capítulo 3 há claramente uma ausência e esquecimento deste patrimônio.

Como o Museu é o segundo lugar mais visitado na cidade e como possui uma sala representando o patrimônio indígena que remete ao parque: concluímos que a sala do indígena kaingang está escondida e esquecida em um canto do museu. Se o turista não olhar bem para o lado, passará despercebido de tão pequena que é a sala. E a forma como os objetos estão sendo apresentados ao público não faz referência ao Parque nem aos sítios arqueológicos, mostrando que o museu está expondo os artefatos materiais, porém, dentro do Parque existem os sítios arqueológicos que podem ser visitado, assim o turista se apropria do ensino no museu e poderia conhecer e contemplar o patrimônio físico com o passeio na trilha completa. Dessa forma, o patrimônio pré-colonial estaria sendo apresentado de uma maneira mais educativa e valorizando sua cultura material.

Assim, visitar museus é um exercício de cidadania, pois possibilita o contato com temas relativos a natureza, sociedade, política, artes, religião. Leva a conhecer espaços e tempos, próximos e distantes, estranhos e familiares, e a

refletir sobre eles; aguça a percepção por meio da linguagem dos objetos e da iconografia, desafia o pensamento histórico com base na visualização das mudanças históricas, permitindo repensar o cotidiano (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p.136).

Sendo assim, o Museu Desembargador Edmundo Mercer Júnior, oportunizou a própria comunidade serem protagonistas do discurso que legitima a escolha destes patrimônios e conta a história da comunidade tibagiana. Por mais que a própria comunidade fez parte da construção do museu, ainda assim, pautou-se no discurso de legitimação de enaltecer as famílias mais abastardas do município, mesmo sem a intenção ou até mesmo, sem a própria percepção.

Ao escolher o que será preservado da cultura material, do que, não será preservado, faz-se além de uma escolha do objeto, uma escolha da história a ser contato para as gerações futuras e/ou a construção da própria história. Está mascarando uma história, além de tratar de “la invención se refiere sobre todo a procesos personales y conscientes de manipulación, mientras que la construcción social se asocia principalmente con procesos inconscientes e impersonales de legitimación” (PRATS, 1997, p.20).

A importância de preservar estes patrimônios “deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional” (BITTENCOURT, 2011, p. 278). Logo, no processo de contar a história da comunidade tibagiana, criaram-se elementos que compunham a construção dos patrimônios, e este patrimônio como uma invenção, uma escolha do que deve ser preservado e para quem ele deve ser preservado.

Neste sentido, Prats aborda a invenção e a construção social do patrimônio, como:

Que el patrimonio una construcción social quiere decir, em primer lugar, que no existe sea la naturaliza, que no es algo dado, ni siquiera um fenómeno social universal, ya que no se produce em todas las sociedades humanas ni en todos los períodos históricos; también significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien (o en el decurso de algún proceso colectivo), en algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser historicamente cambiante, de acuerdo com nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines en nuevas circunstancias (PRATS, 1997, p.20).

No entanto, como um espaço educativo cabe ao museu o papel de mediador, de preservar e salvaguardar os patrimônios (re) contando a história de determinados grupos sociais inseridos na comunidade, sem o discurso de privilégios de escolhas de qual patrimônio devem ser preservados ou não. Porém, nem sempre, a neutralidade

ocorre nestes espaços de memória.

## 4.2 ARTESANATO

O artesanato local aborda diferentes expressões culturais das materialidades dos povos, manifestando suas representações culturais, costumes, elementos artístico, elementos da fauna e flora, dentre outros que permeiam a comunidade inserida. Essas expressões culturais são “utilizadas por inúmeras nações como recurso para o desenvolvimento econômico e social, contudo ao mesmo tempo em que se busca valorizá-las como atividade mercantil defronta-se com a missão de encontrar mecanismos que as tornem auto-sustentável” (FILHO; OLIVEIRA, 2008, p.01).

O artesanato local expressa às representações culturais da sociedade, envolvendo moradores, artesãos, pessoas que admiram e gostam deste patrimônio. Porém, em algumas localidades o artesanato é mais presente e resiste na condição de propulsor e incentivador da preservação da cultura de determinada comunidade e também como fonte econômica. Principalmente em áreas turísticas onde a produção e comercialização destes produtos artesanais são mais valorizadas tanto a cultura do povo como na forma comercial, impulsionando a economia da comunidade.

No entanto, em diversos locais de preservação e conservação, como no caso do Parque, também ocorre de moradores locais produzirem objetos simulando alguns elementos naturais, culturais, históricos e arqueológicos. Sendo essa sua referência e entendendo como uma possibilidade de continuar preservando e divulgando o próprio patrimônio ou a comunidade.

No caso do Parque Estadual do Guartelá no próprio Plano de Manejo descreve a seguinte questão sobre o artesanato.

A opção pelo desenvolvimento do turismo sustentável ou ecoturismo na área do entorno seria fortemente recomendável como alternativa de proteção ao próprio parque na formação da zona tampão e, ao mesmo tempo, constituiria grandes oportunidades para o dinamismo da economia regional na geração de empregos e rendas aos proprietários e arrendatários. Vale lembrar que a produção agrícola desenvolvida nas fazendas do entorno poderiam ser orientadas para atender ao turismo local, fortalecendo esta atividade em base comunitária. A representação do Parque através de um simbolismo gráfico - uma pintura rupestre, por exemplo - poderia derivar uma marca e a produção de uma série de bottons, camisetas e souvenirs para o Parque e benefícios às comunidades de artesãos do município. (IAP, 2002, cap.05, p.16).

O Plano de Manejo indica que poderia existir uma atividade comercial de

artesanatos com representações pré-coloniais. Contudo, dentro do Parque não tem nenhuma atividade comercial. Já na cidade existem algumas lojas que comercializam produtos como imã de geladeira, chaveiros, canecas, pano de prato com as imagens de cachoeiras da cidade e a árvore araucária. Nenhum produto que represente diretamente os atrativos do PEG.

Entretanto, na primeira saída de campo, janeiro de 2017, fomos apresentados pelo senhor Neri, diretor do Museu, ao artista plástico Alison, que além de ter desenvolvido atividades como guia de turismo, trabalha com serviços de pinturas residenciais e é artista plástico. O Alison desenvolve um trabalho com pinturas em quadros. Essas retratam as imagens de cervídeos, pinturas rupestres que estão inseridas nos paredões rochosos dos sítios arqueológicos do Parque Estadual do Guartelá, e também pinturas rupestres da região.

As representações da cultura material que os povos indígenas deixaram como legado nos paredões rochosos está estampado, hoje, como arte, nas ilustrações dos quadros que o Alison produz em seu ateliê. Em entrevista concedida para essa pesquisa o artista plástico nos conta como começou o seu trabalho com a arte em quadros e por que a representação das pinturas rupestres.

Resposta- Este trabalho aí começou na década de 2000 quando comecei a frequentar o parque como voluntário e já comecei a prestar serviços de guia também para ter uma grana extra porque sempre trabalhei de ajudante na construção civil e daí me interessei pelas pinturas rupestres e fiquei fascinado por elas e coloquei assim como um projeto de vida reproduzir elas para o meio artístico urbano. E daí foram dez anos de pesquisas práticas, eu não escrevi nada, daí peguei o material e coletei a hematita várias cores de rocha, argila, pedra e fui refinando ela e transformei em uma tinta. (Trecho da entrevista transcrita do artista plástico Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Todo o material que o Alison utiliza na fabricação do produto é artesanal, além de serem reciclados. O material pode ser encontrado nas sobras de trabalho com as pinturas residenciais, como pedaço de gesso, latão e madeira. São produtos que ele já está acostumado a usar no seu dia a dia com o serviço, e com a ideia da criação de desenvolver novas formas e dar significado a estes materiais que necessariamente iriam para o lixo, ele os transforma em lindos quadros com cores e molduras belíssimas. Como ele mesmo nos explica em entrevista.

Resposta- E vou expor outros materiais que eu trabalho com material de demolição eu não compro nada, todo este material que eu faço é resíduo sólido da construção civil. Então eu transformo em arte, eu quero agregar mais este valor, a sustentabilidade a consciência ecológica tudo por trás disso né. Então são recortes de madeira, pedaços de gessos, pedaços de latão que

uso (Trecho da entrevista transcrita do artista plástico Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

O trabalho está disponível em seu site<sup>41</sup> de divulgação Guartelá MTB, o artista se intitula All Bart Art, como assina suas obras, além de expor seu trabalho como artista e apresenta os quadros, oferece o serviço de passeio roteiros cicloturísticos para os aventureiros do esporte radical e para o público que gosta e pratica o Mountain Bike.

Pode ser observado nas figuras abaixo e na fotografia o material que o artista produz para a comercialização e exposição do seu trabalho. Este trabalho com os quadros gerou um grande material para a futura exposição que o autor pretende realizar em sua loja (que está montando na sua casa) e em salões de exposição.

Resposta Alison- A minha ideia é participar de salões de exposição e difundir a ideia. E também faço um resgate né minha exposição vai se chamar “O princípio um resgate do legado histórico da existência humana nos Campos Gerais”. Tem o texto, tudo que eu desenvolvi se não me engano com cinco páginas de explicação do projeto, desde o princípio, tudo, que falei, mas em uma forma mais técnica. Então o projeto era bem amplo, a maior peça da exposição era essa aqui. Essa aqui é uma das minhas favoritas. (Trecho da entrevista transcrita do artista plástico Alison Luiz Batista. Data 30/01/2017).

Figura 17- Imagem propaganda do site



Fonte: Página do Facebook Tibagi Turismo.

Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/turismotibagi/posts/>

<sup>41</sup> Site Guartelá MTB do artista plástico Alison Luiz Batista. Disponível em: <http://www.guartelamtb.com.br/> Acessado em: Outubro de 2018.



Figura 18– Página do site Guartelá Gallery

The screenshot shows a web browser window with the URL [www.guartelagallery.com.br](http://www.guartelagallery.com.br). The page features an orange navigation bar with the logo 'GUARTELÁ MTB' and menu items: HOME, MOUNTAIN BIKE, EMPRESA, PORTFÓLIO, GUARTELÁ GALLERY, ALL BAT ART, and CONTATO. The main content area is titled 'Guartelá Gallery' and contains the following text:

**O PRINCÍPIO: UM RESGATE HISTÓRICO/CULTURAL DO LEGADO PRIMITIVO DA EXISTÊNCIA PRIMEVA NOS CAMPOS GERAIS.**

Este projeto tem como principal objetivo a releitura e apresentação da arte rupestre regional, um tema de suma importância na linhagem histórica, que vem sofrendo fortes ameaças tanto pelo desgaste natural da ação do intemperismo como pela ação nefasta do leigo. Ou não ação dos órgãos competentes no sentido de criar medidas rigorosas de conscientização e preservação deste valioso patrimônio. Assim sendo o artista tomei a iniciativa de recriá-las e as por em evidência, uma vez que as mesmas nos locais onde ocorrem geralmente não estão abertas ao público, exceto algumas, e estas, no entanto encontram-se parcialmente apagadas ou destituídas de partes (vandalismo) o que torna o contato uma experiência pouco interessante.

Below the text is a gallery of three rock art reproductions, each with a caption and a short paragraph:

- Guartelá Gallery**  
Criei então este espaço discreto denominado **Guartelá Gallery**, onde tratarei do assunto como forma didática demonstrando para grupos de interesse todo o esplendor e magia da arte primitiva.
- Guartelá Gallery**  
seu modo de produção, margem simbólica e importância artística. É mais uma opção cultural para o viajante que recorre à bucólica Tibagi atraído pelos muitos atrativos.
- Guartelá Gallery**  
Ele poderá visitar a galeria somente como expectador como também poderá adquirir uma réplica das pinturas rupestres, bem como outros souvenirs temáticos. [Mais](#)

(Fonte: Site Guartelá MTB)

Disponível em: <http://www.guartelamtb.com.br/>

Foto 41- Quadros representando a arte rupestre



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2017).

O artesanato “é uma produção organizada para venda e geralmente usada com uma função decorativa, carregando consigo o conhecimento das técnicas de produção utilizadas na fabricação dos artefatos” (SOUSA; LOPES, 2008, p.42). O produto do artesão está carregado de simbologias, representações, sentimentos e emoções ao retratar e produzir seu material.

Os quadros nos mostram essas manifestações, como no desejo de trabalhar com arte e a dedicação do Alison ao estudar e aprofundar na cultura, introduzindo suas experiências. E sabendo da necessidade, como já trabalhou como guia, de ter um produto cultural para a comercialização, que representasse o Parque, e, por conseguinte, poderia desenvolver a economia voltada para os bens culturais artesanais. A partir da mercadoria como lembrança, e também, reforçando a valorização e preservação da cultura indígena pré-colonial da região.

Já que, infelizmente, esse belíssimo trabalho desenvolvido com materiais reciclados e sustentáveis ao meio ambiente, tratando de representações dos indígenas que viveram no atual estado do Paraná, não tem o reconhecimento por parte da própria comunidade tibagiana. Este é o único artesanato que remete as manifestações históricas do PEG. Para conhecer este material é necessário entrar em contato direto com o Alison ou pelo próprio site que tem os contatos de telefone, e-mail e endereço, somente dessa forma, o turista consegue adquirir uma lembrança que aborda as referências deste passado tão distante.

### 4.3 ANÁLISE DE FOLDERS

A atividade turística para uma cidade, é importante, tanto para a comunidade residente impulsionando à economia, a cultura, a história, bem como para o público que a visita. O turismo além de abordar os aspectos do passado e do presente, contando a história do local, da cultura, dos costumes e dos povos, também, é educacional, estimula o conhecimento e o aprendizado histórico e cultural do local que está sendo contemplado. Segundo Costa (2009, p. 190):

O turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta dos bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará na produção de novos conhecimentos e a conservação dos bens visitados (apud CARVALHO, 2010, p. 56).

Que busca atividades turísticas de lazer, descanso ou até mesmo pesquisa. Para tanto, a referência utilizada pelo público visitante ao chegar à cidade, e buscar elementos patrimoniais (históricos, culturais, naturais) que remetem a identidade e/ou a pontos turísticos é através de divulgação de material impresso como panfletos e folders.

De uma maneira rápida e simples, a divulgação dos panfletos e folders, é uma boa opção para a distribuição de informação a respeito de pontos turísticos, hotéis, restaurantes, dentre outros locais que o turista possa a vir precisar durante sua estadia.

No município de Tibagi, também ocorre essa prática de divulgação dos pontos turísticos por meio de material impresso e também pela rede social. No caso, desta pesquisa, analisamos a divulgação impressa que remete ao PEG e a história pré-colonial. Os folders foram recolhidos nas operadoras de turismo, Secretaria de Turismo, museu e no próprio Parque. Conforme podem ser observados nas fotos, a seguir.

Foto 42- Folder Parada do Guartelá.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Foto 43- Folder Guartelá Ecoturismo.



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Foto 44- Folder Secretaria de Turismo.



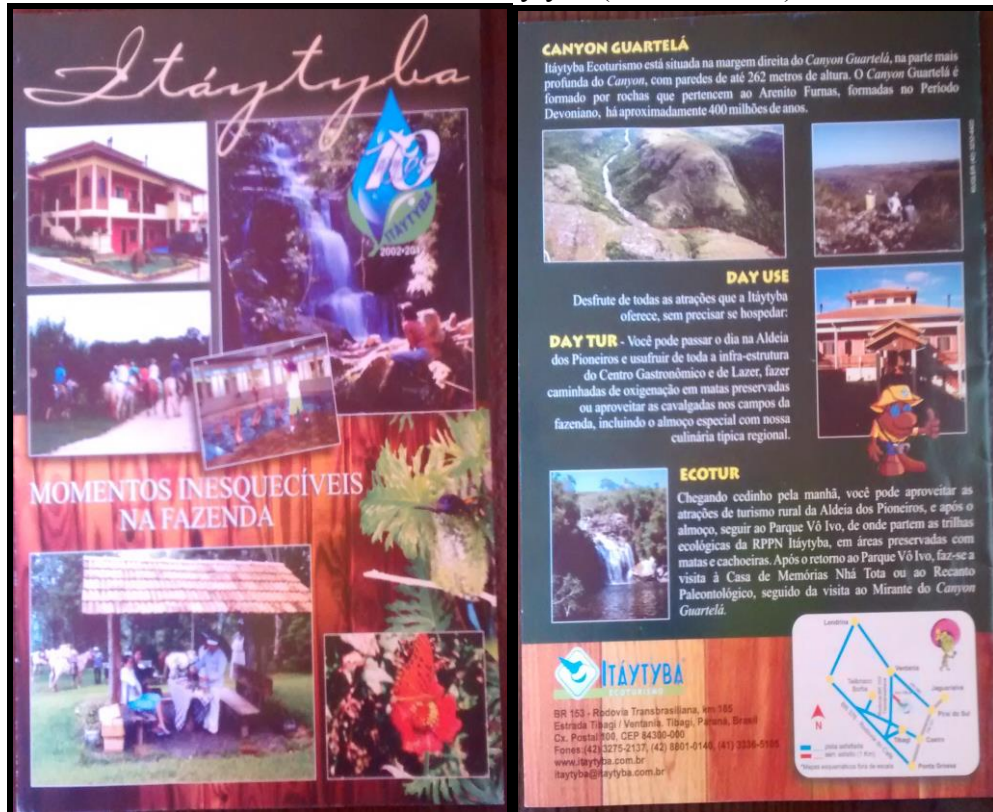
(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Foto 45- Folder Tibagi Aventuras (frente e verso).



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Foto 46- Folder Pousada Itáytyba (frente e verso).



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Foto 47- Cartão Postal Cachoeira Salto Puxa Nervo (frente e verso).



(Fonte: Acervo pessoal de Amanda Alves, 2018).

Ao analisar os folders, nota-se que há ausência de informação a respeito do PEG e a história pré-colonial, que pouco apresenta referência ao parque. E quando apontam, é apenas uma fotografia do mirante, da cachoeira ponte da pedra ou do canyon. A imagem predominante do canyon representando todo o patrimônio do Parque, como se estivesse apenas este atrativo.

E os demais atrativos, patrimônio arqueológico e histórico, não estão sendo

mencionados nas propagandas de divulgação, como observadas nas fotografias anteriores. E nem ao menos mencionadas nos textos que se referem ao Parque. Em nenhum folders, coletado nas duas saídas de campo, fazem menção a estes outros patrimônios, como elementos pertencentes ao PEG.

Está claro, que o atrativo mais comum utilizado para referenciar o PEG é o canyon, em quase todos os folders, o registro que aparece quando trata-se da representação, a imagem que apresentada, é na maioria ilustrada pelo canyon. Embora, que uma operadora utilizou imagem do mirante e a outra da cachoeira. Porém, o objetivo de olhar para fora do parque e procurar na cidade outros elementos que tratam da história pré-colonial, como esta análise dos folders, conclui-se que não há divulgação sobre a história pré-colonial nos panfletos e folders de divulgação.

Os atrativos do PEG apresentam-se, estar tão distante da comunidade tibagiana que até nos cartões postais da cidade (disponíveis para o público na Secretaria de Turismo) não havia nenhum, que fazia alusão ao Parque. Todos que estavam disponíveis durante a primeira e a segunda saída de campo referenciavam a cachoeiras, árvore, museu, Igreja, Portal da cidade, Fonte do Palácio Diamante e ao Turismo de aventura passeio de Rafting no Rio Tibagi.

Uma coisa todos os folders tem em comum, fazem menção ao turismo de aventura, ao turismo econômico, ao lazer e a diversão do público, ou seja, ênfase ao comércio. Em alguns, os turistas estão praticando as atividades que a própria operadora de turismo oferece como serviço. Portanto, nota-se que a prática do turismo de aventura e a economia estão sendo mais abordadas ou até mesmo enaltecidas, apresentando o patrimônio apenas como uma maneira de atrair o turista, e moldar conforme a procura de mercado.

Segundo o antropólogo Lorenç Prats:

Las activaciones de repertorios patrimoniales, viejas y nuevas, se miden fundamentalmente, no ya por la cantidad y la calidad de las adhesiones, sino por el consumo (es decir, por el número de visitantes) y ninguna de ellas puede escapar a este nuevo baremo de la competitividad. Proliferan las exposiciones temporales, es decir, la renovación de la oferta, asociadas a una continua, incluso diría frenética, innovación de las técnicas expositivas, a las cuales se incorpora inmediatamente cualquier novedad tecnológica. Pero, sobre todo, nace un nuevo tipo de activaciones patrimoniales cuya motivación no es ya de carácter identitario, sino abiertamente turístico y comercial, para lo cual, los referentes activados y los significados conferidos no responden ya a los diversos *nosotros del nosotros* que pueden representar las distintas versiones ideológicas de la identidad, sino al (sin los) *nosotros de los otros*, es decir, a la imagen externa, y a menudo estereotipada que si tiene de nuestra identidad (de los protagonistas) desde los centros emisores de turismo. Incluso, siempre desde la perspectiva de los protagonistas,

podríamos decir que algunas activaciones se centran en facetas del *ellos* de los otros, en la medida en que los visitantes acueden más a contemplar y “vivir” aspectos de su propio pasado (o, en todo caso, de un pasado compartido) que no de la identidad o del pasado de los autóctonos (PRATS, 1997, p.42).

Para quem está sendo apresentado este turismo? O turismo realizado para a comunidade tibagiana, enaltecendo os elementos identitários, a memória, o patrimônio, o turismo não somente como atividade comercial, mas também, como atividade educativa e valorizando seus bens patrimoniais e culturais. Esse turismo não está sendo proporcionado a própria comunidade. Não há elementos que justifique a realização de um turismo enaltecendo os patrimônios por afetividade, pertencimento, aproximação. Tanto, que a própria comunidade está distante do PEG.

Neste ponto, o turismo torna-se, voltado para o outro, ou seja, um produto de comercial, algo que vai vender para o público. O turismo “mascarado”, “maquiado”, para mostrar para o outro, mostrar para o turista a construção de uma identidade que está sendo moldada em cima de uma identidade e memória, que nem sempre é a verdadeira, daquela comunidade. É construída e manipulada que utiliza de elementos fundantes (patrimoniais e turísticos) para que este discurso seja vendido e valorizado nos meios comerciais.

Segundo Figueiredo:

As representações do patrimônio histórico-cultural de uma comunidade, elaboradas pela indústria turística e difundidas através dos meios de comunicação afim de "vender" esta destinação, correm o risco de repetir estereótipos ao invés de proporcionar um maior entendimento da cultura local. A linguagem publicitária, calcada pela espetacularização e pela superficialidade (maior ou menor a depender do meio em questão) no tratamento da informação, ao representar traços da cultura local pode influenciar negativamente na relação visitante/visitado. Ao repetir estereótipos, ou resumir a "cultura" local à símbolos e manifestações de determinados grupos em detrimentos de outros, o que se entra em questão é a própria noção de sustentabilidade remetida ao turismo cultural (FIGUEIREDO, 2005, p.47).

Portanto, o que foi proposto neste capítulo, analisar os elementos existentes fora do Parque, para identificar e compreender se é, e como é informada, a História Pré-Colonial em outros espaços como no Museu, o artesanato e os foldres. Após análise, podemos concluir que além do Museu tratar-se de um espaço que oportuniza o ensino-aprendizagem, está defasado no caso da história pré-colonial. Há elementos da história, porém, que não representam o Parque e que não faz este dialogo, não incentiva o turista a conhecer o patrimônio arqueológico do PEG.



Já o artesanato local do artista plástico, é o que mais se aproxima da divulgação do patrimônio arqueológico e os elementos da História Pré-Colonial. A partir do minucioso trabalho desenvolve representações que referem-se diretamente ao patrimônio pré-colonial, assim, além de divulgar seu trabalho e o PEG, ainda faz um trabalho de turismo educativo e valorizando e preservando esta história.

A análise dos folders nos indica que os elementos principais que remetem ao PEG, é o canyon e a cachoeira. O patrimônio arqueológico pré-colonial não está sendo divulgado nos meios de comunicação, isto posto, justifica-se a ausência do turista na trilha completa, nem ao menos tem o conhecimento sobre a existência deste patrimônio dentro da Unidade de Conservação. A falta de divulgação pode ser um dos fatores primordiais para o distanciamento, tanto da comunidade tibagiana, como dos turistas de outras localidades. Portanto, após averiguar estes outros elementos existentes fora do Parque, concluímos que a história pré-colonial não está sendo informada para o público no geral.

## CONCLUSÃO

Conforme relatado na introdução, este trabalho tinha como objetivo identificar e analisar as práticas de Ensino da História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no PEG. Além dos objetivos específicos: identificar e avaliar as ações educativas que o Parque promove para a comunidade; refletir sobre as ações de Ensino de História a partir do passado pré-colonial que são importantes para a UC; averiguar como a História local pré-colonial é apresentada para os turistas; identificar quem são e como se dá a formação dos guias turísticos e locais, considerando o objeto de estudo deste projeto, a História Pré-Colonial e analisar como é a relação da comunidade com o Parque.

Inicialmente, o PEG foi criado com o intuito de preservar sua biodiversidade, além de conservar e salvaguardar o patrimônio histórico, arqueológico, natural e cultural. Portanto, o Parque é um local de grande potencial para ofertar ações de cunho educativas (conforme já mencionadas na dissertação, segundo o Plano de Manejo) por se trata de uma Unidade de Conservação Proteção Integral, ou seja, uma área protegida e mantida sob vigilância, para a proteção dos bens. Contudo, é uma área aberta ao público para visitação, contemplação e pesquisas.

O potencial educativo do Parque, não é somente na área da História pré-colonial, como no caso desta pesquisa, mas também, é rico em possibilidades de estudos em demais áreas das Ciências Humanas (Geografia, Geologia, Biologia, Turismo, Arqueologia), dentre outras, que possibilitam a realização do diálogo interdisciplinar e do processo de ensino-aprendizagem nestes espaços, que não necessariamente, foram constituídos com o intuito principal voltado para educação.

Dessa maneira, a partir do potencial educativo que viabiliza o PEG, foi possível a realização desta pesquisa dialogando com a interdisciplinaridade entre patrimônio, ensino, história, turismo, arqueologia e educação, através de mecanismos que auxiliem na mediação dessa interlocução. Portanto, concluímos que o PEG é um propulsor de elementos que podem viabilizar ações de cunho educativas, a partir dos seus elementos patrimoniais e históricos pré-coloniais. Para que isso ocorra é necessário um mediador, e como proposta de pesquisa, o mediador neste caso, foi o guia de turismo e/ou guia local.

A partir das entrevistas, podemos concluir que a formação do guia foi fundamental para compreender como ocorre o saber, o conhecimento adquirido sobre a

história pré-colonial, o mediador da ação é o guia. É ele quem realiza e transmite a informação ao turista. É, segundo o guia, que o turista vai se informar sobre a história e vai realizar um turismo não apenas de contemplação, mas também, turismo educativo.

O Parque tem todo potencial para realizar as ações educativas que estão propostas no Plano de Manejo. No entanto, a relação ao aproveitamento deste Ensino de História Pré-Colonial no PEG e do potencial arqueológico, não está sendo contemplado. Pelo contrário, ao longo da pesquisa e das análises das entrevistas, podemos concluir que esse potencial está se perdendo no tempo. A importância, inicialmente, da criação do Parque, da proteção dos patrimônios históricos-arqueológicos e culturais, hoje, já não estão sendo apresentadas ao próprio público. Há uma carência na divulgação da informação dos patrimônios que existe dentro do PEG.

Contudo, durante as duas saídas de campo, podemos observar que a infraestrutura do Parque está com problemas. Existem algumas falhas como: poucos funcionários, materiais que estão estragados e não estão sendo consertados (exemplo a televisão que passava o vídeo), lâmpadas, material de higiene, são coisas simples, mas que requer todo um planejamento e vistorias e verbas. Além, do que, para comprar esses materiais o gestor precisa se deslocar até a cidade adquirir os produtos e voltar a tempo para auxiliar os turistas, além de vistoriar toda a área do parque. Compreende-se que o serviço é muito, e há uma escassez de funcionários, e também, de verba para auxiliar e poder proporcionar melhorias tanto para os turistas, bem como para os funcionários que acabam sobrecarregados.

Portanto, entende-se que não há uma maneira unilateral de conseguir organizar e ao mesmo tempo cuidar de toda a área. Tem que haver parcerias, entre município e estado, e claro, para enfim, poder ocorrer as melhorias. Pois, se não são os esforços dos funcionários fazendo seu trabalho para manter o Parque em bom funcionamento e atender bem ao público, não estaria aberto.

Além, de entender que um Parque regido pelo estado em um município exista alguns empecilhos que não favorecem, como citados acima. A relação da comunidade é exatamente isso, apenas empregatícia, e bem pouco se nota a presença de turistas tibagianos indo visitar os atrativos naturais. Nem ao menos as escolas que poderiam aproveitar a oportunidade de ter o parque no “quintal de casa” e preparar suas aulas práticas conforme contempla o próprio Plano de Manejo não acontece.

Conforme o próprio Plano de Manejo, como citamos no subtítulo 2.3 “Aspectos legais do Parque enquanto Unidade de Conservação”, sugere que aconteçam

atividades de cunho educativas como: elaboração de projetos voltados para a educação ambiental, projetos que envolvam a comunidade, produção de material educativo utilizado nas salas de aulas, as próprias visitas de alunos e professores para realização de aulas práticas. Essas possibilidades de aproximação entre comunidade e Parque estão propostas no plano de manejo, contudo, de acordo com, as duas saídas de campo, observamos que estas atividades não estão ocorrendo na prática. Logo, o Parque tem potencial para atividades de cunho educativas, patrimoniais, turísticas, porém, não estão sendo fomentadas, ou seja, o espaço não está sendo explorado por falta de políticas públicas que compreendem que o PEG não é apenas um espaço de gastos, mas sim, de investimento público para a educação não formal.

A partir de toda análise da pesquisa pudemos identificar e concluir que há uma ausência de informações, pelo Parque, sobre a questão da História Pré-Colonial, e não somente pelo Parque, pela cidade também. Como analisamos os elementos da história pré-colonial fora do PEG, apresenta claramente o distanciamento destas informações. Como no caso das atividades sugeridas pelo plano de manejo que não estão sendo implementadas, e o Ensino de História Pré-Colonial, está se perdendo, por falta de divulgação, ausência de público para conhecer os sítios arqueológicos, as próprias escolas que não visitam e não realizam uma aula-prática, utilizando destes recursos educativos, apropriando-se dos seus patrimônios e valorizando-os e preservando-os.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M; SILVA. A.C.M; ALVES, R.C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning. Coleção ideias em ação/ coordenadora da coleção Anna Maria Pessoa de Carvalho. 2013.

ALMEIDA, C.S; NÖTZOLD, A.L.V. A Memória da Paisagem: os Kaingang e as relações entre cultura e natureza nos “apontamentos” de Mabilde. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, p. 01-20, julho. 2011.

ALVES. A.C.S.C; PEREIRA, D.C. Utilização dos espaços não formais: o Ensino de História no Sítio Arqueológico Lapa Ponciano-PEG-Paraná. Especialização em História, Arte e Cultura- Universidade Estadual de Ponta Grassa- Paraná. 2016.

ARANTES, A.I.B Bandeiras e Bandeirantes. Governo do Paraná Secretária de Estado da Cultura. **Missões: conquistando almas e territórios**. Curitiba- Paraná, p. 81-94. 2009.

ARAÚJO, A. G. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, n. 20, p. 09-38. 2007.

ARNT, F.V. **As Pinturas Rupestres como testemunho de ocupação pré-contato em Tibagi, Paraná**. Monografia Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo- RS, 2002.

BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BARRETO, C. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª edição- São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm) Acessado em: Março de 2017.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acessado em: Abril de 2017.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm) Acessado em: Julho de 2018.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 8.623, de 28 de Janeiro de 1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8623.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8623.htm) Acessado em: Novembro de 2018.

BLASI, O. Aspectos da Arte Pré-Histórica no Sul do Brasil. **Valcamonica Symposium**. Actes du Symposium International D’ Art Prehistorique. Capo di Ponte. Edizioni del

Centro, p. 461-465. 1970.

\_\_\_\_\_. O. Cultura do índio pré-histórico, Vale do Iapó, Tibagi - PR. **Arquivos do Museu Paranaense Nova Série Arqueologia**, Curitiba, n. 6, 1972.

BLASI, O.; PONTES, F. A.; MULLER, C.R.M. Apreciação resumida sobre a arte rupestre nos Campos Gerais do Paraná. **Revista FUMDHAMentos**, São Raimundo Nonato- Piauí, v.1, n. 2, p.211-218. 2002.

CAMARA, J.; MATOSO, J. **Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 5º Edição. 1997.

CARVALHO, J.L. Os Guarani. Governo do Paraná Secretária de Estado da Cultura. **Missões: conquistando almas e territórios**. Curitiba- Paraná, p. 13-26. 2009.

CARVALHO, D.K. Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v.3, n.1, p. 51-67, abril. 2010.

CARMO, M.R.; MORO, R.S.; NOGUEIRA, M.K.F.S. A Vegetação Florestal dos Campos Gerais. In: MELO, M.S.; MORO, R.S.; GUIMARÃES, G.B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, p. 99-103. 2010.

CAVALHEIRO, A.C.M. **Pinturas rupestres dos Campos Gerais-Paraná**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP, 2004.

COPÉ, S.M. As paisagens culturais do planalto sul brasileiro. A aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo dos sítios arqueológicos do planalto sul brasileiro: estudos de caso no Rio Grande do Sul. In: Macedo, J; Andrade,R.; Terra, C. (Orgs). **Arqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Book's, p. 92-122, 2012.

FAGUNDES, M. Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem nas ciências humanas. **Revista Tarairíu**. Campina Grande-PB, Ano V, v.1, n. 07, p. 32-54, janeiro. 2014.

FIGUEIREDO, A.M.L. A Função Turística do Patrimônio: questionamentos sobre a ideia de sustentabilidade do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, n. 4, p.43-49. 2005.

FILHO, C.S.D; OLIVEIRA, G.M. Grupos Criativos: uma breve reflexão sobre o artesanato da comunidade artesã de Porto de Sauípe-Ba. **Anais IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia, 2008.

FLORÊNCIO. S.R.R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. TOLENTINO. A.B. (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, p. 22-29. 2012.

FONSECA FILHO, A.S. Educação e Turismo: reflexão para elaboração de uma educação turística. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 1, n. 1, p.5-33, setembro. 2007.

- FUNARI, P.P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2ª Edição. 2009.
- GOHN, M.G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- \_\_\_\_\_, M.G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Revista Investigar em Educação - IIª Série**, n. 1, p. 35-50. 2014.
- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial- Utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do CEOM- Ano.14**, n. 12- Unoesc Chapecó, junho de 2000.
- IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá**. Curitiba-PR, 2002. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1205> Acessado em: Setembro de 2016.
- IPHAN–**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) Acessado em: Agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_, **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Ministério da Cultura- Governo Federal do Brasil. 2014, p.65. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf)
- LANGE, F. L. P. **Guartelá: História, Natureza, Gente**. Curitiba, COPEL, 1994.
- LAROQUE, L.F.S. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- \_\_\_\_\_, L.F.S. Os Kaingangues: momentos de historicidades indígenas. In: KERN, A.A.; SANTOS, M.C.; GOLIN, T. (Orgs). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, v. 5, p.81-108. 2009.
- LEANDRO, J.A. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, Paraná. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/arco.htm> Acessado em: Maio de 2017.
- LIMA, T. A. A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Revista Cannidé**, n. 10. Aracajú, UFS, p.11-24. 2007.
- \_\_\_\_\_, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.6, n. 1, p.11-23, jan./abr. 2011.
- LYMAN, R.L.; O'BRIEN, M.J.; DUNNELL, R.C. **The rise and fall of culture history**. 1997.

MARCON, T. A trajetória Kaingáng no Sul do Brasil. In: MARCON, T. (coord.). **História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo, Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, p.47-92. 1994.

MATER NATURA – Instituto de Estudos Ambientais. Plano de Manejo **Reservas Particulares do Patrimônio Natural Rancho Sonho Meu I e II**. Curitiba, 2010. Disponível em:  
[http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Planos\\_de\\_Manejo/PM\\_sonho\\_meu.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Planos_de_Manejo/PM_sonho_meu.pdf).  
Acessado em: Abril de 2017.

MELO, M.S. Canyon do Guartelá, PR- Profunda garganta fluvial com notáveis exposições de arenitos devonianos. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert- Born, M.L.C. (Edits). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1ª ed. Brasília: DNPM/CPRM- Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP). v. 01, p. 279-288. 2002.

MELO, M. S.; MORO, R.S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Ed: UEPG, 2010.

MELLO, M. P. B. Paisagens, Temporalidades e Ensino de História. **Encontros. Departamento de História do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro. Ano.13, n. 24, p. 47-59. 2015.

MONTOYA, A.R. **Conquista espiritual hecha por los religiosos da Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape**. Bilbao: Corazón de Jesús, 1892.

MOREIRA, J. C.; ROCHA, C. H. Unidades de Conservação nos Campos Gerais. In: Editado por MELO, M. S.; MORO, R.S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Ed: UEPG, p. 201-212. 2010.

MOTA, L.T. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n.º. 27, p. 135-157. 2016.

OLIVEIRA, R.I.R.; GASTAL, M. L.A. Educação formal fora da sala de aula – olhares sobre o ensino de ciências utilizando espaços não-formais. **VII ENPEC- Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis- Santa Catarina, novembro. 2009.

PARELLADA, C.I. Revisão dos Sítios Arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **Revista FUMDHAMENTOS**, São Raimundo Nonato- Piauí, v.1, n.7, p.118-135. 2008.

\_\_\_\_\_, C.I. Arte rupestre no Estado do Paraná. **Revista Científica da FAP**, Curitiba, v.4, n.1, p. 1-25. 2009.

\_\_\_\_\_, C.I. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org.) **Missões: conquistando almas e territórios**, Curitiba: Imprensa Oficial, p.59-80. 2009.

\_\_\_\_\_, C.I. Arqueologia dos Campos Gerais. In: Editado por MELO, M.S.; MORO, R.S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Ed: UEPG, p. 163-170. 2010.



\_\_\_\_\_, C.I. Arte Rupestre no Paraná: novas discussões. *Revista Tecnologia e Ambiente*, **Dossiê IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Regional Sul**, v. 21, n. 1, Criciúma, Santa Catarina, p. 45-69. 2015.

\_\_\_\_\_, C.I. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, nº. 27, p. 158-167. 2016.

PELEGRINI, S.C.A. Os embates pela memória nos espaços expositivos. In: SCHIAVON, C.G.B; PELEGRINI, S.C.A (org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, p.51-66. 2016.

PIETROCHINSKI, A. H. R; SILVA. V. F. **Proposta de Sinalização Turística das Trilhas do Parque Estadual do Guartelá**. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Turismo pela Faculdade de Telêmaco Borba-FATEB, Telêmaco Borba-PR, 2008.

PINTO, M.J.A; MOSCARDI, E.H; NAKATANI, M.S.M. A Informação Turística na pesquisa em turismo: uma análise de artigos publicados na *Annals Of Tourism Research*. **X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu-** Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil, junho de 2016.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Revista Política y Sociedad*, Universidad de Barcelona, p. 63-76. 1998.

\_\_\_\_\_, Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Editora Ariel, S.A. Barcelona. 1997.

PROUS, A. **Artes pré-históricas do Brasil**. Belo Horizonte: Companhia das Artes, 2007.

\_\_\_\_\_, A. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2º Edição. 2007.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 7º Edição. 1996.

RIBEIRO, P.A.M. **Manual de Introdução à Arqueologia**. Porto Alegre, Sulina. 1977.

RODRIGUES, A.D. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. Edições Loyola- São Paulo, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel-Paraná: Coluna do Saber, 2006.

SECRETARIA DA CULTURA- Governo do Estado do Paraná. **Museu Paranaense**. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/> Acessado em: Agosto de 2017.

SECRETARIA DE TURISMO- Governo do Estado do Paraná. **Prefeitura Municipal**

**de Tibagi.** Disponível em: <https://tibagi.pr.gov.br/turismo/> Acessado em: Novembro de 2018.

SIMSON, O.R.M; PARK, M.; FERNANDES, R.S. A Educação não-formal: um conceito em movimento. **Visões singulares, conversas plurais.** São Paulo: Itaú Cultural, (Rumos: Educação, Cultura e Arte,3) p. 13- 38. 2007.

SOARES, I.V.P. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes.** Erechim: Habilis, 2007.

SOUSA, M. J. S.; LOPES, R. C. D. Acervo Etnográfico: aspectos da cultura material das comunidades ribeirinhas das Reservas Mamirauá e Amanã. **Revista Uakari**, v.4, n.1, p. 41-50, julho.2008.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, O. S.; FERNANDES, R.C. A. A Aula em Espaços Não-Convencionais. In: VEIGA, Ilmar Passos Alencastro (Org). **Aula: Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas.** Campinas, São Paulo: Papirus, p. 225- 265. 2008.

ZETTERMANN. G.D. A Atuação do Guia de Turismo como educador patrimonial. **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral.** Associação Brasileira de História Oral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 01-17. 2016.

## APÊNDICE A



### AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARANÁ

Número: 07.17

Data de Emissão: 23.03.2017

#### Dados do Pesquisador e da Pesquisa

Nome: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves

RG: 613.130.038-3 CPF: 103.069.666-70

Título do Projeto: O ensino-aprendizagem da História pré-colonial nos espaços educativos não-formais: o caso do turismo no Parque Estadual do Guartelã - PR

Palavras-chave: História pré-colonial; Unidades de Conservação.

#### Cronograma de Coletas:

Unidade de Conservação:

Parque Estadual do Guartelã MAR/17 – MAR/18

#### Equipe de Trabalho:

Mathias Pereira Cardozo de Aguiar

RG: 907.299.459-4

#### Observações:

1. Não é permitida a coleta de espécies ameaçadas ou em risco de extinção;
2. As gerências da(s) UC(s) devem ser comunicadas com antecedência sobre os trabalhos em campo a serem realizados na Unidade;
3. Esta autorização tem validade até 23.03.2018 podendo ser renovada no final do período.
4. Esta autorização não dá o direito do uso das imagens oriundas desse trabalho.
5. O pesquisador titular fica inteiramente responsável por qualquer integrante da sua equipe de trabalho, sendo ele brasileiro ou estrangeiro.

Guilherme de Camargo Vasconcellos  
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP  
Curitiba, 23 de março de 2017.

## APÊNDICE B



### RENOVAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARANÁ

Número da autorização: 07.17	Data de Emissão: 23.03.2018
------------------------------	-----------------------------

#### Dados do Pesquisador e da Pesquisa

Nome: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves	
RG: 619.130.038-3	CPF: 103.069.666-70
Título do Projeto: O ensino aprendizagem da História pré colonial nos espaços educativos não formais: o caso do turismo no Parque Estadual do Guartelá – PR.	
Palavras-chave: turismo, Parque Estadual do Guartelá, Unidades de Conservação.	

#### Cronograma de Coletas:


Unidades de Conservação:
Parque Estadual do Guartelá - MAR/18 – MAR/19

#### Equipe de trabalho:

Mathias Pereira Cardozo de Aguiar	RG: 907.299.459-4
-----------------------------------	-------------------

#### Observações:

1. Não é permitida a coleta de espécies ameaçadas ou em risco de extinção;
2. As gerências da(s) UC(s) devem ser comunicadas com antecedência sobre os trabalhos em campo a serem realizados na Unidade;
3. Esta autorização tem validade até 23.03.2019 podendo ser renovada no final do período.
4. Esta autorização não dá o direito do uso das imagens oriundas desse trabalho.
5. O pesquisador titular fica inteiramente responsável por qualquer integrante da sua equipe de trabalho, sendo ele brasileiro ou estrangeiro.

  
Guilherme de Camargo Vasconcellos  
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP  
Curitiba, 23 de março de 2018.

## APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste e na melhor forma de direito, que autorize a utilização de imagem e dados do formulário, também faço a cessão a título gratuito e sem qualquer ônus de todos os direitos relacionados à minha imagem, bem como autorais dos trabalhos, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não.

Deste modo, eu, \_\_\_\_\_,  
portador do documento de identidade número  
\_\_\_\_\_, permito o uso de minha imagem e voz  
publicada.

Data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Entrevistadora

## APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste e na melhor forma de direito, que autorize a utilização de imagem, dados do formulário e informações concedidas em entrevista realizada, também faço a cessão a título gratuito e sem qualquer ônus de todos os direitos relacionados à minha imagem, bem como autorais dos trabalhos, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não.

Deste modo, eu, \_\_\_\_\_,  
portador do documento de identidade número  
\_\_\_\_\_, permito o uso de minha imagem e voz  
publicada.

Data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Entrevistadora